

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 599  
20 de Junho de 1985  
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



A demissão do Governo PS/PSD, há muito exigida pelo povo português e agora tornada inevitável pela ruptura da coligação, coroa com uma grande vitória política a luta corajosa e persistente dos trabalhadores e das massas populares, de todos os que acreditaram na força do povo e na capacidade de defender Portugal de Abril.

## O CAMINHO NECESSÁRIO

# GOVERNO DEMITIDO ELEIÇÕES ANTECIPADAS

O PCP considera que a solução da crise conforme com os princípios constitucionais e os imperativos da vida democrática exige **duas medidas fundamentais**:

- 1.ª a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas;
- 2.ª a demissão efectiva do Governo e a nomeação de um governo de gestão.

Estas duas medidas são complementares. Só as duas em conjunto podem assegurar um processo institucional correcto para a solução da presente crise governamental.

### • Declaração do Comité Central do PCP sobre o PCP e a demissão do Governo PS/PSD:

1. Vitória democrática, derrota do Governo PS/PSD
2. Demissão obrigatória do Governo PS/PSD
3. Eleições antecipadas para a solução da crise governamental
4. A mensagem do Presidente da República à Assembleia da República e a sua comunicação ao País
5. Governo de gestão
6. Manobras dos partidos derrotados
7. A ratificação do acordo com a CEE
8. Para a preparação das próximas eleições
9. A luta continua

Págs. 1, 2 e 3/Semana

### • Textos integrais da mensagem à Assembleia da República e comunicação ao País do Presidente da República

Pág. 4/Semana

## COMÍCIOS

### LISBOA

Sábado às 17 e 30  
Parque Eduardo VII  
Intervenção de Álvaro Cunhal

### PORTO

Sexta-feira, 21 e 30  
Teatro Rivoli  
Intervenção de Ângelo Veloso

## ... e a luta continua!

- Trabalhadores da Grundig em Braga concentram-se no sábado
- Representantes de mais de 600 000 trabalhadores rurais protestam contra as ameaças de cortes das pensões
- Anunciada paralisação na EDP
- Também na Madeira cresce a luta dos trabalhadores

Semana

## A posição do PCP

A solução da crise política aberta pela ruptura da coligação governante PS/PSD e a consequente demissão do Governo — que deve tornar-se efectiva dentro das próximas horas — segue agora os seus trâmites constitucionais.

Em reunião plenária no momento em que o Presidente da República, ouvidos o Conselho de Estado e os principais partidos com assento parlamentar, comunicava à Assembleia da República e ao País os resultados das suas consultas e se pronunciavam sobre a questão do Governo, o Comité Central do PCP examinou a situação criada e tornou pública a posição do Partido sobre a crise, as suas causas e as respectivas soluções no quadro institucional.

De novo e mais uma vez por efeitos da política e do manobristo das forças hostis à democracia e ao 25 de Abril as instituições democráticas portuguesas são postas à prova numa emergência grave.

E de novo, apesar da desestabilização e dos bloqueamentos institucionais provocados pelas forças empenhadas no processo contra-revolucionário, apesar dos sombrios presságios repetidamente afirmados por Mário Soares de que «a maior maioria da sempre» — agora extinta a meio do percurso — era a «última oportunidade da democracia portuguesa», as instituições funcionam, tentam viabilizar e certamente viabilizarão as soluções democráticas que a crise governativa põe na ordem do dia.

A Declaração política do CC do PCP, que noutro lugar deste número do «Avante!» publicamos, exprime o exame sereno da situação criada pela demissão do Governo e o carácter de um Partido responsável, estreitamente vinculado aos problemas do povo e do País.

O CC do PCP sublinha que a demissão do Governo PS/PSD «coroa com uma grande vitória política a luta corajosa dos trabalhadores e das massas populares»; que os factos «testemunham a completa falência da política de restauração monopolista e uma derrota dos seus principais responsáveis: Mário Soares, o PS e o PSD» e que, ainda, «uma vez mais se mostrou que a resistência popular e a luta de massas têm decisivo papel na vida política nacional».

Tem suma importância que isto seja dito num momento em que os comparsas agora desavindos da extinta coligação se esforçam por mistificar a opinião pública e ocultar aos olhos do povo as verdadeiras causas do seu divórcio político e da sua falência.

Nos últimos dias ouvimos Soares, Almeida Santos e outros soaristas e Cavaco, Eurico de Melo e outros cavaquistas multiplicarem as acusações mútuas, tentarem impingir as suas versões falsificadas da falência do Governo, principalmente imputarem uns aos outros as responsabilidades pela situação caótica a que a coligação arrastou o País.

Será, contudo, um esforço inútil.

A escandalosa manipulação dos órgãos de comunicação social estatizados — em particular da TV — que ainda exercem, pode momentaneamente perturbar a visão objectiva dos portugueses mal informados ou ingénuos. Não pode, porém, anular e inverter a realidade da situação nacional saída das suas mãos e da sua política nem as causas da crise que eles arrastaram a consequências desastrosas.

Os chefes do PS e do PSD, que se acusam mutuamente da quebra dos compromissos assumidos, procuram deixar na sombra os compromissos reais que os uniam no plano contra-revolucionário renegociado em 11 de Dezembro do ano passado.

Os soaristas vendem o seu «produto» segundo o mercado. Uns falam nos «14 pontos» propostos pelo PS ao seu parceiro de coligação e recusados pelo PSD — outros dizem que a ruptura tem origem nas «presidenciais».

Cavaco e os cavaquistas ripostam que foi o PS, por razões eleitoralistas, quem protelou para além do combinado a aplicação do acordo sobre as «reformas estruturais».

Cavaco e Silva — o ministro das Finanças do governo de Sá Carneiro que provocou volumosos rombos no Orçamento do Estado para a compra de votos nas eleições de 1980 — novo chefe de um partido que há seis anos detém ou compartilha a chefia dos sucessivos governos de direita, procura sacudir a água do capote nas responsabilidades da política de desastre da coligação PS/PSD.

Quando acusa o Governo de ter agravado a «inflação» que atingiu os 29,5%; o desemprego, com 11% da população activa, a queda de 12,1% nos salários reais e ainda a descida de 20% no investimento» parece que não é nada com eles e que os Mota Pintos, Machetes, Amândios de Azevedo e outros ministros do PSD, executores determinados da política de bancarrota do Governo nos últimos dois anos, são imaculados inocentes.

Eurico de Melo, na entrevista de anteontem na TV, tem mesmo o descaro de afirmar que as desgraças do País são da responsabilidade do «socialismo», do «comunismo»... e do «gonçalvismo»! Com o ar mais sério deste mundo diz mesmo «es-

candalizado» que não se pode brincar com a economia...

Parece que nos últimos quase dez anos, exercidos durante cinco anos pelo PPD/PSD (três em associação com o CDS — com ele, Eurico de Melo na Economia e na Administração Interna — e dois com o PS); quatro pelo PS sozinho ou associado com o CDS e com o PSD, sob a chefia do executor da política de direita, Mário Soares, e mais um por Mota Pinto, parece, dizíamos, que não foi nada com eles.

O povo português, porém, não os esquece.

A solução da crise governativa aberta pela ruptura da coligação e a demissão do Governo exige — como é salientado na Declaração do CC do PCP — duas medidas fundamentais e complementares: a dissolução da Assembleia da República e realização de eleições antecipadas e a demissão efectiva do Governo e nomeação de um governo de gestão.

Contraria os mais elementares princípios institucionais e constituiria um abuso inqualificável e usurpação de poderes que, após a ruptura da coligação, o Governo pretendesse continuar a governar e a maioria da coligação pretendesse continuar a legislar.

Mário Soares e os soaristas, Cavaco e Silva e os cavaquistas e não cavaquistas do PSD revelaram a intenção de continuarem ilegalmente à frente do Estado para levarem o mais longe possível o plano contra-revolucionário.

Os ministros demissionários social-democratas prestar-se-iam, conjuntamente com os ministros do PS, a fazer o jogo da contra-revolução levando à AR e fazendo aprovar pela sua «maioria» os anti-democráticos e inconstitucionais «pacotes» laboral, eleitoral, agrícola (anti-Reforma Agrária), autárquico — que «caíram» com a demissão do Governo — e a celerada lei das rendas já agendada para discussão parlamentar depois da ruptura da coligação.

Da mesma forma, os chefes do PS e do PSD, com a colaboração do CDS, interessados na total realização dos planos contra-revolucionários, pretendem inculcar a ideia de que, mesmo dissolvida — no caso de ser essa a decisão do Presidente da República — a Assembleia da República na sua actual composição poderia ratificar o tratado de adesão à CEE.

Não é verdade. Os partidos da defunta coligação governante e o CDS pretendem impedir a re-

# Resumo



O Tratado da capitulação

## 12 Quarta-feira

O Primeiro-Ministro Mário Soares assina no Mosteiro dos Jerónimos o Tratado de Adesão de Portugal à CEE, acto classificado por partidos e movimentos democráticos como de indecorosa capitulação ■ Trabalhadores da empresa Marques em Viseu paralisam como forma de luta pelo pagamento dos salários em atraso ■ A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul considera que a ruptura da coligação se deveu, também entre outros factores, à luta dos seus trabalhadores em defesa da Reforma Agrária contra o desemprego, o pacote agrícola, a nova lei do latifúndio e as terras abandonadas ■ O CDS pronuncia-se pela realização de eleições legislativas antecipadas ■ Piratas do ar que haviam desviado um avião jordano fazem explodir o aparelho no aeroporto de Beirute ■ O exército da Nicarágua ocupa a principal base do grupo contra-revolucionário «ARDE» situada junto da fronteira com a Costa Rica ■ Dois atentados em Madrid provocam a morte de três pessoas ■ Um comunicado do governo angolano afirma que a África do Sul prepara nova invasão de Angola.

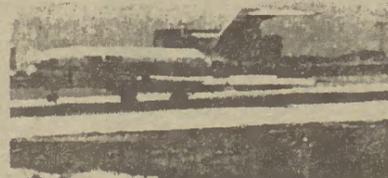
## 13 Quinta-feira

Mário Soares comunica ao Presidente da República o propósito de se demitir e admite a dissolução da Assembleia da República e a antecipação de eleições legislativas ■ O presidente do conselho de gerência da CP acusa o secretário de Estado dos Transportes de produzir diversas irregularidades no exercício das suas funções ■ Um semanário divulga uma lista de clientes de uma empresa que se dedicava à fuga de capitais para a Suíça, DOPA, onde figuram, entre outros, indivíduos pertencentes a famílias de algum modo ligadas ao regime fascista ■ A delegação do Soviète Supremo que se encontra entre nós a convite da Assembleia da República inicia em Coimbra uma deslocação ao Centro e Norte do País ■ A CGTP-IN afirma que as tentativas de formar novo governo com base no PS constituem um «factor impeditivo da reposição da legalidade democrática» ■ O veto da RFA aos preços dos cereais na CEE abre nova crise na Comunidade ■ Samora Machel denuncia em Maputo a «ampla conspiração imperialista» de que Moçambique é alvo e que se traduz «no apoio e financiamento aos bandidos armados e pelo bloqueio económico do país» ■

## 14 Sexta-feira

O PCP considera que as referências feitas por Mário Soares na sua comunicação ao País sobre a sequência de actos eleitorais constituem um «abuso de poder» e uma «ilegítima tentativa de condicionar a opinião pública e futuras deci-

sões de outros órgãos de soberania» ■ Trabalhadores aduaneiros em despachantes e empresas cumprem o segundo dia de greve como forma de luta para que a Associação patronal inicie a negociação sobre o acordo colectivo de trabalho ■ Tropas racistas da África do Sul assaltam Gaborone, capital do Botswana, assassinando pelo menos onze pessoas ■ É desviado para Beirute e depois para Argel um avião da companhia norte-americana «TWA» do voo regular entre Atenas e Roma ■ Na sequência da decisão do Congresso dos EUA de conceder verbas aos grupos terroristas antinicaraguenses, Daniel Ortega declara o direito do seu país «pedir ajuda militar a todos os países com os quais a Nicarágua mantém relações».



Avião desviado

## 15 Sábado



Hermínio Martinho

Inicia-se em Tomar a Convenção Nacional do Partido Renovador Democrático ■ Álvaro Cunhal defende em Belém, à saída de um encontro com o Presidente da República, a dissolução do Parlamento e a constituição de um governo que «garanta a democraticidade» até e durante as eleições legislativas antecipadas ■ Salgado Zenha declara em entrevista à RDP que o «aparecimento do PRD pode criar condições para alternativas» ■ Decorre na Cova da Piedade o 1.º Encontro concelhio de colectividades de Almada ■ Inicia-se o 2.º Congresso da Federação das Comunicações e Telecomunicações, estrutura que representa globalmente cerca de 45 mil trabalhadores ■ O governo argentino decide substituir o peso por uma nova unidade monetária chamada «austral» ■ O Irão lança um novo míssil terra-terra contra Bagdad, capital do Iraque ■ Libertados os 21 soldados finlandeses da Força Provisória das Nações Unidas no Líbano que haviam sido detidos há uma semana pela organização terrorista «exército do Sul do Líbano».

## 16 Domingo

Termina em Tomar a Convenção do Partido Renovador Democrático durante a qual foi eleito, como presidente da sua Comissão Directiva, Hermínio Martinho ■ Contando com presenças de todo o País



Empresários em Congresso

decorre em Lisboa o 1.º Congresso Nacional de Pequenos e Médios Empresários ■ Cavaco Silva, novo líder do PSD, defende em Peniche a realização de eleições legislativas imediatas ■ Por iniciativa do MDM milhares de pessoas provenientes de todo o País convergem para Coimbra para participar numa jornada denominada «Comboio da Paz» ■ A APU do Porto promove um encontro de mulheres no decorrer do qual é aprovada uma «Carta de Reivindicações Imediatas» onde se exige a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas antecipadas ■ Um pesqueiro português é apressado por um navio patrulha marroquino quando pescava na costa do Saará ■ Regressa pela terceira vez ao aeroporto de Beirute o avião da companhia norte-americana «TWA» desviado por assaltantes quando efectuava a ligação entre Atenas e Roma

## 17 Segunda-feira

Reúne-se o Conselho de Estado sob a presidência de Ramalho Eanes ■ O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais critica a recente importação de carne autorizada pelo Governo considerando que é uma solução de fachada de que só beneficiam os supermercados ■ A Federação dos Têxteis exige a revogação imediata dos contratos a prazo ■ Um Plenário de quadros comunistas de Setúbal aponta como principal objectivo a consolidação e reforço das posições da APU naquele distrito ■ A APU de Braga anuncia a apresentação de listas pela primeira vez em todas as freguesias do distrito ■ O presidente da Renault francesa apresenta plano de «reestruturação» que prevê o despedimento de 21 mil trabalhadores ■ O presidente do Brasil afirma que a dívida externa dos países latino-americanos «não pode ser paga com a fome e o desemprego dos povos» ■ Tomas Borge, ministro nicaraguense do Interior, denuncia preparativos militares dos EUA e afirma que este país tem 125 mil soldados prontos para invadir a Nicarágua ■ Uma viatura armadilhada explode defronte da sede do movimento shiita Amal, em Beirute Ocidental.

## 18 Terça-feira

O Presidente da República, depois de ter recebido em audiências separadas os líderes dos quatro maiores partidos com assento parlamentar, decide começar de novo o Conselho de Estado ■ A organização da Madeira do PSD manifesta a sua «oposição radical à candidatura de Freitas do Amaral para a Presidência da República» ■ Sindicato Agrícola de Setúbal acusa Governo de fomentar desemprego na agricultura ■ Pescadores de Sines reafirmam disposição de bloquear porto industrial caso o porto de pesca continue por construir ■ Anunciada em Pequim uma remodelação governamental, medida que se insere numa «política de rejuvenescimento e aperfeiçoamento dos quadros superiores» ■ Atentado no País Basco provoca a morte de um cabo de guarda civil ■ Dez barcos de guerra norte-americanos concentram-se junto à costa libanesa, preparados para uma eventual intervenção militar a pretexto do caso do avião da «TWA» desviado durante um voo Atenas-Roma ■ O exército da Nicarágua lança ofensiva no departamento de Matagalpa contra bases de terroristas que recebem apoio dos EUA.

consideração dos termos do Tratado, o necessário e amplo debate nacional por todos os portugueses interessados, pretendem ignorar a contestação que se desenvolve da parte dos trabalhadores e doutros importantes sectores sociais, entre os quais de largos sectores da Igreja católica, preocupados com as condições e consequências ruins da «adesão» de Portugal para a economia portuguesa.

A ratificação pode, sem prejuízo da sua validade, ser feita no quadro de uma nova Assembleia resultante das eleições legislativas antecipadas.

Diz-se na Declaração do CC do PCP que «a dissolução da AR antes da ratificação não significa, como é óbvio, que se inviabilize a ratificação, uma vez que a AR o pode fazer com melhor conhecimento de causa após as eleições».

A declaração do CC do PCP adverte contra manobras de Mário Soares, do PS e do PSD com vistas a recuperarem da derrota sofrida.

A demissão efectiva do Governo e a nomeação de um governo de gestão, em conjunto com a dissolução da AR e a marcação de eleições antecipadas, são decisões institucionais imperiosas para a preparação dos próximos actos eleitorais.

Um governo de gestão isento, que assegure a democraticidade das futuras eleições e os negócios correntes do Estado, num estatuto rigoroso que impeça abusos como outros cometidos no passado, é um passo necessário nas decisões institucionais previstas.

A Declaração do CC do PCP chama a atenção para a urgente e necessária preparação do Partido para as próximas eleições.

A elaboração de listas para as eleições legislativas antecipadas e para as eleições autárquicas, a criação de condições políticas a seu tempo para as «presidenciais» exigem a dinamização e mobilização de todo o Partido.

Ao mesmo tempo, o CC apela à classe operária e a todos os democratas e patriotas para que continuem a luta firmemente e sem darem tréguas ao Governo ainda em vigor e às forças reaccionárias.

A luta de massas em todas as frentes não deve afrouxar.

É na sua dinamização e intensificação que reside o factor determinante das necessárias mudanças políticas na hora actual.

«É necessário continuar a luta com confiança de que uma alternativa democrática será alcançada» — diz-se na Declaração do CC do PCP.

Dar-lhe expressão prática é agora a tarefa fundamental do Partido.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Maio: 41 348

# Semana

Avante!

Ano 53 - Série VII  
N.º 599

20 de Junho de 1985

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Declaração do Comité Central do Partido Comunista Português



## O PCP E A DEMISSÃO DO GOVERNO PS/PSD



1

### Vitória democrática, derrota do Governo PS/PSD

A demissão do Governo PS/PSD, há muito exigida pelo povo português e agora tornada inevitável pela ruptura da coligação, coroa com uma grande vitória política a luta corajosa e persistente dos trabalhadores e das massas populares, de todos os que acreditaram na força do povo e na capacidade de defender Portugal de Abril.

A ruptura da coligação, o conseqüente fim deste Governo de desastre, miséria e fome, e a quase inevitável realização de eleições antecipadas, testemunham a completa falência da política de restauração monopolista e uma derrota dos seus principais responsáveis: Mário Soares, o PS e o PSD. Testemunha a falência das coligações de direita, com ou sem o PS e Mário Soares. Uma vez mais se mostrou que não basta uma maioria de deputados na Assembleia da República para assegurar a permanência no Poder de um Governo cuja política, contrária às realidades do Portugal de Abril, por sua própria natureza, é de desestabilização económica, social e política. Uma vez mais se mostrou que a resistência popular e a luta de massas têm decisivo papel na vida política nacional.

A derrota do Governo significa, que fica paralisado, ou sustido, pelo menos no imediato, o plano contra-revolucionário da coligação PS/PSD que visava liquidar completamente, na primeira metade do ano corrente, através de medidas ilegais e de uma série de «pacotes» legislativos, as grandes conquistas da Revolução democrática, designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações, direitos vitais dos trabalhadores, as liberdades e o Poder Local democrático.

Esta vitória da democracia e a derrota do Governo PS/PSD reforça a confiança na possibilidade real de uma alternativa democrática, pela qual é necessário intensificar a luta.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

10 anos  
de publicação  
em liberdade



## Está lá tudo

Quem teve o privilégio de assistir até ao fim à emissão com que a RTP brindou o País por causa da CEE, teve também oportunidade de apreciar a atitude de um senhor, que por lá esteve, quando o jornalista o identificou como um dos elaboradores do documento final do tratado de adesão: rapou de uma carrada de papéis e exibiu-os perante as câmaras, dizendo: «**está aqui tudo**»!

Tratava-se, sem dúvida, de uma expressiva resposta a quem anda dizendo que o tratado foi negociado nas costas do País. A partir dali mais ninguém poderia reivindicar desconhecimentos sobre a matéria do tratado: eles — o tratado e a matéria — foram expostos de forma inequívoca perante o nariz de toda a gente. «Estava ali tudo» — até o entusiasmo do jornalista de serviço que, acometido de enorme emoção, arrebatou os papéis e meteu-os pelas goelas da câmara para que ficássemos todos com aquele bela imagem antes de irmos para a cama.

Portanto, toda a gente viu o tratado e respectiva matéria de adesão de Portugal à CEE — o que, pelo menos, arruma definitivamente a dúvida que alguns maldosos levantaram de que nem tratado chegara a haver, mas apenas a assinatura de um cheque... em branco. Ora os cheques não se exibem às carradas e, além disso, aquilo que se viu claramente visto, como dizia o outro, eram honestas resmas de «A4» esmeradamente dactilografadas de cabo a rabo — um tratado, sem dúvida.

Torna-se, assim, estranha a atitude assumida pelos deputados do PSD na Assembleia Regional dos Açores, ao recusarem o seu voto de congratulação pela adesão de Portugal à CEE invocando o facto de... «desconhecerem o tratado». Lá que o deputado comunista o tivesse feito, compreende-se: dali só vem contestação. Mas o PSD! Não há explicação para tal procedimento — ou há, mas absurda: a de que os homens de Mota Amaral não vêem televisão. Ora não há ninguém neste País que não veja televisão, desde os que nunca de lá saem, para serem vistos por si próprios e pelos outros (e não são assim muitos: membros do ex-governo, deputados da ex-maioria, CIP's, CAP's, CDS's, UGT's, um capitalista ou outro e está feita a festa), até aos que nunca lá entram, para não perturbar a presença dos primeiros (tanto mais que são em demasia para um écran tão pequeno: PCP, democratas, trabalhadores, povo em geral).

Ora convenhamos que «desconhecer o tratado», como invocaram os deputados do PSD/Açores, é um bocado forte... Então se não houve tasca, café, colectividade, átrio de hotel, montra de electrodomésticos, casa da vizinha, lar português que não tivesse, nesta pátria lusa, visto o tratado ali farfalhado, todo escritinho, à molhada, pesadíssimo na mão de quem o escreveu (notem bem: **de quem o escreveu!**), os deputados do PSD/Açores ainda têm o atrevimento de dizer que o desconhecem? E logo eles, que são dos tais que nunca saem da televisão para se verem e serem vistos (ainda que à escala Regional, mas cada um tem o que pode)?!...

Sejam lá francos e digam mas é que querem estragar a candidatura do dr. Mário Soares...

Mais grave, porém (e permitam-me que assim me exprima, empunhando uma clássica adversativa), é a atitude de alguns ex-membros do ex-governo.

Então não é que, por portas-travessas e mesmo escancaradas, andam por aí dizendo o mesmo que os deputados PSD/Açores?! Que «desconhecem o tratado»?! Que «não puderam ver o tratado»?! Que, que e que?!...

Afinal uma cerimónia de adesão tão organizada, para isto? O que andaram a fazer no ex-governo, senhores ex-ministros?! Onde está a tal colaboração que o pobre do dr. Mário Soares até agradeceu, quando se despediu da gente para se oferecer de novo à gente?! Será que ao coitado já não lhe basta ter andado este tempo todo a pensar em lugar do País, que afinal também teve de pensar pelo próprio Governo? Que afinal só ele é que tratou do Tratado?! Tenham pudor, senhores ex-membros do ex-governo, e não digam que desconhecem uma coisa que toda a gente viu!

Perante isto só há uma atitude, que daqui recomendamos ao dr. Mário Soares: que mande a sua televisão passar de novo aquele bocadinho onde se mostra o Tratado. Basta só aquele bocadinho pois, como disse o senhor que o redigiu, «está lá tudo».

De facto, dr. Mário Soares, isto só «à molhada»!

■ HC

## O PCP E A DEMISSÃO

### 2

#### Demissão obrigatória do Governo PS/PSD

O CC sublinha que, tanto em termos institucionais como em termos políticos, a ruptura da coligação PS/PSD acarreta necessariamente a demissão do Governo.

O Governo formou-se como um governo de coligação PS/PSD; apresentou à Assembleia da República um programa da coligação; constituiu-se na base de uma maioria parlamentar da coligação. **Desaparecida a coligação, o Governo da coligação deixa de ter qualquer legitimidade para continuar no Poder.**

**Contraria os mais elementares princípios institucionais e constitui um inqualificável abuso e usurpação de poderes que, após a ruptura da coligação, o Governo pretenda continuar a governar e a maioria da coligação pretenda continuar a legislar.**

As declarações de ministros do PSD que pediram a demissão segundo as quais têm a intenção de continuar «na plenitude das suas competências» e o propósito já expresso pelos grupos parlamentares do PS/PSD de aprovarem ainda apressadamente na Assembleia «pacotes» contra-revolucionários, constituem grave atropelo às instituições que é necessário impedir se concretizem.

**O povo português não poderá reconhecer como legítimas nem quaisquer decisões do Governo que excedam a gestão dos assuntos correntes, nem quaisquer leis doravante aprovadas pela actual Assembleia da República.**

### 3

#### Eleições antecipadas para a solução da crise governamental

O CC considera que a solução da crise conforme com os princípios constitucionais e os imperativos da vida democrática exigem **duas medidas fundamentais:**

1.ª **a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas;**

2.ª **a demissão efectiva do Governo e a nomeação de um governo de gestão.**

Estas duas medidas são complementares. Só as duas em conjunto podem assegurar um processo institucional correcto para a solução da presente crise governamental.

### 4

#### A mensagem do Presidente da República à Assembleia da República e a sua Comunicação ao País

O CC tomou conhecimento da mensagem enviada pelo Presidente da República à Assembleia da República e da Comunicação do Presidente da República ao País.

O CC compartilha das apreensões do Presidente da República relativas à gravidade da situação nacional e aprecia os seus esforços para se encontrar uma solução

para a crise rigorosamente no quadro constitucional.

O PCP está aberto a examinar com mediadores designados pelo Presidente da República as possibilidades da constituição de um governo sério e isento que, até à realização das eleições antecipadas, assegure a gestão dos negócios correntes do Estado e a democraticidade do processo e do acto eleitoral.

O CC considera entretanto, que, na situação criada pela crise, nenhuma possibilidade existe de constituir, na base da actual Assembleia da República, um governo que, até à realização de eleições presidenciais, responda à situação em que o País se encontra.

O CC chama também a atenção para o curto prazo que resta até 14 de Julho (data limite da competência do Presidente da República para dissolver a Assembleia da República), sendo por isso de excluir para a formação de um governo de gestão o prolongamento de diligências e trâmites que possam inviabilizar a dissolução da Assembleia da República.

### 5

#### Governo de gestão

**Sendo dissolvida a Assembleia da República e decidida a realização de eleições antecipadas, torna-se indispensável a formação de um governo de gestão que assegure a democraticidade das próximas eleições.**

**O PCP contesta que, sendo dissolvida a Assembleia da República e sendo convocadas eleições antecipadas, o Governo em exercício, qualquer que seja a sua composição, possa exceder as funções de gestão dos negócios correntes do Estado.**

Face a afirmações e propósitos anunciados por dirigentes de outros partidos, o CC do PCP considera **inadmissível** que fique como governo de gestão, no período eleitoral, o governo PS/PSD demitido, remodelado ou não, com ou sem os ministros do PSD que pediram a demissão. Considera igualmente inadmissível a ideia de um novo governo do PS sozinho, seja com Mário Soares como primeiro-ministro, seja encabeçado por outro dirigente do PS e com Mário Soares inteiramente livre para a sua campanha eleitoral.

O Primeiro-Ministro, o Governo, o PS e o PSD já deram suficientes provas de abuso do Poder, de utilização e instrumentalização partidária, sectária e eleitoralista não só da comunicação social, como do aparelho, dos recursos e dos dinheiros do Estado. **A realização de eleições legislativas antecipadas com o Governo PS/PSD demissionário, completo ou remodelado, não oferece quaisquer garantias de seriedade e democraticidade.**

Para que as eleições se possam considerar democráticas é indispensável que todo o processo eleitoral e o acto eleitoral sejam conduzidos por um **governo sério, isento, respeitador da legalidade democrática.**

Qualquer outra solução exigirá uma luta firme e insistente para que seja assegurada a democraticidade das eleições.

### 6

#### Manobras dos partidos derrotados

O CC adverte contra manobras de Mário Soares, do PSD e do PS com vistas a recuperarem da derrota sofrida, designadamente:

— as tentativas de ficarem no Governo, apesar de o Governo se encontrar demissionário por motivo de ruptura da coligação;

Partido Comunista Português

# DO GOVERNO PS/PSD

- as tentativas de retardarem o processo de solução da crise de forma a inviabilizarem a dissolução da Assembleia da República;
  - as tentativas de desresponsabilização pelas consequências desastrosas da política do Governo de coligação;
  - as tentativas de Mário Soares aparecer demagogicamente, à última da hora, como um adversário da direita, quando é certo que tem liderado o processo contra-revolucionário e estaria disposto a realizar todas as propostas do PSD se este partido apoiasse a sua candidatura para Belém;
  - as tentativas de aprovarem apressadamente na Assembleia da República legislação contra-revolucionária;
  - a utilização dos meios de comunicação social, do aparelho do Estado, das funções governativas e dos fundos públicos para campanhas demagógicas e eleitoralistas;
  - as tentativas de limitações discriminatórias ao exercício das liberdades e direitos dos cidadãos.
- Todas estas manobras e actividades devem ser desmascaradas e combatidas com vigor, para conduzir à derrota definitiva a política contra-revolucionária de restauração monopolista, latifundista e imperialista.

## 7

### A ratificação do acordo com a CEE

O CC adverte contra a tentativa dos partidos do Governo, sob pretexto da aprovação do Acordo com a CEE pela Assembleia da República, de procurar inviabilizar a dissolução da Assembleia antes de 14 de Julho (data limite da competência do Presidente da República).

O CC insiste na posição do PCP de considerar que a entrada de Portugal na CEE é absolutamente contrária aos interesses nacionais e, a concretizar-se, terá consequências desastrosas para a economia portuguesa e afectará gravemente a independência nacional.

O CC do PCP considera que o exame da aprovação do Acordo só deveria ser feito pela Assembleia da República depois de eleições antecipadas e de um amplo debate nacional sobre a questão.

De qualquer forma, ao contrário do que certa propaganda afirma, a dissolução da Assembleia da República antes da ratificação não significa, como é óbvio, que se inviabilize a ratificação, uma vez que a Assembleia o pode, fazer, e com melhor conhecimento de causa, após as eleições.

## 8

### Para a preparação das próximas eleições

A situação impõe que se dinamize desde já a preparação do Partido para as próximas eleições.

Em relação às eleições para a Assembleia da República, cuja realização antecipada é cada vez mais provável, é necessário desde já começar os trabalhos para a elaboração das listas, bem como preparar a definição de toda a campanha e a mobilização dos recursos humanos e materiais para o efeito.

Considerando que o aparecimento de um novo partido democrático pode desempenhar importante papel para a alteração do quadro partidário e da correlação de forças na Assembleia da República, o CC salienta entretanto que qualquer alternativa democrática dependerá em larga medida do substancial reforço da votação da

APU e da representação parlamentar do PCP e dos seus aliados na APU.

Em relação às eleições autárquicas é necessário apressar a preparação das listas APU, tendo sempre a preocupação de alargar a composição a democratas independentes e a pessoas que querem sinceramente trabalhar, embora se tenham até agora situado na área de outros partidos.

Em relação às eleições presidenciais, o CC considerará que a crise governamental não altera, por agora, a posição do PCP.

Há que insistir em procurar o acordo ou consenso de todos os sectores democráticos para um candidato da democracia em condições de derrotar os candidatos da direita.

O CC adverte para os perigos das opiniões expressas tanto por Mário Soares como por certos sectores democráticos de que a Assembleia da República só deveria ser dissolvida depois das eleições presidenciais e de que as eleições autárquicas deverão realizar-se também depois das presidenciais.

## 9

### A luta continua

O CC apela à classe operária e a todos os democratas e patriotas para que **continuem a luta firmemente e sem darem trégua ao Governo e às forças reaccionárias.**

O CC saúda os trabalhadores e todos aqueles que, ao longo dos meses, com coragem, decisão, confiança, resistiram e lutaram contra a política do Governo PS/PSD e exigiram a sua demissão e a realização de eleições antecipadas.

Esse objectivo foi, no fundamental, alcançado. O Governo PS/PSD está derrotado. Mas ainda não foi formalmente demitido.

**A luta continuará para que Mário Soares e o seu Governo sejam formalmente demitidos e afastados do Poder.**

O CC do PCP apela aos trabalhadores, às massas populares, a todos os democratas e patriotas para que se mantenham vigilantes e **oponham decidida resistência a qualquer tentativa do Governo demissionário para prosseguir as suas ofensivas contra-revolucionárias.**

O CC do PCP apela aos trabalhadores, às massas populares, a todos os democratas e patriotas para que **intensifiquem a luta em todos os sectores da vida nacional por objectivos concretos e imediatos.**

**Para que intensifiquem a luta pela solução urgente dos mais candentes problemas que afectam o povo e o País, pela defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária, dos direitos dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, da juventude, das mulheres, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, das camadas mais desfavorecidas, como os desempregados, os reformados, os pensionistas, os deficientes.**

A reacção acaba de sofrer uma grande derrota com a ruptura da coligação PS/PSD e a queda de Mário Soares.

É necessário continuar a luta para que se concretizem os objectivos centrais da hora presente: as eleições antecipadas com um governo de gestão sério e isento.

O CC do PCP confirma a disposição do PCP de contribuir, após as eleições, para a formação de um **Governo Democrático de Salvação Nacional**, que se apresenta como a solução governativa mais adequada para fazer face à extrema gravidade da situação criada por sucessivos governos de direita com a participação do PS, do PSD e CDS.

É necessário continuar a luta, com confiança de que uma alternativa democrática será alcançada.

18 de Junho de 1985

O Comité Central do Partido Comunista Português



# Presidente da República toma medidas e informa o País e o parlamento

Foi preciso a ameaça da dissolução (que tudo indica será para breve) para o hemicycle da Assembleia da República «ganhar vida» — mas não restam dúvidas de que foi o canto do cisne. Mas este «ganhar vida» limitou-se às acusações lançadas, primeiro, pelo CDS, pela boca de Lucas Pires, aos partidos que compunham, até há pouco, a coligação governamental.

Disse Lucas Pires «cobras e lagartos» da actividade política do PS e do PSD, durante o 9.º Governo Constitucional. Não poupou críticas, feriu onde tinha de ferir, chegou mesmo a afirmar que o mínimo de hombridade seria agora que o senhor Primeiro-Ministro e os

seus pares co-responsáveis do Partido Social-Democrata viessem aqui dizer o triste estado em que nos deixam o País.

Foi o bom e o bonito. A partir daqui valeu tudo. O Regimento da Assembleia da República foi coisa arrumada a um canto e a partir daquele momento os deputados podiam falar quantas vezes quisessem e durante o tempo que quisessem. PSD e PS entraram na contenda, ora arranjando desculpas, ora desferindo ataques ao CDS.

No entanto, se contabilizarmos o tempo de intervenção de Lucas Pires durante o período de antes da Ordem do Dia como «tempo de antena»,

este suplantou e bem o tempo utilizado pelo PS e pelo PSD.

O PCP, nomeadamente pelas intervenções do deputado João Amaral, também entrou no debate, focando aspectos que deliberadamente comadres desavindas alheavam da discussão, coisa que não foi de muito agrado, como seria de esperar dos contendores em disputa. Mas o PCP, o único grande partido da Assembleia da República que nunca poupou as suas críticas à actualização desastrosa do Governo PS/PSD, era no fundo o que tinha naquela ocasião razões mais válidas para criticar, destacando tudo o que até agora contribuiu para agravar a vida dos trabalhadores e do povo portugueses.

Mas este é assunto que não interessa sobremaneira ao PS, PSD e CDS. Mesmo quando falam dos custos de novas eleições legislativas fazem-no a pensar na campanha eleitoral e nos votos que assim podem receber.

Mas já de campanha eleitoral se tratou o debate que na terça-feira passada ocupou quase toda a sessão da AR. E não fora a informação de que existia uma mensagem do Presidente da República à Assembleia da República para ser lida no hemicycle (que transcrevemos noutra local, bem como a comunicação ao País do Presidente da República) e possivelmente ainda agora teríamos os deputados do CDS a atacar o PS e o PSD e estes a ataca-

rem-se mutuamente mais o CDS.

Antes da mensagem do Presidente da República ser lida, José Luís Nunes, líder do Grupo Parlamentar do PS, segundo se dizia à boca cheia nos corredores, fez questão de ler a sua declaração política, que mais tarde durante a discussão que provocou e num «lapsus linguae» denominou de «mensagem política».

Com falinhas mansas viria a propor que uma solução poderia ainda ser encontrada na Assembleia da República. E afirmou mesmo:

**O Partido Socialista — que isto fique bem claro — não teme a realização de eleições gerais antecipadas.**

**Pensa, contudo, que há que procurar soluções alternativas que melhor sirvam os interesses do País.**

**Na Assembleia da República podem e devem procurar-se essas soluções.**

E mais não disse. E passou-se assim a sessão de terça-feira. No final, cerca de meia hora foi ocupada com a Ordem do Dia para votar o projecto de lei da UEDS de amnistia às infracções disciplinares praticadas nos meios de comunicação social. O projecto de lei foi aprovado com os votos do PS, PCP, MDP/CDE, UEDS e ASDI.

Votaram contra, o PSD e o CDS.

É o seguinte o texto integral da carta dirigida pelo Presidente da República na passada terça-feira ao presidente da Assembleia da República:

Senhor Presidente da Assembleia da República, Excelência

A ruptura da coligação que sustentava o Governo formado em Junho de 1983 desencadeou uma crise política num momento particularmente melindroso da vida nacional, quando o País enfrenta uma situação económica e social extremamente delicada e a prevista adesão às Comunidades Europeias exige a adopção e a concretização de medidas urgentes e eficazes.

A isto acresce o facto de se aproximar o momento em que, nos termos introduzidos pela revisão constitucional de 1982, o Presidente da República fica privado da competência de dissolver a Assembleia da República, sem que, em contrapartida, seja restringida a faculdade de que a Assembleia da República dispõe de provocar a demissão dos governos. Tal regime reduz a possibilidade de experiência de soluções e obriga a que algumas delas só possam ser adoptadas desde que acautelada, por compromisso político rigoroso, o seu futuro.

Situação melindrosa de resto previsível, e que — sem procurar reeditar críticas oportunamente dirigidas a alguns aspectos da revisão constitucional de 1982 — levou o Presidente da República a afirmar, em comunicação feita ao País no dia 5 de Novembro de 1982, o seguinte:

«(...) Mas não venham, neste momento, os que foram responsáveis pela revisão constitucional reclamar a demissão do Governo sem a afirmação e a comprovação de que está em risco o regular funcionamento das instituições democráticas e que essa demissão não só permite afastar esse risco, mas também garantir o seu regular funcionamento.

Não venham, agora, os que foram responsáveis pela revisão constitucional reclamar a dissolução do Parlamento sem

apresentar garantias bastantes de que há condições para novas soluções políticas, de que estão preparados para as avaliar e de que saberão concretizar as necessárias negociações (...).

O Presidente da República não pretende discutir ou imputar responsabilidades no eclodir da crise verificada, ao qual é evidentemente alheio. Mas nem por isso se exime à obrigação decorrente do mandato que lhe foi conferido de, nos limites estreitos que as condições constitucionais e políticas lhe permitem, procurar a solução, ou as soluções, que melhor sirvam os interesses nacionais.

Nesse sentido, o Presidente da República ouviu os partidos políticos e o Conselho de Estado.

Está o Presidente da República convicto de que a dissolução da Assembleia da República acarreta para o País custos elevadíssimos, além do mais por virtude da proximidade de outros actos eleitorais. Tal dissolução só pode, porém, ser evitada com a colaboração da própria Assembleia da República e dos partidos que nela têm assento, por forma a serem viabilizadas soluções alternativas de governo, no presente quadro parlamentar, rodeadas das garantias que o mencionado regime constitucional reclama.

Das diligências efectuadas não é lícito reter excessivas esperanças numa solução dessa natureza com probabilidades de sucesso. Não ficaria, todavia, o Presidente da República de bem com a consciência que possui das responsabilidades políticas que lhe incumbem se não esgotasse, até ao limite, as tentativas no sentido de, mediante uma fórmula aceitável, evitar aos portugueses o preço que terão de pagar pela dissolução parlamentar.

Ainda, porém, que tal dissolução acabe por mostrar-se inevitável, por virtude das posições que os principais partidos políticos adoptem ou mantenham, julga o Presidente da República ser dever indeclinável de todos procurar a formação de um Governo que, recebendo o necessário suporte parlamentar e

formado sobre um consenso geral ou, pelo menos, um consenso suficiente, permita responder, na base de um programa mínimo e com a autoridade bastante, à situação em que o País se encontra, até que a vontade do povo se manifeste — não podendo o Presidente da República deixar de salientar que, na ausência de um tal consenso, qualquer das soluções que ficam em aberto apresenta aspectos altamente negativos.

Num governo assim formado para evitar a dissolução da Assembleia da República ou para gerir o País até à realização de novas eleições, está o Presidente da República, conforme já o comunicou aos partidos e ao Conselho de Estado, disposto a empenhar-se, se tal for julgado necessário e pela forma que venha a ser considerada como mais adequada.

Por estas razões — sem prejuízo das diligências que as forças políticas com assento na Assembleia da República entendam dever fazer por si próprias — decidiu o Presidente da República empreender ainda, embora num quadro de tempo limitado, novas diligências com vista a procurar uma ou outra das soluções mencionadas. Para tal está nomeadamente disposto a designar mediadores que, em diálogo com os partidos, actuem no sentido de encontrar fórmulas susceptíveis de merecer o indispensável consenso.

Embora as negociações que eventualmente venham a ter lugar devam ser conduzidas exclusivamente com as direcções partidárias — como, de resto, tem sido norma no quadro constitucional vigente — entende o Presidente da República que o respeito devido à Assembleia da República justifica que dos enunciados propósitos lhe dê conhecimento através da presente mensagem, dirigida ao abrigo da alínea d) do artigo 136.º da Constituição.

Apresento a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

a) Ramalho Eanes

É o seguinte, o texto integral do comunicado da Presidência da República divulgado na passada terça-feira:

No prosseguimento das diligências que o Presidente da República tem vindo a efectuar no sentido de resolver a presente crise política, aberta pela ruptura da coligação governamental PS/PSD, o Chefe do Estado ouviu os partidos com assento parlamentar e convocou o Conselho de Estado que, como é do domínio público, se manteve reunido ao longo de todo o dia de ontem.

Nesses contactos, o Presidente da República apresentou aos partidos e àquele órgão constitucional, um quadro de hipóteses de solução, acerca do qual pôde obter as respectivas reacções:

O Presidente da República considera que a dissolução do parlamento é a hipótese que maiores custos acarreta para o povo português. Antes do mais, pela proximidade de eventuais eleições legislativas antecipadas relativamente aos actos eleitorais cuja realização está prevista para o último trimestre deste ano. A este inconveniente, não pode deixar de ser acrescentada a situação económica e social que o País vive, bem como a necessidade de adoptar algumas medidas urgentes face à adesão de Portugal às comunidades europeias.

Por este conjunto de razões, entende o Presidente da República ser seu dever empenhar-se particularmente para que uma solução governativa possa ser criada no actual quadro parlamentar, desde que a sua viabilidade e duração se encontrem acauteladas por um compromisso político suficiente.

A necessidade de tal compromisso decorrer da circunstância de estar próximo o momento em que o Presidente da República fica impossibilitado de dissolver o parlamento sem que este, no entanto, deixe de poder provocar a demissão dos governos, situação que decorreu da revisão constitucional de 1982 e que na oportunidade mereceu ao Presidente da República comentários críticos cuja reedição entende agora dever poupar ao País.

Entretanto, não desconhece o Presidente da República que por força de indisponibilidades partidárias — dado que a dissolução do parlamento só pode ser evitada com a colaboração da própria Assembleia da República e com consenso suficiente dos partidos que a integram — pode não lhe restar outra solução que não seja a de dissolver o parlamento.

Aliás, o mesmo sucederá se o governo que se mostrar possível não preencha as condições que considera essenciais para a sua formação.

Em tais hipóteses, tudo o Presidente da República fará para viabilizar uma solução governativa que dê garantias de uma isenta preparação de eleições legislativas e de um eficaz funcionamento da administração pública e da condução dos negócios do Estado.

Nesta perspectiva, foi hoje solicitada a presença no Palácio de Belém do sr. presidente da Assembleia da República, a quem foi pessoalmente entregue uma mensagem dirigida pelo Presidente da República ao parlamento sobre os propósitos que o animam na actual crise política, atitude que é, antes de

tudo, determinada pelo respeito devido àquele órgão de soberania.

Como é de norma e tem sido prática do Presidente da República foram igualmente convocados os líderes das principais formações partidárias com assento parlamentar, a quem foi dada conta das intenções que se têm vindo a enunciar do sentido do empenhamento que o Presidente da República está disposto a proporcionar com vista à viabilização de uma das referidas soluções.

Nestas últimas audiências foi possível obter as seguintes conclusões:

a) O PSD, o PCP e o CDS voltaram a pronunciar-se pela dissolução da Assembleia da República;

b) Destes partidos, apenas o CDS se manifestou contra a eventualidade de formação de um novo governo destinado a preparar eleições legislativas antecipadas, por entender que a continuação do Governo actual constitui a solução preferível;

c) O PSD e o PCP revelaram-se disponíveis para aceitar a mediação proporcionada pelo Presidente da República com vista à formação de um governo, desde que seja decidida a dissolução da Assembleia;

d) O PS voltou a pronunciar-se contra a dissolução e contra eleições legislativas antecipadas, manifestando no entanto disposição para facilitar, em qualquer caso, uma solução para a presente crise política.

Tendo em conta os elementos recolhidos o Presidente da República decidiu reunir de novo o Conselho de Estado.

PCP

# Situação do teatro é preocupante

## — concluem trabalhadores comunistas do sector

A situação actual do teatro, a política cultural do Governo PS/PSD e a definição das linhas gerais de uma política alternativa para o sector constituíram alguns dos temas que estiveram no centro do debate que envolveu os participantes no Encontro Nacional dos Trabalhadores Comunistas de Teatro, realizado na passada segunda-feira no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa.

No decorrer dos trabalhos, os participantes constatarem que a situação que se vive no teatro é «extremamente preocupante e grave», realidade que resulta fundamentalmente da degradação dos locais e das condições de trabalho; das dificuldades financeiras com que se defrontam as companhias; da insuficiente formação profissional; do alheamento a que é votado pelos órgãos de comunicação, designadamente a RTP; da falta de apoio aos autores e dramaturgos portugueses; do agravamento em todos os domínios dos problemas dos trabalhadores do sector.

### Aposta na destruição

Na opinião dos presentes, este panorama é nem mais nem menos do que «o legado da política de direita levada a cabo por sucessivos governos, nomeadamente o do PS/PSD, que em dois anos se concretizou pela «tentativa de condicionar, asfixiar e mesmo destruir o teatro em Portugal», pela redução «do global dos subsídios atribuídos e do número de companhias abrangidas» ou ainda pela imposição de «uma nova censura e ou autocensura de que são lí-

grantes exemplos a chamada Comissão de Avaliação da Qualidade do Ministério da Cultura, o famigerado projecto do Código do Direito de autor ou a lei da chamada Segurança Interna».

Conforme salientam as conclusões do Encontro, o Governo de Mário Soares tem mostrado ao longo do exercício das suas funções uma total incapacidade «para definir e concretizar uma política para o desenvolvimento do teatro português que deliberada e intencionalmente confundiu e reduziu à atribuição e gestão dos subsídios».

Deste modo, no entender dos participantes no Encontro, o Governo escamoteou problemas e questões decisivas para o presente e o futuro do teatro, nomeadamente «a formação, os equipamentos e espaços cénicos, a dramaturgia portuguesa, a descentralização, a promoção e o problema do público, a investigação, o teatro amador».

A tentativa do «agonizante Governo de Mário Soares» de vibrar novo e profundo golpe no teatro, reduzindo ainda mais o número de companhias subsidiadas e o montante global a atribuir a pretexto «de falsos critérios de selecção pela «qualidade» mereceu também o vivo re-

púdio dos trabalhadores presentes que consideram que tal política em última instância visa a «desarticulação e desagregação de todas as companhias e de todo o teatro».

### Política alternativa

O Encontro lançou, por outro lado, um alerta para as promessas demagógicas «e os presentes envenenados que acompanharão esta redução de subsídios, procurando aliciar e atrair alguns homens de teatro e fomentar os conflitos e a divisão de uns contra os outros».

Depois de se dirigir a todos os que de algum modo se encontram ligados ao teatro, «independentemente das suas convicções políticas e ideológicas», para que ultrapassem divisões secundárias e artificiais, as conclusões do Encontro sublinham que existe uma política alternativa capaz de «promover e assegurar o desenvolvimento e progresso do teatro em Portugal», a qual deverá passar necessariamente pelo «respeito e defesa da liberdade de criação artística, pelo reconhecimento e apoio às diversas expressões, dinâmicas e componentes do teatro português», pela dignificação profissional, a defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores de teatro, por uma «nova legislação para o teatro que dê uma resposta global e articulada aos múltiplos e diversos problemas do teatro português».

## Nas AR de Açores e Madeira

# PCP é porta-voz dos problemas Regionais

As representações do PCP nas Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira continuam a ser o veículo praticamente exclusivo nestes órgãos para a discussão pública dos problemas das populações destas Regiões Autónomas. Dominadas por maiorias PSD em geral acolitadas pelos representantes do PS e do CDS, estas Assembleias funcionam praticamente como instrumentos dóceis dos respectivos Governos Regionais PSD, na prossecução de uma política de miséria polvilhada a demagogia. Os reais problemas das populações só lá entram quase à força, através das representações comunistas...

Exemplo recente disso, na Região Autónoma dos Açores, foram dois requerimentos apresentados pelo representante do PCP na Assembleia Regional, camarada Decq Mota, ao Governo da Região, o primeiro dos quais sobre as graves carências existentes em pessoal médico, de enfermagem e para-médico nos Serviços de Saúde do Concelho do Nordeste da Ilha de S. Miguel, que Decq Mota visitara e onde pôde também constatar a vaga de protestos à volta do novo Centro de Saúde do Nordeste. A este propósito, inquiriu o requerimento sobre «quais os trâmites seguidos para a definição do local onde está a ser construído o referido Centro de Saúde, qual a posição do Nordeste sobre o assunto, se foi ouvida a opinião do Concelho da Direcção Clínica do Hospital e do delegado de Saúde, se foram estudados outros ou outros locais alternativos e quais as razões que levaram à opção tomada».

O segundo requerimento relacionava-se com outro problema do Concelho visitado — a situação da Escola Preparatória do Nordeste. Inaugurada em Maio de 1984, apresenta inúmeras anomalias motivadas por deficiente construção do edifício, nomeadamente infiltrações de água, paredes com fendas, telhas e vidros partidos por falta de segurança contra os ventos, inundações frequentes por deficiente funcionamento dos balneários, cortes no abastecimento de água à escola, falta de vedação na proximidade de áreas perigosas, etc, etc. O representante do PCP considerou inadmissível que uma obra como esta ofereça tantos evidentes defeitos de construção e de projecto, sublinhando ser obrigação do Gover-

no Regional verificar o andamento e execução das obras regionais, verificar o funcionamento das instalações e o escrupuloso cumprimento dos contratos pelos empreiteiros.

### Madeira

Na Assembleia Regional da Madeira o representante do PCP, camarada Mário Aguiar, levantou igualmente algumas questões, neste caso sobre as irregularidades e ilegalidades no campo das relações de trabalho, que «têm vindo a multiplicar-se na Região perante a passividade ou mesmo cobertura do Governo Regional».

Assim, «múltiplas empresas têm beneficiado de apoio e subsídios alegadamente destinados a apoio ao emprego e cujos resultados são totalmente contraditórios com os fins a que se destinavam», sendo vários os exemplos citados pelo representante do PCP: a «Cavalinho e Irmão, Lda» beneficia de um subsídio

mensal de 45 contos para a renda das suas instalações, alegadamente no âmbito de um acordo de cooperação destinado à formação profissional, tendo anteriormente recebido um aval de 2000 contos, mas desde Janeiro que não paga salários, não cumpre as normas contratuais, não concede férias devidas e exerce pressões para o despedimento; à Fábrica de Rebuçados da Madeira foi concedido um subsídio como prémio de emprego para criação de 11 postos de trabalho (coisa que, num ano, deu qualquer coisa como 1647 contos), mas o que aconteceu foi o encerramento da fábrica pelas entidades patronais, que entretanto abandonaram a Região sem pagar a ninguém; a empresa de pesca «Armando A. A. João, Lda» recebeu um «incentivo» de 2000 contos não reembolsáveis e avales de elevadíssimos montantes e o resultado foi os trabalhadores não receberem o pagamento a que tinham direito no fim do ano de 1984 e a inactividade quase total dos barcos. Há mesmo o recorde do sr. Silvano Luciano França que, depois de ter recebido um subsídio para a promoção de emprego no restaurante «Francis's Burger», logo de seguida se pôs a andar sem pagar a ninguém...

Perante estes e outros exemplos concretos vê-se, como sublinhou Mário de Aguiar, «as dificuldades que estão escondidas por detrás da chamada «paz social» que Jardim e seus pares dizem existir na Madeira».

## Açores

# Encontro APU em S. Miguel

Realizou-se no passado sábado, na Escola da Mãe de Deus, em Ponta Delgada, um Encontro de Activistas da APU da Ilha de São Miguel. Contando com a participação de militantes do PCP e do MDP e de independentes, vindos de todos os concelhos da Ilha, o Encontro analisou o trabalho desenvolvido pelos eleitos da APU nas autarquias locais, definiu medidas e orientações em relação às próximas eleições autárquicas e debateu aspectos vários do trabalho preparatório dessas eleições.

O Encontro APU de São Miguel decidiu, por fim, que se trabalhe no sentido de se concorrer a todos os órgãos autárquicos da Ilha e colocou, como objectivos políticos, o reforço dos resultados eleitorais obtidos nas regionais de 1984 e o aumento do número de eleitos em órgãos autárquicos.

### Festas na Horta

Também no sábado passado, à noite, realizou-se na Horta no

recinto de festas anexo ao Centro de Trabalho do PCP, o primeiro de uma série de convívios de Verão, tradicionalmente providos pelo Partido.

Com a participação de centenas de pessoas decorreu, durante boa parte da noite, um baile animado pelo conjunt local «ETC».

Novo baile terá lugar no mesmo recinto no próximo dia 22 de Junho. A comissão promotora prevê ainda, durante os meses de Julho e Agosto a realização de exposições de cinema e de espectáculos musicais.

### Trabalho Voluntário

Para acabamento das obras de construção do novo Centro de Trabalho do Partido em Angra do Heroísmo, realizou-se no passado fim-de-semana a primeira de uma série de jornadas voluntárias de trabalho.

Prevê-se a conclusão da obra para os finais do próximo mês de Setembro.

# Trabalho da APU em Camarate é «gigantesco»

No passado domingo, reuniu-se a 1.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Camarate do PCP. Nos trabalhos, em que participaram 100 delegados, concluiu-se que «apesar de deficiências no nosso trabalho e do entrave posto pelo Governo ao poder local democrático, o trabalho realizado é gigantesco».

Nesta 1.ª Assembleia, foram salientados como objectivos para as próximas eleições autárquicas a obtenção da maior votação de sempre na freguesia e o reforço da maioria absoluta na Junta de Freguesia de Camarate.

Os participantes nesta reunião elegeram a nova comissão de

Freguesia do PCP, que passa a ser composta por 21 camaradas, maioritariamente operários e com uma ideia muito jovem.

No final da Assembleia interveio o camarada Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

## Um acontecimento editorial

45 dias após a realização da Conferência Nacional do PCP sobre «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise» (realizada em 30 e 31 de Março de 1985) a Editorial «Avante!» publica 2 volumes com 1628 págs.

- \* Intervenção de abertura (Carlos Costa) e Intervenção de encerramento (Alvaro Cunhal)
- \* 360 intervenções sectoriais produzidas em Plenário e nas Secções que abrangeram as grandes questões da economia nacional
- \* Documento-Base da Conferência
- \* Proclamação aprovada na Conferência

### AS GRANDES LINHAS PARA VENCER A CRISE

- \* 1.º Aumento da produção nacional
- \* 2.º Saneamento financeiro do País (Empresas, Estado, Dívida Externa)
- \* 3.º Melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral



O maior debate sobre economia concreta jamais realizado em Portugal! 70 horas de análise e discussão nos trabalhos das 19 secções, equivalentes a praticamente 9 dias de sessões de 8 horas úteis cada! Agora em livro.

edições «Avante!»  
Cada volume 500\$00

Publicação dos textos da Conferência: a continuação do debate sobre outra forma!

PCP

# A Festa da Alegria realiza-se mesmo

## • Um só dia de festa, a mesma determinação e confiança

«Este ano a música é outra», dizia o cartaz editado pela Organização Regional do Minho do PCP e que anunciava para os dias 12, 13 e 14 de Julho a realização de mais uma edição da já tradicional «Festa da Alegria».

Só que este ano, a Festa vai-se realizar num só dia — 13 — e em dois locais — na Praça do Município e no Teatro Circo de Braga. E isto porque «a DORM do PCP, tendo ponderado todos os problemas suscitados à utilização de recintos na cidade de Braga para a Festa da Alegria que sejam adequados à sua dimensão e características tradicionais, decidiu alterar o programa antes divulgado, mantendo embora a sua realização».

A decisão da DORM do PCP «fica a dever-se às dificuldades imprevistas surgidas com a utilização dos terrenos do Parque exterior de São João da Ponte, que tinham sido escolhidos como solução alternativa ao Parque Municipal de Exposições».

Este parque — lembra a DORM — foi «negado ao PCP pela maioria PS/PSD/CDS na Câmara de Braga». Depois, com a posição tornada pública pelas entidades religiosas da cidade, e com o facto de o Governador Civil não ter fornecido em tempo útil o esclarecimento reclamado, a DORM do PCP — para não criar uma situação de controvérsia com a igreja na que se refere

a este problema — considerou por bem mudar o local da realização desta importante iniciativa cultural, recreativa e política.

Por tudo isto, a Festa da Alegria será, este ano, «um grande acto público de afirmação e de defesa das liberdades. Será também um grande acto de cultura, de convívio e de debate dos problemas nacionais, um grande espaço democrático, de fraternidade e de diálogo, edificado ao longo de sete edições consecutivas pelo esforço e pelo trabalho dos comunistas do Minho e de muitos outros amigos da Festa».

Em comunicado, a DORM do PCP, ao afirmar que considera necessário o esclarecimento ri-

goroso e definitivo, para prevenir problemas futuros, sobre a propriedade e administração dos terrenos em causa, salienta que tal é necessário «para garantir a adequada preservação e valorização de um dos mais belos espaços naturais da cidade de Braga».

### Todos à Festa

Finalmente, é salientado por esta organização do PCP que, «embora em condições diferentes, a Festa da Alegria será feita e continua» e que «a participação e adesão massivas dos democratas e povo do Minho, dos amigos da Festa da Alegria es-

palhados por todo o País, constituirão a melhor resposta às manobras, pressões e ilegalidades com que a maioria PS secundada pelos outros partidos de direita na Câmara de Braga tentou impedir a realização da Festa da Alegria e tenta anular agora os espaços públicos na cidade adequados à realização das grandes manifestações e actos públicos, políticos e sociais, demonstrando a sua intolerância, sectarismo partidário e ausência de convicções democráticas».

O recado é claro: Todos à Festa da Alegria, por Abril, pela Democracia, pela Cultura e contra todas as formas de repressão.



## O programa

Dado todos os problemas que se depararam à realização de mais uma edição da Festa da Alegria, este certame será — exclusivamente este ano — de um só dia. Um sábado, 13 de Julho.

O seu programa vai ser, pois, um programa bastante preenchido. Logo pelas 14 e 30, na Praça do Município, teremos folclore e música popular portuguesa. Tudo começa com um ambiente de festa que deixará muitos dos que fizeram os impossíveis para impedir a realização da Festa da Alegria com um verdadeiro sentimento de frustração.

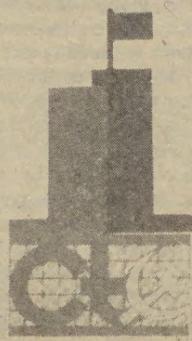
Depois, haverá um grandioso desfile popular — onde uma vez mais se provará que o o povo minhoto está com Abril e contra todas as medidas de cariz fascizante e — finalmente — pelas 17 horas, será tempo para um grandioso comício em que participará o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

Já de noite — e agora no Teatro Circo de Braga — decorrerá, a partir das 21 e 30, o espectáculo de encerramento da Festa da Alegria.

Para todos aqueles que já tinham comprado o Ingresso da Festa (IF), aqui fica a mensagem: Os bilhetes de entrada para o espectáculo no Teatro Circo são ao mesmo preço do IF, pelo que os poderão trocar. Para os que ainda não o compraram, os bilhetes para este espectáculo estão à venda nas sedes do PCP e nas bilheteiras do Teatro Circo.

# Campanha para o CT de Setúbal avança a bom ritmo

Ouvir Carlos do Carmo é, por si só, motivo de prazer. Assistir a um verdadeiro espectáculo de revista à portuguesa, é lembrar um genuíno espectáculo que tão adulterado está. Ouvir Carlos do Carmo e ver uma revista à portuguesa constitui, certamente, uma oportunidade única. Uma oportunidade que tem sido dada a muitas centenas de pessoas do distrito de Setúbal e que, pelo êxito que tem acolhido, assinala a justeza da aposta da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, em mais esta iniciativa integrada na Campanha Distrital de Fundos para o Centro de Trabalho da DORS que, como já dissemos no número passado, atingiu a bonita soma de mais de 12 mil contos.



rem num giro pelas praias alentejanas no próximo dia 7 de Julho. Por seu turno, a Comissão de Freguesia de São Julião, de Setúbal, promove uma excursão às frescas grutas de Santo António e de Mira d'Aire.

Finalmente, e seguindo o apelo lançado pela Organização Regional do Minho do PCP, a célula da Setenave organiza uma excursão à Festa da Alegria, em Braga, nos próximos dias 13 e 14 de Julho.

SECTORES	EVOLUÇÃO DAS METAS EM PORCENTAGEM									
	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
ALCÁÇER	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
ALCOCHETE	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
ALMADA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
BARREIRO	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
GRÂNDOLA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MOITA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MONTIJO	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
PALMELA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SANTIAGO	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SEIXAL	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SESIMBRA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SETUBAL	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SINES	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SINDICAL	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
J.C.P.	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
D.O.R.S.	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
TOTAL DISTRICTAL	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

O espectáculo itinerante por onde já passou — Setúbal, Barreiro e Baixa da Banheira — tem grangeado o aplauso das muitas centenas de pessoas que, desta forma, se quiseram solidarizar com esta grande iniciativa da DORS. A adesão anterior do público aponta para que os próximos espectáculos, na Moita dia 5, em Alcácer do Sal dia 12 e em Grândola dia 14, constituam novos êxitos.

Mas a campanha não se resume ao espectáculo itinerante da DORS. Vive essencialmente das iniciativas das diversas organizações de empresa e locais.

Assim, três organizações houve que decidiram — à vista do êxito que constitui a excursão a Espanha da Concelhia de Setúbal — organizar outras tantas excursões.

A Comissão de Freguesia de Santa Maria convida todos os camaradas e amigos a participa-

### Uma campanha que avança

Embora sendo difícil destacar esta ou aquela iniciativa, duas há que, quer pelo seu peso, quer pelo número de pessoas que a elas acorrerão, merecem uma particular referência. Trata-se da Festa do Sado que se realiza já nos próximos dia 29 e 30 deste mês em Alcácer do Sal, e da Festa Amiga, que se realiza no Pinhal Novo no primeiro fim-de-semana de Julho, e cujos programas estarão brevemente à disposição de quem queira participar.

Assim vai a Campanha Distrital de Fundos para o Centro de Trabalho da DORS do PCP. Os 12 mil contos já foram atingidos. Número que, pelo carinho e pelo entusiasmo que a Campanha tem grangeado, depressa será ultrapassado.

## Repressão e luta em Gaia

A repressão nas empresas, um elevado número de trabalhadores com salários em atraso, contratos a prazo e no desemprego, a par com uma grande movimentação dos trabalhadores e da população em defesa dos postos de trabalho e das conquistas de Abril, são os traços essenciais da caracterização da situação vivida no concelho de Gaia saída da reunião da Comissão Concelhia local do PCP, que se realizou no passado dia 15.

Para este organismo do PCP, que ainda analisou o trabalho do Partido e das linhas de trabalho para os próximos meses, nomeadamente para o trabalho eleitoral, «a má gestão e a incompetência continuam a ser a prática da Câmara PS com o apoio do PSD e do CDS. A traduzir esta incompetência registase o facto de ainda não ter sido aprovado o Plano de Actividades

e Orçamento para 1985 — e já estamos a meio do ano —, a descoordenação dos serviços camarários e a não resolução dos mais graves problemas do concelho.

Na sua reunião, a Comissão Concelhia de Gaia do PCP salientou que continuar o alargamento da APU e a apresentação de listas em todos os órgãos autárquicos são as grandes linhas de força para as próximas eleições autárquicas, sendo de salientar as metas de se atingir a vitória em Afurada e Valadares.

Este organismo constatou também «o prestígio crescente do Partido no Concelho e o largo apoio que as posições e opiniões dos comunistas vêm conquistando junto dos trabalhadores e da população» do concelho de Gaia.

PCP

## Comícios em Lisboa e no Porto

Este sábado, pelas 17 e 30, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, intervirá num comício promovido pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido.

No comício, que se realiza na zona poente do Parque Eduardo VII, em Lisboa, participará também o camarada Francisco Lopes, membro do Comité Central e do executivo da DORL do PCP.

A preceder o comício, haverá um espectáculo de Canto Livre com Carlos Alberto Moniz.

Também, no Porto, mas na noite de sexta-feira, e por iniciativa da Direcção da Organização Regional do Porto do Partido, se realiza um comício sobre a situação política.

Neste comício, que se efectua no teatro Rivoll a partir das 21 e 30, intervirá o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.



**Vitória!**  
PARA O PARTIDO

## Já foram sorteadas as rifas

### • Ultrapassados os 68 mil contos

A campanha da DORL para a compra e obras de beneficiação do Centro de Trabalho Vitória prossegue, tendo já ultrapassado os 68 mil contos. Para este número, contribuiu decisivamente o sorteio das rifas cujo primeiro prémio era um automóvel.

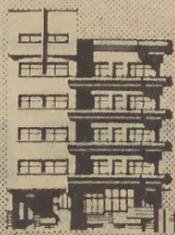
O primeiro prémio — um Fiat Uno 45 S — estava dentro da rifa número 59 443; o segundo prémio — uma viagem de oito dias para duas pessoas à URSS — vinha com o número 39 718 e, finalmente o terceiro prémio — um mini computador Spektrum 48 K — saiu à rifa com o número 57 098.

A rifa com o prémio gordo foi vendida pelo Sector Público e as outras duas foram vendidas, por ordem de grandeza, respectivamente, pelo Sector de Transportes e pela organização de Loures Oriental.

O mapa da Campanha relativo à semana passada, onde se vê terem sido já ultrapassados os 68 mil contos

ORGANIZAÇÕES ACUMULADO

Alenquer	235 162\$00
Arruda dos Vinhos	86 928\$00
Azambuja	140 795\$50
Cadaval	315 503\$00
Mafra	253 743\$00
Lourinhã	54 293\$00
Sobral	223 408\$00
Torres Vedras	424 286\$00
Amadora	2 665 207\$00
Cascais	2 068 179\$50
Carnaxide	1 401 753\$00
Oeiras	931 922\$50
Sintra	1 354 573\$00
Queluz	1 523 765\$00
Loures - Ocid.	2 918 772\$00
Loures - Ori.	3 334 780\$50
V. F. de Xira	4 677 073\$00
C. L. L.	18 998 955\$20
Bancários	2 620 388\$00
Seguros	1 160 285\$00
Sect. Público	1 876 014\$50



Transportes	4 545 706\$00
Função Pública	1 927 541\$00
Saúde	3 222 851\$00
Informação	672 510\$00
Intelectual	3 840 521\$50
Sect. Sindical	1 246 432\$00
SIP/DORL	796 779\$00
Livraria Vitória	41 069\$50
C. T. Vitória	437 829\$80
JCP	13 000\$00
DORL	4 546 773\$50
Diversos	—\$
<b>TOTAIS</b>	<b>68 272 861\$00</b>

## Trás-os-Montes paga factura de política de direita

A miséria, a não-solvência da agricultura e a falência de numerosas pequenas e médias empresas são as facturas que a população de Trás-os-Montes paga pela política demagógica e eleisoleira do já quase ex-governo PS/PSD e das autarquias controladas pela direita.

Analisando a situação política e social da região, a Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP, reunida recentemente, salienta que «espa-

lhafatosas iniciativas, reproduzidas e ampliadas pelas câmaras de eco da Comunicação Social, procuram esconder a gravidade dos problemas, desviar a atenção popular da luta e agudeza da situação social, transformando em (falsas) soluções dos problemas regionais, investimentos e projectos destinados a encher os bolsos a capitalistas nacionais e locais».

Para a DORT do PCP, tais iniciativas «são operações de

«compra» da consciência regional com os dinheiros da CEE-/FEDER, em troca da liquidação da vida económica regional», e que se traduzem na «ruína da pequena e média agricultura a favor das grandes empresas agrícolas, como já hoje acontece no Douro, desistência de qualquer projecto sério de industrialização de que é exemplo claro o congelamento do aproveitamento dos ferros de Moncorvo».

No comunicado emitido no fi-

nal da reunião, a DORT do PCP, salientando que «só a oposição e luta dos trabalhadores, dos agricultores e das populações tem permitido minorar os crimes económicos, sociais e políticos praticados pelo Governo de Mário Soares/PS/PSD, chama «todos os democratas ao trabalho pelo reforço das listas APU para as próximas eleições autárquicas, confiantes de que alcançaremos significativos progressos nas votações e no número de eleitos da APU».

## Salienta a DORAM

## Também na Madeira cresce a luta dos trabalhadores

Na Região Autónoma da Madeira assiste-se a um aumento do descontentamento por parte dos trabalhadores e da população, paralelamente ao crescimento da consciencialização pela necessidade e possibilidade de travar a política antipolar levada a cabo pelo moribundo Governo PS-PSD — salienta a Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP, num comunicado tornado público após a sua reunião de 6 de Junho último.

Abordando algumas questões prementes para a Região Autónoma, a DORAM alerta para a decisão política da entrada no Mercado Comum que levanta

«sérias preocupações e rexeios acerca dos prejuízos que, a curto e médio prazo, poderão recair sobre a economia local, designadamente nos sectores da agricultura e pescas e no próprio turismo».

Salienta-se no texto, igualmente, o agravamento dos preços que o novo imposto, o IVA, implica e outros aumentos a pretexto da entrada na CEE».

Focando alguns casos concretos, a DORAM refere que já falta carne congelada, que irá aumentar substancialmente de preço ao consumidor e, segundo afirmam os fornecedores, a culpa seria da CEE.

A permanente subida do custo de vida é outra preocupação sentida por toda a população da Região Autónoma da Madeira que a DORAM refere, subida essa que é acompanhada pela incerteza dos postos de trabalho, pelos aumentos salariais muito abaixo da inflação, pelos salários e subsídios que não são pagos, pela falta de perspectivas estáveis de acesso a qualquer profissão.

Mas face a esta situação cresce a luta da população trabalhadora da Região Autónoma da Madeira, como o provam as iniciativas sindicais levadas a cabo na Região, no âmbito da jornada nacional de protesto contra

a desastrosa política do moribundo Governo PS-PSD, nomeadamente a greve total dos transportes públicos do Funchal, os plenários sindicais e a concentração de muitas centenas de trabalhadores da hotelaria, da construção civil, com salários em atraso, e em muitos outros sectores, que assumiram na Madeira uma significativa expressão unitária, combativa e determinada.

Saudando a unidade e confiança demonstradas a DORAM do PCP assegura aos trabalhadores da Região o total apoio e solidariedade no prosseguimento da luta pelas suas justas reivindicações.

## «O Porto em Festa»

### a 5, 6 e 7 de Julho

Já se encontra à venda o Ingresso Permanente (IP) para a iniciativa do PCP «O Porto em Festa», que se realiza nos próximos dias 5, 6 e 7 de Julho no Monte Aventino, às Antas.

O ingresso permanente, como o nome indica, possibilita a entrada durante os três dias da Festa e custa somente 150 escudos. No final da Festa proceder-se-á a um sorteio, cabendo ao primeiro prémio um televisor a cores ou uma máquina de lavar, ao segundo um rádio e ao terceiro duas EP's para a Festa do «Avante!».

«O Porto em Festa» é uma iniciativa da Direcção da Orga-

nização Regional do Porto do PCP. Durante os três dias de Festa haverá música — muita música e para todos os gostos —, cinco exposições, cinema, debates, uma Feira do Livro e do Disco, divertimentos vários, jogos tradicionais portugueses, atletismo, cicloturismo, artigos regionais e uma mão cheia de petiscos nortenhos.

Se para todos o Ingresso Permanente já é barato, as crianças até aos 12 anos e os Reformados, Pensionistas e Idosos poderão circular à vontade na Festa, que ninguém lhes vai pedir o ingresso.

## Festa em Santa Iria da Azóia

Os dois últimos dias deste mês — 29 e 30 — vão ser pretexto para uma Festa «Fim de Semana Popular» organizada pela Comissão de Freguesia de Santa Iria de Azóia do PCP.

Nestes dois dias de Festa, além de Arraial, das sardinhas, da doçaria e dos muitos petisco que por lá haverá, participarão diversos artistas. Na noite de domingo, haverá um comício onde intervirá o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do

PCP e director do «Avante!».

Logo a seguir à abertura da Festa, no Mercado de Levante, Vitorino e o Bando da Planície iniciarão a noite que se prolongará com os fados e guitarradas a cargo de Manuel Maia e António Maia.

Já no domingo, haverá espectáculo infantil com ilusionistas, ventrílocos e palhaços, ao que se seguirá um espectáculo com grupos corais. O ingresso para os dois dias de Festa custa 150 escudos.

## Deputada em São João da Madeira

A deputada do PCP pelo círculo de Aveiro visitou recentemente o concelho de São João da Madeira, onde contactou com a população.

Zita Seabra deslocou-se à escola do ensino primário de Fundo da Vila — cuja população enfrenta gravíssimos problemas de insucesso escolar —, reuniu com as Organizações Representativas dos Trabalhadores da Oliveira, tendo almoçado na cantina da empresa, visitou o lar da terceira

idade e o jardim de infância da Misericórdia de São João da Madeira e a Escola Secundária n.º 3, cujas instalações se encontram inacabadas.

Nesta visita de Zita Seabra, participaram também António Mendes e Manuel Rocha, respectivamente membros da Assembleia de Freguesia e da Assembleia Municipal de São João da Madeira, e ainda o camarada Ramígio, membro da Comissão Distrital de Aveiro do PCP.

## Minas do Pejão

Na nossa última edição saiu, no texto sobre a deslocação do camarada Álvaro Cunhal ao distrito de Viseu, que as minas do Pejão estão localizadas neste último distrito. Foi um lapso, evidentemente: as minas do Pejão sempre estiveram (e não foi nossa intenção mudar-lhe o sítio!) no distrito de Aveiro.

## Trabalhadores

# 600 mil rurais em risco de perderem subsídios e pensões

Os representantes de 600 mil trabalhadores rurais e agricultores independentes vão avistar-se hoje com os grupos parlamentares para «exigir expressamente», segundo a CGTP-IN, a revogação de um decreto que lhes retira «todos os direitos da Segurança Social».

Os representantes sindicais de todo o País, que anunciaram para ontem à tarde uma audiência na Presidência da República, afirmam que, com a entrada em vigor do decreto-lei 81/85, aprovado pelo Ministério socialista em 1 de Maio findo, «os assalariados agrícolas correm o risco de pagar mais para a Segurança

Social do que o salário que recebem».

Se as disposições do decreto se tornarem realmente efectivas, os quase 200 mil assalariados agrícolas existentes no País, em vez de 150 escudos mensais que pagavam para a Segurança Social, através da inscrição nas Casas do Povo, passam a ter que desembolsar 907\$50 — seis vezes mais, quer trabalhem um dia, quer um mês inteiro para um patrão.

Segundo a CGTP-IN, onde hoje os representantes sindicais dos trabalhadores agrícolas dão uma conferência de Imprensa, há milhares de trabalhadores

que neste momento estão impossibilitados de apagar o montante dessa contribuição.

Por outro lado, o decreto aprovado pela coligação extinta «continua a não conceder aos trabalhadores agrícolas o subsídio de assistência inadiável a filhos menores de três anos nem o complemento por cônjuge a cargo», regalias que, segundo a CGTP, são já do regime geral.

Não podendo pagar os mais de 900 escudos de contribuição mensal, os trabalhadores perdem direitos como os subsídios por doença, maternidade, aleitação, abono de família e, mais

tarde, o direito à pensão de reforma.

A revogação imediata do decreto é, deste modo, uma exigência que mobiliza não só os assalariados, mas os futuros pensionistas afectando, segundo os sindicatos do sector, «o futuro de cerca de 600 mil trabalhadores agrícolas e agricultores independentes».

## Salários e emprego no centro das lutas

Salários por pagar e contratação colectiva, ameaças sobre o emprego e despedimentos continuam a mobilizar para lutas ur-



Agricultores independentes também se mobilizam contra os cortes nas prestações da Segurança Social

gentes largos milhares de trabalhadores, como sucedeu ultimamente na Lianeva, Grupo Mondago (empresas têxteis dos Melos com sede no Norte), traba-

hadores aduanelados em despachantes e empresas, Ematêxtil, Fundação Francisco Barbosa de Castro, Ribeiro & Irmão, Norlim e Seixezelo.

# Agrava-se o emprego precário em condições de sobreexploração

## • TAP e Têxteis entre outros casos flagrantes

Como não se confirmou a informação segundo a qual o «regime sucedâneo» (suspensão parcial da contratação colectiva) não iria por diante na TAP, os trabalhadores e as suas organizações representativas voltam a anunciar movimentações próximas, em luta por aquele direito constitucional e contra a desnacionalização da transportadora aérea onde trabalhadores a prazo e subcontratados «tapam» centenas de postos de trabalho com «carácter efectivo», como refere a Célula do PCP na empresa, acrescentando que, em vários dos seus departamentos e delegações, continuam a ser alimentados «parasitas que recebem milhares de contos mensais da TAP e pagam miseráveis aos subcontratados, em regime laboral infra-humano, com resultados anuais desastrosos para a transportadora aérea nacional».

Recorde-se que o conselho de gerência continua a não cumprir a cláusula do Acordo de Empresa, que proíbe o regime de subcontratação, mais conhecido por aluguer de mão-de-obra. Sem quaisquer direitos reconhecidos, sujeitos à arbitrariedade imposta pelos «vivaços», como os designa a Célula do PCP, os subcontratados não vêem uma ínfima parte daquilo que a TAP vai pagando por hora de trabalho individual: «valores que oscilam entre os 805 e os 3192 escudos» e que «em meia dúzia de dias, atingem muitos milhares de contos, com o custo mensal/homem rondando os 200 contos».

## Prejuízo superior a cinco milhões

O dr. Gomes Mota, que aqui há tempos foi indicado como coordenador da campanha presidencial de Mário Soares e se mantém, com as suas reconhecidas capacidades de «desmantelador» à frente do conselho de gerência da TAP, que se propõe desnacionalizar aos poucos, criando as conhecidas sociedades anónimas de responsabilidade limitada (casos da LAR e da Air Atlantis, que abriram o processo de desmantelamento da transportadora), será um dos primeiros responsáveis por um prejuízo, em 1984, que a Célula do PCP na TAP considera superior a 5 milhões de contos. Embora se calcule facilmente que o dr. Gomes Mota «arranje» os números «para dar os tais 3 mil contos de lucros já apregoados», será esse afinal um arranjo pequeno para tanta realidade à vista de toda a gente.

O «regime sucedâneo», que

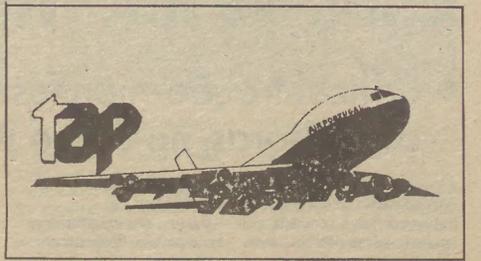
vem no seguimento da «situação económica difícil, não tem a ver com as reais dificuldades da empresa e com a sua situação de nacionalizada, ou pública, como já era antes do 25 de Abril. Tem a ver, isso sim, com uma política geral que sobrecarrega com todos os custos das desnacionalizações os trabalhadores; e os que estão organizados, em primeiro lugar.

A matéria desse «regime», que afinal é mais uma portaria que o Ministério socialista pretende impor à moda de antigamente, afecta cláusulas contratuais como as referentes aos horários de trabalho; descanso semanal obrigatório; as férias, cuja duração seria reduzida; as facilidades em matéria de passagens; as dispensas resultantes de trabalho extraordinário; e, acima de tudo, os postos de trabalho — pois que se prevêem despedimentos, pelo menos e para já, no infantário.

Podem perguntar-se se essas medidas são susceptíveis de desafogar a situação financeira da TAP, de melhorar os seus serviços, de a fazer funcionar no interesse real do País. As respostas estão à vista: o desmantelamento da nacionalizada é para servir interesses que têm a ver com a «hegemonia de um grupo», onde o capital privado, se ainda não tem predominio não tardará a conseguir-se, e entretanto não for travado o processo aberto com o desvio do tráfego não regular e regional. A esse processo se têm oposto abertamente os trabalhadores e as suas organizações representativas, recorrendo a várias formas de luta incluindo a greve.

## Têxteis: devem passar a efectivos todos os que estão a prazo — reclamam ORT's sectoriais

Organizações representativas dos trabalhadores do têxtil, ves-



tuário, calçado e produtos afins exigem dos organismos governamentais responsáveis as medidas necessárias à passagem progressiva de todos os trabalhadores do sector, na maioria mulheres, à categoria de efectivos, acabando-se com a escandalosa situação reconhecida pela própria Inspeção-Geral do Trabalho, segundo a qual «cerca de 92,7 por cento dos contratados a prazo na indústria de vestuário e confecção e de 56,4 por cento na indústria têxtil são mulheres».

A fiscalização que iniciou, no período de 11 de Março a 13 de Abril deste ano, num total próximo dos 225 mil trabalhadores, averiguou que o distrito com mais mulheres contratadas a prazo nos têxteis é o de Setúbal (90,3%), a seguir em Braga (80,1%) e depois Lisboa (88%). Quanto ao vestuário e confecção o distrito mais atingido é

Aveiro (nos 66,9%), seguindo-se-lhes os distritos do Porto e Braga. Este último é também um dos mais afectados pelos salários em atraso nesses ramos de actividade industrial (23,4%), antecedido, de longe, por Santarém, com 71,6 por cento do total, revela o inquérito da Inspeção-Geral do Trabalho.

Divulgado na passada quinta-feira, o documento oficial regista ainda uma dívida média de cerca de 200 contos por trabalhador no que respeita à falta de cumprimento do salário mínimo garantido legalmente; e verifica, quanto ao trabalho de menores, que existem 1165 casos desses, com idades inferiores a 16 anos; «cerca de 94,3 por cento são raparigas». Os menores representam uns 3,2 por cento do total de trabalhadores e são 13,2 por cento dos contratados a prazo no têxtil, vestuário e confecções.



Trabalho remunerado entre as primeiras reivindicações

## Juventude Próximo sábado Encontro Nacional

No próximo sábado, dia 22, a CGTP-IN promove em Lisboa (Academia de Santo Amaro) o I Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora.

Os jovens entre os 15 e os 24 anos, recorda a Central unitária, representam 16 por cento da população. Do milhão e 600 mil indivíduos, nessas condições, trabalham apenas 700 mil.

Sabe-se que 400 mil recebem menos de 15 contos por mês e, «oficialmente, cerca de 300 mil estão no desemprego».

O encontro aprovará uma carta reivindicativa dos jovens trabalhadores, onde naturalmente a questão do desemprego ocupará lugar de destaque.

Segundo a CGTP-IN, o Encontro insere-se nas iniciativas do Ano Internacional da Juventude, e o projecto de documento a apresentar na sessão de sábado continua a ser discutido «nas empresas e organizações sindicais por todo o País».

## Congressos PME's e FCT

# Trabalhadores e empresários vêm na política do Governo a mesma nocividade

Duas iniciativas de relevo no último fim-de-semana remetem ambas para a necessidade de concretizar uma nova política com um governo diferente. Reunidos em Congresso, os pequenos e médios empresários e a Federação sindical das Comunicações e Telecomunicações mostraram, embora em campos diferentes, como lhes tem sido nociva a política da extinta coligação.

As associações e movimentos dos pequenos e médios comerciantes e industriais (PME's) e a Federação das Comunicações e Telecomunicações (FCT), em Congressos separados e com objectivos específicos que cabem a assalariados e a amplas camadas médias da população, convergem necessariamente na recusa de uma política que só protege os muitos vastos interesses monopolistas e que

pretende mesmo alargá-los, subvertendo a função social do Estado na coordenação da economia e fazendo valer apenas as ambições das clientelas ligadas aos Ministérios de direita — como são os casos da CIP, CCP e CAP, no que respeita às actividades económicas; e da UGT no chamado «campo laboral».

Assim, uma das principais conclusões do I Congresso Nacional dos Pequenos e Médios

Empresários remete para a eventual criação de «uma estrutura verdadeiramente representativa» da qual poderá sair brevemente uma Confederação.

Quanto aos trabalhadores sindicalizados, representados pela FCT, as reivindicações assentam principalmente na recusa dos projectos destinados a minar o volume do emprego, e a aumentar os despedimentos e a entregar as transacções comerciais

mais lucrativas ao capital financeiro, com prejuízo do sector empresarial do Estado.

A lisura de processos no que respeita à introdução de novas tecnologias foi também objecto das resoluções do 2.º Congresso da FCT, que protestou, por outro lado, contra «a manipulação» a que a RDP e a RTP estão sujeitas, designadamente no que respeita às movimentações e lutas dos trabalhadores.

## Em proveito próprio

Os tempos vão de tal maneira que até o próprio ministro da Saúde, se assim se pode chamar ao Maldonado Gonet, não se coíbe de dizer em público que salários em atraso e dívidas à Previdência existem (também) entre outras malversações, porque alguns dos responsáveis por semelhante estado de coisas utilizam em proveito próprio dinheiros destinados a esses fins.

É conhecida a intenção do ministro: trata-se muito chamente de chamar ao seu partido, o PS, a Secretaria de Estado da Segurança Social, que segundo ele também diz, nunca deveria ter ido parar ao Ministério do Trabalho dos pépêdes demissionários e maus.

Talvez seja agora um pouco tarde para um ministro da extinta coligação PS/PSD vir a público com este súbito arrependimento pela distribuição das pastas há dois anos pelos então parceiros do Ministério socialista que continua a reclamar-se dos bons ofícios prestados à comunidade pelo Conselho Permanente da Concertação Social.

Sabido como é que os dois partidos «ex-coligados» continuam, de parte a parte, a fazer fínca-pé no que aquele Conselho ainda pode dar, principalmente agora que se encontra desfeita e mais desfeiteada a coligação, ocorre perguntar que reservas inesgotáveis possuirá um organismo, que

nasceu morto, para dar ainda à «paz social» conhecida em todo o lado como um dos meios de prosseguir de facto com a guerra social.

O ainda ministro da Saúde alude naturalmente a razões técnico-administrativas para chamar a si mais uma responsabilidade como a que tem feito gastar rios de dinheiro na campanha fraudulenta contra as fraudes na Segurança Social.

Não seriam também de desprezar os privilégios que a facção PS na UGT poderia vir a colher de uma melhor distribuição de pastas no que respeita ao domínio distribuidor de verbas, para «manter postos de traba-

lho» e para o aprendizado profissional de sindicatos, ou organizações assim intituladas, que têm sido distribuídas a oito, pela Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional (PPD).

O que se pode concluir para já das declarações do ministro Gonet, ex-figura inesquecível das grandes batalhas amarelas dos divisionistas ugétês é que, como aconteceu ainda recentemente em Genebra durante a conferências da OIT (Organização Internacional do Trabalho) o próprio Amândio de Azevedo, ministro demissionário do Trabalho, já nem consegue ter à mesa um seu correligionário da UGT.

Tratava-se nesse caso de com. O ministro oferecia uma certamente modesta refeição aos representantes sindicais portugueses, e também aos delegados dos patrões. Mas o que convém reter no meio destas aflições de última hora para a coligação sem conchavo é o apetite que esta gente secundária continua a manifestar pelos dinheiros do Estado, quando, como fez Carlos Candal, mais coerente com as suas ambições, não se contenta, ao que parece com o Orçamento, e vai dedicar-se — é também ele que o diz — a arranjar uns dois milhões de contos para investir nas finas porcelanas nacionais.

## Anunciada paralisação na EDP

Na próxima quinta-feira, 27, a EDP pode parar. Se esta semana o conselho de gerência e o que resta do Governo não derem «uma resposta global e satisfatória» à carta reivindicativa, entretanto apresentada pelas associações sindicais representativas, estas convocam os seus associados para uma greve de 24 horas pela «defesa da EDP, dos direitos dos trabalhadores e dos postos de trabalho».

As organizações sindicais unitárias, que criaram recentemente uma Comissão Coordenadora sublinham neste momento a sua «robustez e confiança» na luta, pois não há, por enquanto, garantias de que «a solução governativa a encontrar assente numa

política global diferente» da que se propõe desmantelar a EDP.

Recorda-se, como já aqui foi referido a semana passada, que, entre os quatro pontos da Carta Reivindicativa, os trabalhadores da Electricidade de Portugal, EP se opõem «aos recém-conhecidos propósitos de constituição de uma empresa para distribuição de electricidade no Porto (a DEP, SARL) e de uma empresa para a distribuição de gás na cidade de Lisboa».

Estes projectos empresariais destinam-se a esvaziar a EDP da sua capacidade de melhorar como empresa pública e não garantem (pelo contrário) o volume efectivo dos postos de trabalho no sector.

## LUTAS E TAREFAS

• Com o título «O Governo tem que assumir as suas responsabilidades em relação à professora e aos jovens atingidos pela tragédia da Escola Secundária do Cartaxo», uma nota da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), depois de referir que aqueles compromissos foram reiterados pelo Governo a pedido do Sindicato em Maio passado, estranha que presentemente o caso esteja apenas entregue a «iniciativas particulares» ou a «instituições não governamentais». Embora sublinhe que não menospreza de modo nenhum o «alto valor que representa a solidariedade humana manifestada nestas iniciativas» particulares, a direcção do SPGL entende, no entanto, que, «neste caso, o intérprete da solidariedade nacional para com a professora e os jovens atingidos deve ser o Governo — sob risco de aquilo que são deveres e responsabilidades de todos os portugueses passarem a depender da caridade de alguns». Depois de recordar que o Ministério da Educação «se comprometera a suportar as despesas de tratamento — fosse este efectuado em Portugal ou no estrangeiro» — a direcção do SPGL, «exige vivamente do Ministério da Educação e do Governo que assumam as responsabilidades que ao Estado competem nesta matéria, suportando, no presente e no futuro, tudo o que for materialmente necessário, não ignorando haver para as vítimas custos de outra natureza que, infelizmente, não são colmatáveis por ninguém».

• A opinião pública deve tomar conhecimento da forma como o Governo de Mário Soares utiliza os dinheiros públicos para promoção pessoal, afirmam os Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa, Porto e Santarém que, em comunicado conjunto, subscrito também pela Federação do sector (FSMMP), sublinham que «o patrão da MDF» foi «contemplado com 320 mil contos para promoção de Mário Soares à presidência da República». Depois de lembrar que o próprio ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, considerou ilegal o processo de despedimento colectivo elaborado pela «clientela partidária do PS», como ficou «claramente demonstrado» na reunião efectuada em 7 de Maio findo, naquele Ministério, o comunicado sindical realinha que, apesar de ilegal, o processo dos 600 despedimentos — numa primeira fase — foi por diante devido à atribuição daquela verba ao principal proprietário da em-

presa do Tramagal, Duarte Ferreira. A Federação e os Sindicatos recordam que o Tribunal da Comarca de Abrantes determinou, por sentença de 29 de Maio findo, a reintegração imediata de todos os trabalhadores ilegalmente suspensos, bem como o pagamento integral dos salários aos mesmos trabalhadores. Ao considerar «ilegal e de nenhum efeito» a resolução do Conselho de Ministros que autoriza os 600 despedimentos, aquele Tribunal confirma, segundo o comunicado sindical, a justiça da impugnação entretanto apresentada ao Supremo Tribunal Administrativo contra a mesma resolução do Ministério socialista, conivente no congelamento de um passivo de 8 milhões de contos da MDF e na atribuição de «várias centenas de milhares de contos» para o Duarte Ferreira «esbanjar a seu bel-prazer».

• Paralisados com uma adesão de 91 por cento, 109 dos 120 trabalhadores da Empresa Marques de Transportes (Viseu) responsabilizaram a gerência pelos danos causados aos utentes, designadamente nos transportes escolares, afectados nos dias 11 e 12 em toda a região viseense. A greve de dois dias, que atingiu as zonas de Loriga, São Romão, Seia, Gouveia, Nelas, Silgueiros, Viseu e Carregal do Sal, foi decidida depois de verificada a impossibilidade de negociar o pagamento dos salários em atraso e prestações suplementares em divida desde Setembro de 1984. O Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Distrito de Viseu realinha a disposição para o diálogo e a disponibilidade para prosseguir com a luta. Acusa, no entanto, a Empresa Marques de «várias ilegalidades» durante a greve. O Sindicato destaca «a utilização de pessoas estranhas à empresa» para substituir trabalhadores em luta, o que levou a delegação da Inspeção do Trabalho de Viseu a levantar um auto de participação contra a gerência, que em 8 de Abril findo assinara com os trabalhadores um acordo que não cumpriu. Se o fizesse, a greve teria sido evitada e evitados os transtornos que causou.

• Uma proposta patronal para o pagamento dos salários em atraso levou à suspensão da greve marcada para 15 e 16 do corrente no Hotel Urgeirica de Viseu. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria e Turismo do Centro, os trabalhadores «lutaram e venceram», nesta fase do conflito; mas «caso a administração não aceite formas de pagamento razoáveis e rápidas, a greve será convocada novamente».

## Nacional

Em Braga e com o apoio governamental

# Grundig quer despedir mais de mil trabalhadores

• Concentração-manifestação no sábado às 16 horas, no Largo Barão de S. Martinho

A gerência da fábrica Grundig, em Braga, insiste no despedimento colectivo de mais de um milhar de trabalhadores. A concretizar-se — e a luta dos trabalhadores revela que isso não será fácil — seria o maior despedimento colectivo feito em Portugal, com o conluio do próprio Governo, afectando não só a vida dos trabalhadores atingidos, mas também a vida económica do próprio concelho. Só os trabalhadores e o PCP, através da Célula da empresa, têm denunciado a manobra vergonhosa que se prepara. No passado dia 13 de Junho, os trabalhadores das instalações da Grundig, em Ferreiros, paralisaram a meio da tarde, de acordo com a decisão do plenário realizado antes, desfilarão de seguida para o centro da cidade de Braga.

Aqui concentraram-se frente à delegação da Secretaria de Estado do Emprego, exigindo o afastamento imediato do respectivo secretário de Estado, a quem acusam de ter negociado com a gerência da empresa (ao garantir a cobertura do Ministério do Trabalho) todo o processo de despedimento colectivo que está a ser preparado.

No comunicado do Secretariado da Célula do PCP na Grundig, distribuído à população de

Braga, destaca-se que não é com despedimentos que se assegura o futuro da empresa, pois os imensos custos sociais e económicos que resultariam do lançamento no desemprego de cerca de mil trabalhadores, sem alternativas sequer asseguradas, demonstram claramente que a viabilização e desenvolvimento da empresa devem assentar na defesa dos postos de trabalho, como único caminho que permite preservar, ao mesmo tempo, os

interesses nacionais, dos trabalhadores e o futuro da própria empresa.

**As «vantagens» da adesão à CEE**

Manifestando-se incapaz de justificar a própria «reestruturação», a gerência da Grundig revela afinal que pretende intensificar a exploração para aumentar os lucros e tentar destruir os organismos representativos dos trabalhadores e que têm defendido os seus interesses, sendo sintomático que as cartas com propostas de despedimento atinjam quase todos os representantes dos trabalhadores.

E o comunicado salienta mais adiante:

É significativo que este plano de despedimentos seja anunciado no momento em que tanta propaganda se faz da adesão de Portugal à CEE. Ou seja, a gerência justifica os despedimentos com a transferência para a Áustria da produção dos televisores de 15 polegadas, país que, curiosamente, não pertence à CEE mas à EFTA, de que até agora Portugal era associado.

Perguntamos: é este um dos anunciados benefícios que resultarão da entrada na «Europa connosco»? Esta chamada «reestruturação» do Grupo Grundig é o exemplo para os trabalhadores portugueses da entrada no «paraíso» do desemprego que é a CEE, que é a Europa dos monopólios?

**Braga tem uma palavra a dizer**

Braga tem uma palavra a dizer para que a fome não se instale no concelho. Como refere o comunicado da Célula do PCP na Grundig, os custos econó-

micos e sociais do desaparecimento de mil postos de trabalho são incalculáveis para as famílias dos trabalhadores em causa, para o comércio e a indústria, para toda a região.

Mas Braga parece não ter uma palavra a dizer, pelo menos os representantes do PS, PSD e CDS, pois na reunião da Câmara de Braga de 13 de Junho recusaram a proposta do vereador da APU que exigia o esclarecimento público dos compromissos secretos negociados entre o secretário de Estado do Emprego e a gerência da Grundig e que reclamava do Governo a condenação clara de qualquer processo de despedimento colectivo.

Ora quem não deve não teme, e, pelos vistos, aqueles senhores temem...

Mas os trabalhadores da Grundig, a que não deixarão de ser solidários todos os outros trabalhadores de Braga e do País, propõem-se continuar a luta pelos seus direitos. No próximo sábado farão uma concentração-manifestação no Largo Barão de S. Martinho, pelas 16 horas, lutando contra a tentativa de despedimento colectivo na empresa.



Os trabalhadores da Grundig, em Braga, a que se juntaram muitos populares, manifestando-se no passado dia 13, contra a tentativa de despedimento colectivo que a gerência da empresa prepara, sob a protecção do Governo

## Quem perde com os despedimentos colectivos

Um despedimento colectivo nunca afecta só os trabalhadores atingidos. Na Grundig, a gerência terá enviado já 1112 cartas propondo a rescisão dos contratos.

Se tivermos em conta que, pelo menos aqueles 1112 trabalhadores auferem o salário mínimo, que são actualmente 19 500\$00, isso corresponde, por mês, a uma quantia que ultrapassa os 21 600 contos.

Tenhamos em conta que este dinheiro é gasto na alimentação, vestuário, transportes, divertimentos, medicamentos, habitação, etc., etc.

É fácil perceber que não são só os trabalhadores atingidos que sofrem. Outros, indirectamente, também sofrem. Os comerciantes que vendem menos, os industriais que fornecem menos aos comerciantes, por outro lado comerciantes e industriais podem ver-se numa situação de falência, arrastando consigo mais despedimentos.

A solidariedade de todos é precisa para que outras acções de despedimento não se venham a concretizar. Quando, muitas vezes, sentados frente a um televisor Grundig, vendo a telenovela, um filme mesmo ou uma partida de futebol continuamos alheios ao que se passa no nos-

so País, pode estar o patronato monopolista a preparar mais uma vaga de despedimentos que desta vez nos vem bater à porta. E só então, quando vemos a casa a arder, nos lembramos que já ardeu noutros locais. A solidariedade entre trabalhadores nunca é demais.

## Colectividades reúnem-se em Almada

Nas instalações da SFUAP, na Cova da Piedade, realizou-se na passada sexta-feira o primeiro Encontro Concelhio de Colectividades de Almada.

Os delegados das dezenas de colectividades presentes discutiram temas como a história, dimensão, desenvolvimento e integração das colectividades na vida do concelho.

Os participantes, que ainda discutiram a importância da cultura, do recreio e do desporto no desenvolvimento e progresso social, salientaram a necessidade

da criação de uma estrutura concelhia coordenadora e da realização de um encontro distrital de colectividades.

Os presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal de Almada, o vereador com o pelouro da Cultura, presidentes de juntas de freguesia, a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, representantes de diversas associações e do PCP, MDP, PSD, PS e CDS, foram alguns dos convidados que estiveram presentes neste 1.º Encontro Concelhio de Colectividades.

## Medidas necessárias para a Comunicação Social estatizada do Porto

A Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP emitiu recentemente uma nota acerca dos últimos acontecimentos registados em diversos órgãos de Comunicação Social da capital nortenha, e em que salienta «as preocupações que insistentemente têm vindo a ser manifestadas pela opinião democrática face à degradação da Comunicação Social».

Para este organismo do PCP, «a situação actual, após dois anos de completa partilha da informação estatizada pelo PS e pelo PSD, exige a substituição dos administradores, dos directores e das chefias cujos comportamentos se têm pautado exclusivamente pelos interesses dos partidos do defuncto governo de Mário Soares».

As afirmações deste sector da ORP do PCP, vêm na sequência dos acontecimentos ocorridos no Jornal de Notícias, na RDP e na RTP, com especial relevo para esta última.

Para os intelectuais comunistas «não é possível deixar sem uma vigorosa denúncia o que se

está a passar neste momento na RTP-Porto onde Palma Carlos, presidente do Conselho de Gerência e destacado militante do PS, ordenou pessoalmente a abertura de um inquérito para apuramento de responsabilidades pela visita do Presidente da República ao estúdio do Monte da Virgem no passado dia 10 de Junho, bem como pelo conteúdo da notícia emitida pelo Telejornal relativa ao diálogo então estabelecido entre Eanes e os profissionais da RTP-Porto».

### Prepotência e arbitrio

Para os intelectuais comunistas, esta decisão trata-se, «sem qualquer dúvida, de uma flagrante e grosseira atitude intimidatória e persecutória, destinada a abrir processos disciplinares que abram caminho a novas discriminações e mesmo saneamentos».

No seu comunicado, este sector da ORP salienta que «igualmente no Jornal de Notícias, no seguimento de anteriores ingerências no conteúdo da informação produzida e de pressões sobre a redacção e os seus

jornalistas, o Conselho de Administração censurou e proibiu a publicação de um comunicado da comissão de trabalhadores da própria empresa. O vivo e pronto protesto dos jornalistas e restantes trabalhadores do JN, no qual se inscreveu o pedido de demissão então apresentado pelo sub-director do jornal, acabou por impôr a publicação do referido documento nas páginas desse diário».

«Na RDP-Porto — continua o documento —, a demissão imediata do director de Informação da Antena 1, Marques de Almeida, é crescente e, hoje, unanimemente reclamada, como resposta aos seus evidenciados propósitos de instrumentalizar, condicionar, dificultar e desvalorizar o trabalho jornalístico produzido na redacção do Porto».

Contra toda esta situação de arbitrio e de prepotência, os intelectuais comunistas só vêem uma saída: a substituição dos administradores, directores e chefias cujos comportamentos se têm pautado exclusivamente por critérios partidários.



**VIII**  
SONETOS  
de  
**ARY**  
DOS  
SANTOS

um texto de  
Manuel Gusmão  
e  
um desenho de  
Rogério Ribeiro

Poder Local

# Mulheres do Porto em Encontro com a APU

Realizou-se no passado domingo, na Junta de Freguesia do Bonfim, um Encontro promovido pela APU com as mulheres da cidade do Porto, em que participaram cerca de 300 pessoas. Tomaram parte na iniciativa os vereadores, os membros da Assembleia Municipal e os eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia da Aliança Povo Unido. O Encontro, que culminou um intenso trabalho levado a cabo pelas mulheres nos bairros, nas «ilhas» e nas zonas, particularmente nas mais degradadas, fazendo o levantamento dos principais problemas, aprovou, no final um Caderno de Reivindicações Imediatas.

Ao abrir o Encontro com a sua intervenção, a camarada Helena Medina, do CC do PCP e membro da Assembleia Municipal do Porto, referiu a «dramática situação de habitação na cidade, o insuportável aumento do custo de vida (alimentação, água, luz, medicamentos, transportes, etc.),

o desemprego, o não pagamento de salários» que «generalizam uma vida extremamente difícil, de acentuada miséria e de isolamento».

Detendo-se na falta de condições de vida de mais de 50 mil pessoas, a dirigente comunista sublinhou que «as mulheres do

Porto sofrem de um modo muito particular esta situação, pois é sobre elas que recaem em primeiro lugar as duras consequências desta realidade, são elas que têm de tratar da casa, dos filhos, dos idosos, são elas as primeiras vítimas do desemprego e dos baixos salários, são elas que têm de vencer as pequenas e grandes dificuldades da vida diária».

Atribuindo a responsabilidade desta situação aos sucessivos governos de direita, Helena Medina destacou o trabalho da APU nas juntas e na Câmara em apoio permanente à luta das mulheres e na resolução dos principais problemas das populações «dentro dos pelouros de que é responsável e apresentando pro-



postas concretas para a resolução de inúmeros problemas que deviam ser resolvidos pelos eleitos das outras forças políticas».

Registaram-se durante o Encontro numerosas outras intervenções. Para além daquelas produzidas por mulheres que colocaram problemas concretos das suas zonas e bairros, intervieram também os vereadores da APU e o Presidente da Junta de Freguesia de Miragaia.

Macedo Varela referiu-se detalhadamente ao trabalho realizado pelo recente pelouro da APU — Equipamentos Desportivos, Recreativos e Culturais e Zonas Verdes dos Bairros Camarários — e falou depois sobre o plano de trabalho para o ano corrente. Seguidamente, Oliveira Dias fez um balanço sucinto do pelouro, afirmando que se deu já «uma transformação radical na limpeza da cidade. Todas as 300 grandes lixeiras, que há dezenas de anos existiam, foram já eliminadas», disse.

## Reclamações

A Carta de Reclamações Imediatas, aprovada pelo Encontro, e pelas quais a APU se comprometeu a lutar, vai das aspirações mais gerais às que mais particularmente dizem respeito à cidade do Porto.

Com efeito, entre as primeiras reclamações das mulheres reunidas com a APU, surge a «dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas», a «constituição de um cabaz de compras que comporte os principais produtos alimentares, os medicamentos e a luz». Vem a seguir outras reivindicações — a construção imedia-

ta de 2 mil casas de habitação social; transportes gratuitos para as crianças até 10 anos e meio bilhete para as de entre 10 e 12 e gratuidade para os reformados, pensionistas e idosos.

As mulheres pronunciaram-se também contra os aumentos brutais da luz e reclamaram do Governo o financiamento das importantes obras de captação de água. Afirmaram a sua reivindicação de construção de jardins infantis, infantários e centros de ocupação de tempos livres e a alteração do estado de degradação das escolas. Pronunciaram-se ainda pela colocação de parques desportivos e infantis na cidade, pela construção de centros de dia para a terceira idade.

Reivindicaram também a me-

lhoria da rede de distribuição de água canalizada, o saneamento onde não exista, a limpeza regular de todas as fossas, a construção de estendais, fontenários e lavadouros. Reclamaram à Câmara uma cobertura mais eficiente de balneários e retretes na cidade, uma nova política camarária relativamente ao trânsito e ao estado do pavimento das ruas, o arranjo imediato dos passeios.

O Encontro de Mulheres, saudou finalmente o trabalho desenvolvido pela APU e considerou que um grande reforço do número de votos e de eleitos da APU é uma condição essencial para a resolução dos seus problemas e que a APU é a única solução para a cidade do Porto.

## Um (segundo) olhar sobre a cidade (do Porto)

Com a presença de cerca de duas centenas de intelectuais e outras pessoas ligadas aos problemas da cidade e interessadas em discutir, teve lugar no passado dia 15, na casa de D. Hugo, o segundo «Olhar sobre a cidade» — uma iniciativa promovida pela APU que recolheu o apoio significativo de destacados intelectuais e especialistas de diversas áreas que respeitam aos problemas da cidade.

O importante papel da autarquia e a sua íntima ligação à população portuense, à sua vivência diária, é uma necessidade que foi constatada e registada como conclusão no debate sobre saúde ou sobre desporto, sobre habitação ou património cultural, sobre ambiente, cultura ou educação.

O Porto como pólo de criação

artística e de vida cultural; a existência ou não de uma especificidade nessa cultura; que projectos e que futuro para esse modo cultural; qual o papel das autarquias, que apoios, que diálogos com a arte e a cultura — estas foram algumas das questões abordadas, que suscitaram sugestões e também críticas à actual política cultural da Câmara.

O papel da escola na cultura, na vida e no desenvolvimeto da cidade, a ligação da escola ao meio; como promover saúde entendendo que esta passa pelas infraestruturas da cidade; como entender, reconstruir e projectar o património da cidade na sua relação com as próprias populações e actividades; como inverter a tendência de agravamento e perpetuação dos desequilíbrios

e carências no campo da habitação; que instalações, que meios, que animadores, que acções no sentido de continuar a incrementar a prática desportiva na cidade — foram outras tantas questões em debate.

Ao final da tarde reuniu-se o plenário das secções que concluiu ter sido este debate um precioso contributo para que a cidade se torne mais compreensível e mais próxima e, por isso, cada vez mais colectiva e eficaz a forma de intervir e estar na cidade do Porto.

Entretanto, de manhã, com partida da Praça da Ribeira, teve lugar uma visita guiada ao centro histórico da cidade do Porto e à noite, ainda na casa D. Hugo, teve lugar um serão cultural com música, poesia e cinema com temática alusiva à cidade.

## Feira das Regiões e propaganda

É do conhecimento público a realização em Lisboa, na FIL, de uma «Feira das Regiões», iniciativa que culminou com um «Seminário sobre Desenvolvimento Regional, Municípios e CEE». Em nenhuma destas iniciativas estiveram presentes eleitos da APU, apesar de para tal convidados.

Esclarecendo esta decisão, a SIP do PCP divulgou uma nota em que, nomeadamente, se acentua:

• As iniciativas em causa — Seminário e Feira das Regiões/85 — foram organizadas e concebidas única e exclusivamente pelo Ministério da Administração Interna, Governadores Cívicos e Comissões Coordenadoras Regionais com ostensiva subalternização e marginalização dos municípios e visando de facto, não a divulgação das suas realizações, mas a propaganda da política governamental;

• O referido Seminário inseriu-se manifestamente na cam-

panha demagógica e fraudulenta que está a ser desenvolvida em torno da adesão à CEE e que continua a constituir um tema propagandístico central no âmbito dos projectos e ambições pessoais do alndá Primeiro-Ministro;

• O Governo, em situação de iminente demissão parece não querer desprezar uma única oportunidade de poder continuar a lançar uma cortina de fumo sobre a política que continuamente desenvolveu contra o desenvolvimento regional e contra o Poder Local;

• Nestes termos, torna-se compreensível que os eleitos do PCP no Poder Local, não desejando caucionar operações propagandísticas de um governo que se distinguiu por uma pertinaz ofensiva contra a autonomia e a democratização do Poder Local, tenham declinado os respectivos convites para participarem nas aludidas iniciativas.

## Tribunal de Opinião julga lixeira de Boba

A lixeira de Boba, situada no Concelho da Amadora, é há 32 anos o caixote do lixo de Lisboa. Neste vale de outrora existe agora um planalto artificial de vários andares de lixo, com lagos, no cimo, de um líquido escuro, borbulhante e espumoso, enquanto ácidos orgânicos (principalmente anidrido carbónico e metano) se vão libertando como podem, enquanto não explodem. A situação é grave para a população da Amadora, e a respectiva Câmara Municipal anda há anos a fazer diligências vãs junto do executivo de Abecasis para que se resolva o problema. Perante ouvidos tão moucos, os órgãos municipais da Amadora decidiram encerrar compulsivamente a lixeira no próximo dia 30 de Junho. Entretanto no próximo domingo funcionará no Parque Delfim de Guimarães um «Tribunal de Opinião Pública», que irá julgar o «caso Boba».

Voltando um pouco atrás nesta história mais que poluída, importa referir que a Câmara Municipal da Amadora iniciou há anos as mais variadas diligências junto da Câmara Municipal de Lisboa no sentido de se encontrar uma solução para o problema, sem que o respectivo executivo chefiado por Abecasis se dignas-

se responder. Deste modo a 24 de Abril deste ano foi deliberado pelo Câmara Municipal da Amadora o encerramento compulsivo da lixeira (houve apenas uma abstenção, do vereador do CDS), decisão que foi posteriormente confirmada através de duas moções aprovadas por unanimidade na Assembleia Mu-

nicipal. Ficou assim decidido pelos órgãos supremos do município da Amadora que a lixeira de Boba será encerrada compulsivamente no próximo dia 30 de Junho, caso a Câmara Municipal de Lisboa não abandone a sua utilização.

Foi entretanto constituído no Concelho da Amadora um amplo movimento de apoio ao encerramento da lixeira de Boba, que mobilizou todas as forças sociais da zona, desde autarquias a bombeiros, colectividades a movimentos ecologistas, comissões de moradores a construtores civis, estruturas juvenis à imprensa local, etc., etc.

Este amplo movimento têm desenvolvido intenso trabalho de esclarecimento das populações, promovendo no próximo domingo, pelas 15 h, um «Tribunal de Opinião Pública» que funcionará no parque Delfim de Guimarães, na Amadora.

Curiosa, entretanto, foi a atitude

de do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Kruz Abecasis: tendo feito promessas categóricas ao «País, País» de Fevereiro de 1984 de que a lixeira ia ser encerrada a 1 de Junho desse ano, não só tal não aconteceu como o dito presidente não deu qualquer resposta às diversas solicitações da Câmara da Amadora para que se visse, em conjunto, a resolução do problema (que passasse, como condição «sine qua non», pelo encerramento da lixeira). Agora que a Câmara da Amadora deliberou, Abecasis acordou de repente para «ameaçar» com a polícia municipal no programa da RDP «Ver, ouvir e contar», como se o País fosse um palco de gangsterismo autárquico e o problema social em questão, uma disputa de mafiosos!

A Câmara Municipal da Amadora já respondeu, entretanto, que a deliberação dos seus órgãos máximos é para se cumprir.

## Setúbal no bom caminho

Com a participação de cerca de duzentos camaradas, realizou-se em Setúbal, no passado sábado, um plenário distrital de quadros da ORS do PCP que, durante todo o dia, se debruçaram sobre o tema «as freguesias e as próximas eleições autárquicas».

O documento aprovado no final dos trabalhos estabeleceu os principais objectivos eleitorais para as próximas eleições autárquicas no distrito. Consolidar e reforçar as posições da APU no distrito — hoje com a maioria de mandatos em todas as câmaras e assembleias municipais e em 52 das 54 freguesias; obter a maioria APU nas duas freguesias ainda com presidência PS e PSD; obter a maioria nas 5 novas freguesias entretanto criadas foram, em linhas gerais, os principais objectivos aprovados pelo plenário que sublinhou:

«Para levar à prática o conjunto de tarefas a que nos propomos (...) torna-se imperioso ainda um maior empenhamento dos comunistas, uma redobrada atenção ao trabalho de organização do Partido e a melhoria do trabalho de direcção.»

Intervindo no final dos trabalhos, o camarada Carlos Ramilides, suplente da Comissão Política do CC, afirmou que, no distrito «estamos no bom caminho ao preparar com a devida antecedência as batalhas eleitorais que se avizinham».

PCP

# Emigrantes na RFA discutem a sua situação

• O levantamento mais exaustivo feito até à data

No âmbito do trabalho preparatório para o Encontro do PCP sobre problemas da emigração a realizar em Agosto próximo, efectuou-se recentemente na cidade de Frankfurt, Alemanha-Federal, uma reunião de emigrantes portugueses no decorrer da qual foram analisados circunstanciadamente os problemas essenciais respeitantes à comunidade. Ao longo de dois dias de trabalho os participantes na reunião — provenientes de todo o território da RFA — tiveram ensejo de discutir um documento que fora previamente distribuído no qual estavam consubstanciadas as características actuais da colónia portuguesa cujo número, segundo o último recenseamento, se eleva a 83 mil emigrantes.

Distribuídos por três grupos de trabalho os presentes puderam deste modo apreciar questões como a segurança social, o regresso a Portugal, o ensino e a formação profissional dos jovens e ainda aspectos ligados ao apoio dos serviços sociais e consulares.

dos recebido variadíssimas achegas que os tornam — segundo os promotores da reunião — como a análise mais rica, mais vasta e profunda jamais realizada sobre os problemas dos emigrantes na RFA.

As conclusões do Encontro

uma política democrática para a emigração, programa esse que se pretende aprovar em Agosto próximo.

A reunião concluiu ainda que os portugueses na Alemanha Federal sofrem simultaneamente pela sua condição de trabalhadores no estrangeiro (sujeitos a uma exploração desenfreada e à discriminação imposta por leis restritivas) e também pela sua qualidade de emigrantes, vítimas da política dos governos de direita.

## Prosseguir o trabalho

Conforme foi sublinhado na reunião o PS, o PSD e o CDS têm dirigido a sua política no sentido do «aumento do número de emigrantes, do abandono destes aos interesses do grande capital, da captação das suas remessas para subsidiar a recuperação capitalista, da manipulação política dos emigrantes e da utilização da demagogia como prática constante para iludir a incapacidade de resolver os problemas».

Analisando o carácter de classe de xenofobia, o ódio e a perseguição a que os emigrantes estão sujeitos, o Encontro concluiu, por outro lado, que para «as classes dominantes a xenofobia é um meio importante e fácil de utilizar e fomentar para através dele canalizar conflitos sociais. Numa altura em que a crise geral e a debilidade do capitalismo se agravam, em que crescem os perigos para o sistema, a xenofobia é, entre outros, um instrumento incentivado pelos monopolistas, pelo seu governo e pelos órgãos de informação que dirige».

Os participantes neste encontro manifestaram ainda o seu empenho em desenvolver, na sequência desta iniciativa, um trabalho preparatório amplo e aberto que contribua decisivamente para que o Encontro do PCP venha a elaborar um programa e uma política não dirigida exclusivamente aos comunistas, mas para todos os emigrantes que se identifiquem com uma política democrática.

operários da MDF e dos cooperantes da UCP Volta do Vale.

Na Volta do Vale realizou-se um comício de amizade onde intervieram Matilde Lavaasz e Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Para a DORSA, «a visita desta delegação decorreu em ambiente amistoso e fraternal, contribuindo para o reforço dos laços de cooperação e amizade entre o PCP e o POSH».

são disso um exemplo, não faltando propostas muito concretas para a resolução dos problemas mais sentidos que constituem desde já uma parte do contributo dos emigrantes na RFA para a elaboração de um programa e



## Debate animado

Três outros documentos incidindo sobre as formas de organização e intervenção da comunidade, a actividade da Secretaria de Estado da Emigração e a política dos sucessivos governos onde participaram o PS, o PSD e o CDS, as discriminações e a xenofobia de que são alvo os emigrantes, mereceram também a atenção dos nossos compatriotas.

A forma participada e viva com que o debate decorreu constituiu, entretanto, uma das notas mais salientes desta reunião, tendo os documentos apresenta-

## Encontro em Paris

# Comunistas debatem crise do capitalismo

Realizou-se em Paris, a 12 e 13 de Junho, um encontro de Partidos Comunistas de países capitalistas da Europa, com o tema: «A crise, a análise e a acção dos Partidos Comunistas nos seus países».

Estiveram representados dezoito partidos. O PCP esteve representado pelo camarada Carlos Carvalhas, membro do Comité Central.

# Delegação do POSH visitou Santarém

A convite da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP, uma delegação do Partido Operário Socialista Húngaro visitou o distrito de 11 a 16 deste mês.

Durante a sua estada no distrito de Santarém, a delegação que era chefiada por Matilde Lavaasz, secretária distrital do POSH, foi recebida pela DORSA e por diversas organizações de base do Partido.

A delegação do distrito de Beles, e que era composta ainda

por Istvan Kasuba, membro do Comité Distrital do POSH e director da fábrica de vidros «Onosliatz» e por Sandon Soos, chefe da Secção do Conselho Distrital, teve oportunidade de manter um contacto directo com os trabalhadores e as realidades socioeconómicas do distrito.

Pernes, Cartaxo, Abrantes, Couço, Almeirim, Montalvo e Benavente foram as localidades onde se deslocou a delegação, que assim teve oportunidade de contactar com trabalhadores agrícolas e industriais, caso dos

Juventude



XII-MOCKBA-1985

# Uma imensa tribuna juvenil

Dentro de pouco mais de um mês, Moscovo será a cidade anfitriã da juventude de todo o mundo — cerca de 17 mil jovens oriundos de 140 países participarão como delegados naquela que será a 12.ª edição do Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Durante o Festival, os delegados, bem como os muitos milhares de jovens que se deslocam à URSS em turismo, terão oportunidade de bradar bem alto para todo o mundo os ideais que presidem a este movimento: paz, amizade e solidariedade anti-imperialista.

Para que tal seja possível, o Comité Internacional Preparatório aprovou recentemente o programa dos oito dias de convívio e debate. Neste ano que é o da Juventude, mas também o do 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo, e dos dez anos da Acta Final de Helsínquia, Moscovo será a capital da Paz. Será a anfitriã de uma jornada de luta pela Paz, de solidariedade com a luta dos povos, da juventude e dos estudantes contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, o sionismo, o fascismo, contra a ingerência imperialista, pela independência, a liberdade, a soberania, a autodeterminação e o progresso social.

## O programa do Festival

Apesar de diariamente funcionarem diversos centros de debates, cada dia do Festival será dedicado a um tema específico.

Pela prevenção de uma guerra nuclear, pela paz e para alcançar o desarmamento, pela solidariedade anti-imperialista, pelos direitos dos jovens e dos estudantes, pela cooperação económica, o desenvolvimento e por uma nova ordem económica

internacional e, finalmente, pela segurança e cooperação, cada um dos dias do Festival transformar-se-á numa autêntica tribuna de onde os jovens dirão de sua justiça, de onde dirão que são parte integrante da sociedade e que, como tal, têm os seus problemas e as suas soluções.

Ao longo do Festival, os jovens de todo o mundo comemorarão também o 40.º aniversário da vitória sobre o nazifascismo e o militarismo japonês, pelo que contactarão com veteranos de guerra e com vítimas dos genocídios atómicos de Hiroxima e Nagasaki.

## A catástrofe nuclear

Aliás, num momento em que a paz está cada vez mais ameaçada, numa altura em que o imperialismo prossegue a sua irresponsável escalada armamentista e em que o perigo de uma guerra nuclear tem que ser enfrentado como algo de real e não como um simples canção, todo o Festival será uma tribuna pacifista na qual se juntam milhares de jovens militantes da Paz de todo o mundo, onde se falará dos perigos e das consequências do re-

bentamento de uma guerra nuclear.

## Os centros de debate

Durante os oito dias do Festival funcionarão permanentemente 14 temas de debate onde os jovens de diversas opiniões políticas e credos religiosos expressarão a sua opinião e debaterão experiências sobre temas que vão da crise económica e das suas consequências sociais e políticas até ao desporto, passando pelo não alinhamento e pelas artes.

Com o funcionamento destes centros pretende-se aplicar diferentes formas de diálogo, de intercâmbio de ideias e de discussão e funcionarão em assembleias, painéis de discussão, mesas-redondas, exposições e actividades culturais.

## A cultura e o desporto

Como em tudo em que se junta muita juventude, o desporto e a cultura têm lugar de destaque neste XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

Da canção política à música clássica, passando pelo folclore e pelo rock, do cinema ao teatro, passando pelo circo e pela mímica — e sempre com os bons artistas de todo o mundo — de tudo um pouco (muito) haverá nesta autêntica tribuna da juventude que assim demonstra uma vez mais estar interessada num mundo melhor, com Paz, onde possa dar livre curso à sua capacidade criativa.

# Encontro na Covilhã de quadros da JCP da Beira Interior

Decorreu no dia 6 de Junho, no CT da Covilhã, um Encontro Regional de Quadros da Beira Interior da JCP. Esteve presente e interveio sobre a situação política actual o camarada José Soeiro, membro da Comissão Política do CC do PCP.

O Encontro Regional de Quadros analisou a situação da Juventude face à política do Governo PS/PSD, agora já com a certeza de que irá para a rua, e concluiu que foi a intensa luta do movimento operário e popular com uma destacada participação da juventude, que levou ao fracasso da política reaccionária do Governo PS/PSD e à ruptura da coligação. Impõe-se por isso a formação de um governo democrático de gestão e a realização de eleições gerais antecipadas.

Também o Ano Internacional da Juventude e o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes foram objecto de discussão.

O Encontro debruçou-se sobre aspectos de organização e direcção, definindo uma campanha organizativa até final do ano.

Por último, o Encontro abordou os aspectos ligados às eleições autárquicas e à necessidade de uma ampla participação da juventude nas listas e campanha da APU.

Foi dado particular destaque ao objectivo «A Covilhã precisa de uma Câmara APU».



Nacional

# «Portugal — Pátria de Abril»

Realizou-se no passado dia 8 de Junho, no Salão Nobre da Universidade do Porto, o *forum* «Portugal — Pátria de Abril», um espaço de diálogo e reflexão sobre o presente e o futuro da sociedade portuguesa enquadrado num conjunto mais vasto de actividades culturais e de debate que, sob o mesmo lema, decorrem durante este mês de Junho. No debate tomaram a palavra vários intelectuais que se debruçaram sobre aspectos específicos deste tema «Portugal — Pátria de Abril».

Viale Moutinho fez a apresentação do *forum* e introduziu o debate com base no tema «Tradições democráticas e patrióticas do Porto». O património como memória viva do povo e da história, as artes e as letras como factores e expressões de identidade e afirmação nacional; estimular a criação e generalizar a fruição cultural como base para a democratização da cultura — foram aspectos sucessivamente abordados por Hélder Pacheco e Álvaro Salazar. Piteira Santos fez uma intervenção a propósito da informação livre e independente como factor para a formação de uma consciência nacional democrática e Daniel Bessa debruçou-se sobre a necessidade de desenvolvimento económico

como base material da independência e do progresso nacional. A Constituição da República, a intervenção dos trabalhadores e a intervenção da juventude foram ainda alvos de análise, nesta perspectiva, respectivamente por Vital Moreira, Vítor Ranita e Rui Sá.

A formação e defesa da nacionalidade e a garantia e salvaguarda da independência nacional e da paz foi base para alguns apontamentos de Armando Castro. Óscar Lopes debruçou-se sobre o tema genérico do *forum* «Portugal — Pátria de Abril».

Os intervenientes e participantes no *forum* — na sequência da reflexão colectiva acerca das perspectivas do desenvolvimento

pátrio possibilitadas pelo 25 de Abril que condicionalismos posteriores não têm permitido consumir do modo desejável — aprovaram uma Proclamação, posteriormente entregue ao Presidente da República, onde se afirma «que o dia de Camões evoca uma dignidade nacional que exige nos campos social, económico, cultural, ético e político o respeito do legado do 25 de Abril.»

«Manifestam-se por isso no sentido do inequívoco cumprimento de Abril e do respeito pela Constituição da República, especialmente no que respeita aos direitos e liberdades dos cidadãos, à real autodeterminação nacional nos terrenos económico, social, diplomático, militar e cultural, à solidariedade com os Estados em fase de desenvolvimento, nomeadamente os de expressão oficial em Português, e à valorização dos direitos humanos fundamentais de uma sociedade moderna, nomeadamente o direito ao trabalho remunerado, ao ensino, à cultura, à informação objectiva, à saúde e a uma habitação condigna.»

«Manifestam-se ainda no sentido da consolidação das transformações económicas e sociais que Abril abriu e que permitem designadamente a autodirecção da economia nacional de acordo com os recursos humanos e naturais e com a satisfação e desenvolvimento harmonioso das necessidades dos portugueses e são a base da independência nacional relativamente a centros de decisão estrangeira apoiados em poderosos grupos sem pátria.»

«Manifestam-se finalmente para que à grave crise nacional que o País atravessa seja dada a resposta corajosa que a situação impõe e que interrompa o projecto restauracionista e retome o caminho de Abril escolhido pelo Povo português.»

Exposições de artes plásticas e bibliográfica, lançamento de livros, debates sobre Fernando Pessoa e Aquilino Ribeiro, teatro, visitas guiadas à cidade e um roteiro às estátuas de escritores e poetas completam o programa deste «Portugal — Pátria de Abril».



Comboio da Paz

## Paragem no Choupal foi importante

O convívio e a paz foram o pretexto. Neste sábado, mais de duas mil mulheres juntaram-se no Choupal, em Coimbra, para comemorar o 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e o 40.º aniversário da fundação da Federação Internacional Democrática de Mulheres, naquela que foi uma festa de alegria, da determinação, da música e da gastronomia.

Festa da alegria porque, com a mata do Choupal como pano de fundo, se falou da Paz, se conviveu, se reencontraram amigos que se julgavam perdidos. Porque houve criançada até mais não, se fizeram rodas e houve largada de pombas.

Festa da determinação porque, como salientaram os presentes, entre os quais se encontravam muitos democratas que se juntaram às suas companheiras e amigas, na Carta Aberta aos órgãos de soberania aprovada no final, «denunciamos e condenamos o crime de governos e negociantes ávidos de lucro, continuarem a desviar recursos financeiros e humanos do combate à fome, à ignorância e à miséria, para perpetuarem a corrida aos armamentos». Porque «acreditamos que a luta dos povos pela paz e pelo desarmamento será vitoriosa porque é uma luta justa e indispensável para a sobrevivência da Humanidade». Porque, como sublinhou Luísa Amorim, em nome do Secretariado Nacional do MDM, «ao recordarmos todos os acontecimentos, põe-se-nos reflectir e actuar para evitar uma nova catástrofe que, nos nossos dias, não traria vencedores nem vencidos. Apenas vítimas.»

Festa da música porque, durante toda a tarde foram vários

os artistas e grupos que se associaram a esta jornada pela paz das mulheres portuguesas. Porque houve canto de intervenção, fados de Coimbra e música popular portuguesa. Porque todos cantaram um hino à vida. Todos, sem excepção. Dos mais pequenos, que eram muitos, aos menos jovens.

Finalmente, festa de gastronomia porque a relva e as folhas caídas do Choupal serviram de mesa para toda aquela multidão. Porque dos queijinhos alentejanos, ao vinho minhoto, passando pelos doces algarvios, de tudo um pouco se comeu no pic-nic que foi um autêntico mostruário da boa cozinha portuguesa. Tudo com o carimbo de qualidade, tudo com o carimbo daqueles pratos gostosos como só a nossa avó sabe fazer.

### Uma grande iniciativa

Este comboio da paz foi mais uma grande iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres. Foi mais uma grande iniciativa em prol da Paz e da Vida. Correspondeu inteiramente ao sentimento unânime do Povo português, à necessidade de se viver em Paz, de uma forma participada, de modo a que possa haver desenvolvimento.

## Protesto popular no 10 de Junho

As comemorações oficiais do 10 de Junho, que este ano se centraram na cidade do Porto, foram caracterizadas pela constante presença do protesto popular em relação à política do Governo, pela congratulação da sua queda e pela exigência, ao Presidente da República, da sua demissão.

«Eanes actua, Soares para a rua» — foi uma palavra de ordem constante quer em cartazes empunhados por trabalhadores na recepção na Câmara do Porto a Ramalho Eanes, quer durante o cortejo histórico que se realizou na baixa da cidade, ou ainda no pic-nic que decorreu no Parque da cidade.

Allás Mário Soares não teria outro remédio senão remeter-se para segundo plano, particularmente neste pic-nic, onde foi vivamente hostilizado pela população. Mesmo sem a sua presença, que certamente não foi por acaso, a

contestação à sua política foi também manifestada no Festival da Juventude.

Delegações sindicais dos sectores gráfico, têxtil, vestuário, construção e madeiras, químicos e ainda delegações de várias empresas do sector metalúrgico como MDF, Varandas, Francisco Barbosa de Castro, CIP, Equimetal, SN, J. Lacerda, Facar e Metalúrgica da Longra, todas elas com problemas de salários em atraso ou despedimentos — aproveitaram a presença do Presidente da República na cidade para lhe fazerem entrega de «dossiers» sobre a situação nos sectores e empresas.

O MDM e o MURPI fizeram também entrega de «dossiers» sobre as graves condições de vida que afectam as mulheres e os idosos, juntando-se assim ao protesto generalizado contra a política de Soares e à exigência da sua demissão.

## Não à violência na Cidade Universitária

A propósito da onda de violência e de assaltos que tem ocorrido na zona da Cidade Universitária de Lisboa, o Secretariado da Direcção do Ensino Superior de Lisboa da JCP lançou um apelo à Reitoria da Universidade e aos estudantes para que se ponha termo a esta situação.

Na sua nota, a JCP salienta que «diariamente, milhares de estudantes universitários têm de atravessar caminhos isolados entre a Faculdade de Direito e a Cantina Nova e entre a Faculdade de Letras e o Campo Grande, locais onde se tem verificado a maior parte dos assaltos e

agressões, mesmo em pleno dia».

Por isso, e ao mesmo tempo que se pergunta até quando esta situação irá continuar, a JCP apela «à Reitoria da Universidade de Lisboa e ao Ministério da Educação para que tomem medidas que garantam a segurança de todos os estudantes, professores e funcionários da Cidade Universitária». Apela também aos estudantes «para que considerem, em conjunto, nas suas escolas, as formas de enfrentar a situação — nomeadamente, fazendo pressão junto dos órgãos das escolas, da Reitoria e do Ministério, para que a sua segurança seja garantida».

## Sacerdotes portugueses regressaram da URSS

À chegada a Portugal, no passado dia 13, a delegação religiosa que visitou a União Soviética a convite da Associação de Amizade Portugal-URSS, salientou que «a Constituição da União Soviética estabelece a separação da Igreja e do Estado, mas garante a liberdade de consciência e de culto que se processa com normalidade e com a participação de numerosos crentes».

A delegação, composta por três padres católicos e um pastor protestante, frisou não ter visto «nada que justifique» a propaganda imperialista sobre a alegada perseguição «dos fiéis de qualquer profissão de fé». O que os sacerdotes constataram, pelo contrário, é que se observa «um nível geral de bem-estar social, cujos efeitos são visíveis no acesso aos bens essenciais nos sectores do trabalho, habitação, transporte, ensino, saúde, cultura e desporto».

Ao sublinhar que na URSS

«há efectivamente liberdade de culto», a delegação acrescenta que «é também notória a sensibilidade do povo soviético no que se refere à problemática da paz. É um povo franco e amante da Paz».

O convite feito pela Associação a este grupo de sacerdotes engloba-se num conjunto de iniciativas desta entidade destinadas a relacionar diversos sectores do nosso País e da União Soviética.

Ainda a convite da Associação de Amizade Portugal-URSS, deslocou-se ao nosso país uma delegação da cidade de Yaroslavl, na República Socialista Soviética da Rússia — cidade que está geminada com Coimbra — e o grupo folclórico Voljanka.

Esta delegação deslocou-se a Coimbra, Figueira da Foz, Louçã, Torres Novas, Portimão, Montijo, Santa Iria da Azóia e Baixa da Banheira.

## Naturais de Coruche

A fim de tratar problemas de carácter imediato, convidam-se todos os camaradas naturais de Coruche e residentes na área de Lisboa a comparecerem numa reunião no Centro Vitória, de Lisboa, no dia 27, pelas 21 horas.

## Um postal para Luanda

«Um postal para Luanda» é uma iniciativa solidária com o povo angolano.

«Um postal para Luanda» é uma forma de se comemorar o 10.º aniversário da independência da República Popular de Angola.

«Um postal para Luanda» é um livro. São poemas, textos ou gravuras de artistas portugueses, de

quem assim quiser dar o seu contributo para a luta do povo angolano.

«Um postal para Luanda» é uma iniciativa da Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola. É uma iniciativa de todos os que quiserem mandar os seus trabalhos até 30 de Setembro para a rua das Portas de Santo Antão, 117, 2.º — 1100 Lisboa.

## Internacional

# Socialismo um novo nível qualitativo

Na diversidade das realidades nacionais e diferentes formas de desenvolvimento de uma nova sociedade, pode-se dizer que, no seu conjunto, a comunidade socialista está a viver — e a construir — uma nova fase da sua evolução. E uma vez mais, por razões históricas evidentes, a União Soviética surge, neste contexto, como um exemplo significativo.

Uma pequena notícia apareceu há dias na imprensa: a proposta de projecto para o próximo plano quinquenal, foi rejeitada.

Uma pequena notícia que na verdade constitui um sintoma das novas necessidades e problemas que o próprio socialismo, na sua dinâmica, coloca — não para pôr em causa a evolução passada, como o desejariam e afirmam mesmo os teóricos burgueses — mas para avançar. Superando também, naturalmente, deficiências.

Não menos significativas são as razões, referidas, da rejeição da proposta de projecto — reorganização da gestão, em particular ao nível das empresas, a qualidade dos produtos, uma resposta rápida e adequada às necessidades económicas — pois tocam em pontos fundamentais da mudança que se está a operar.

## A vida exige

No relatório apresentado ao plenário do CC do PCUS, realizado em Abril, e em que foi convocado o XXVII Congresso do PCUS, o camarada Gorbachiov, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, afirma, após balanço genérico das conquistas irreversíveis do socialismo: «Mas a vida, o seu dinamismo, exige novas transfor-

mações e mudanças, que se alcance um novo nível qualitativo de desenvolvimento da sociedade, no sentido mais amplo da palavra. O que passa, antes do mais, pela modernização técnico-científica da economia e pela obtenção do mais alto nível mundial de produtividade de trabalho. Pelo aperfeiçoamento das relações sociais e, sobretudo, económicas. Por mudanças sociais no trabalho, vida material e espiritual das pessoas. Pela intensificação da actividade de todas as instituições políticas e sociais, pelo aprofundamento da democracia socialista e da autogestão do povo.»

Assim, o que se coloca na ordem do dia, é o desenvolvimento do socialismo. O que passa, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento económico. «Através da ampla aplicação das conquistas da revolução técnico-científica e da adequação das formas de gestão socialista às condições e exigências modernas, devemos acelerar consideravelmente o ritmo do progresso sócio-económico. Não existe outro caminho.»

## Um contraste que não convém

O contraste entre a evolução do socialismo e do capitalismo surge neste momento de forma particularmente evidente. Não há

muito agitava-se a ideia de recuperação económica, em particular nos EUA. Hoje tal ideia já pertence ao passado, como aliás havia sido previsto mesmo por economistas burgueses atentos à realidade. Agora fala-se dos milagres possíveis com a alta tecnologia. Mas encerram-se empresas com elevado grau de desenvolvimento tecnológico e parece só se apontar para a prosperidade de ramos ligados à corrida aos armamentos. O que como perspectiva é simplesmente suicida.

Entretanto, ao nível do socialismo, é evidente a superação de uma fase de dificuldades, não só ligadas aos reflexos da crise do capitalismo, mas ainda a uma outra razão, também referida por Gorbachiov: «não foram oportunas e devidamente avaliadas as evoluções verificadas nas condições objectivas de produção».

O contraste torna-se assim flagrante. Pelo que os teóricos burgueses recorrem a um estratagem: afirmam a «falência» do socialismo. Segundo eles, a União Soviética e outros países socialistas teriam enveredado «por métodos de livre empreendimento»!

## Os números

Em artigo recente do «Pravda» é dada a resposta adequada a tão absurda ideia. «Não há razão para o fazermos — diz-se — porque a verdade é que o ritmo do incremento económico dos países socialistas é superior aos respectivos índices verificados nos países capitalistas mais avançados.»

E avança-se com números: «no período compreendido entre 1971 e 1983 o produto nacional bruto subiu 82 por cento na União Soviética e 42 por cento nos Estados Unidos, que o crescimento da produção industrial constituiu 98 e 37 por cento, respectivamente, e que a produtividade do trabalho social aumentou 61 por cento na URSS e apenas 22 por cento nos EUA». Números que necessariamente traduzem as próprias diferenças na evolução de sistemas opostos, mesmo considerando as diferenças de ponto de partida.

Aliás, em termos históricos, estes números são também amplamente confirmados. Basta referir que em 1950, quando a União Soviética concluiu, em termos gerais, a restauração da economia assolada pela guerra (e a economia norte-americana não foi assolada pela guerra, antes pelo contrário), o rendimento nacional da URSS perfazia apenas 31 por cento do rendimento nacional dos Estados Unidos. Em 1984, este índice subiu para 67 por cento.

Não é difícil ver para onde aponta o futuro — mesmo nos estritos termos de desenvolvimento económico.

Em termos políticos a questão surge ainda mais nítida. Citando ainda Gorbachiov: «Devemos estar atentos a tudo o que diz respeito ao homem, às condições do seu trabalho, ao seu bem-estar e repouso. É, para nós, o problema-chave da política.»

Nem nas suas intervenções mais profundamente demagógicas o presidente norte-americano poderia fazer — publicamente — tal afirmação.

## Eleições na Bolívia

Os bolívianos vão às urnas no próximo dia 14, em eleições gerais antecipadas. A data, que vinha sendo alvo de especulações desde que o presidente Siles Zuazo anunciou a intenção de antecipar o acto que em condições normais só se deveria realizar em 1986, foi confirmada a semana passada.

O clima de instabilidade que se vive no país, a braços com uma crise económica gravíssima, pode vir a acentuar-se nos próximos dias devido às acções de protesto contra a política governamental quer da parte das organizações patronais quer da Central Operária Boliviana (COB). Na tentativa de obstar ao agravamento da situação interna, Siles Zuazo anunciou que até ao termo do mandato, em 6 de Agosto, o seu governo apenas levará a cabo «ajustamentos» da economia.

## Terror na Indonésia

A onda de terror anticomunista desencadeada na Indonésia pelo regime ditatorial do general Suharto foi recentemente denunciada pelo governo soviético, que exortou as autoridades daquele país a ouvir a voz da comunidade internacional, da razão, do humanismo e da justiça.

A posição soviética surge na sequência da anunciada execução de Mohammed Munir, dirigente comunista, presidente do Conselho Nacional de Organização Central dos Sindicatos da Indonésia e vice-presidente da Federação Sindical Mundial, bem como de três outros activistas comunistas, presos desde há longos anos.

Fazendo notar que a repressão brutal de que são alvo os patriotas indonésios é um desafio à comunidade internacional e uma violação das liberdades elementares do Homem, a declaração do governo soviético alerta:

**O novo surto de repressões anticomunistas desencadeadas na Indonésia deixa transparecer as tentativas da reacção imperialista internacional de se vingar e impedir a evolução de tendências positivas no desenvolvimento dos países libertados. Os trágicos acontecimentos da Indonésia não correspondem, de modo algum, aos interesses deste país como Estado não-alinhado em vias de desenvolvimento, nem favorece o seu prestígio na comunidade das nações.**

## África do Sul - Sociedade-prisão

O dirigente da Frente Democrática Unida da África do Sul, Dennis Goldberg, que esteve nas prisões racistas mais de vinte anos, denunciou em Londres que as torturas dos presos políticos no seu país são parte integrante do sistema de esmagamento da luta contra a discriminação racial.

Falando aos jornalistas, Dennis Goldberg lembrou que nos últimos tempos morreram nas prisões dezenas de patriotas, em consequência das torturas e espancamentos de que são vítimas. E isso, salientou, nem sequer é considerado ilegal para os racistas que, a coberto da chamada lei sobre a segurança, atribuem à polícia direitos ilimitados a prisões, interrogatórios e torturas de todos os suspeitos.

Tais mortes são normalmente apresentadas como «suicídios».

## A liberdade religiosa na URSS

O padre Constantino Alves, que em representação da Igreja Católica integrou uma delegação de religiosos portugueses que se deslocaram à União Soviética a convite da Associação Portugal-URSS, afirmou à sua chegada a Lisboa, na passada quinta-feira, que há efectivamente liberdade de culto na URSS, o qual se processa com normalidade e com a participação de numerosos crentes.

Segundo Constantino Alves, a delegação portuguesa teve oportunidade de constatar a igualdade de tratamento que merecem todas as Igrejas existentes no país, bem como o importante papel que desempenham na luta pela Paz.

O pastor Manuel Leite, que com os padres Manuel Ribeiro e António Fontes completavam a delegação, afirmou por seu turno que esta não encontrou nada que justifique a propaganda que se faz sobre a perseguição dos fiéis de qualquer profissão de fé, sublinhando a propósito que a existência de 100 milhões de crentes e de 40 profissões de fé falam por si.

## A retirada israelita

A anunciada retirada israelita do Líbano, pomposamente apresentada por Shimon Peres como a primeira parte de um plano de paz que se propõe levar a cabo, não passa de mais uma manobra demagógica dos sionistas.

De acordo com as informações dos jornalistas presentes no sul do Líbano, ainda a semana passada era possível encontrar militares de Israel, fardados ou à civil, junto dos seus homens-de-mão ditos «Exército do Sul do Líbano».

Poder-se-ia pensar que se trata apenas dos famigerados «conselheiros» que Israel diz ter deixado no terreno, em missão de vigilância. Mas não. O acesso a certas zonas consideradas de «segurança» pelos sionistas continua interdito.

**Não podem passar — dizem os conselheiros aos jornalistas — precisam de um salvo-conduto de Jerusalém!**

# Delegação do Soviète Supremo da URSS em Portugal

No âmbito do estreitamento de contactos entre os parlamentos de diferentes países, esteve em Portugal uma delegação do Soviète Supremo da URSS (a segunda que visita Portugal — a primeira foi em 1977) que integrava, para além do vice-presidente do Presidium, Arnold Ruitel, quatro outros membros do Soviète Supremo: a presidente do Presidium da União das Associações soviéticas de amizade e laços culturais com os países estrangeiros, Zinaida Kruglova, o presidente do Supremo Tribunal da URSS, Vladimir Terebilov, o secretário da Comissão para o ensino popular e cultural do Soviète das Nacionalidades e secretário da direcção da União dos escritores da URSS, Alexandre Gontchar e o secretário da Comissão para a construção e indústria de materiais de construção do Soviète da União e chefe da equipa mista da empresa «Monolitstroï» de Kichinev (capital da Moldávia), Ivan Rochka.

A delegação parlamentar soviética, que visitou o Norte e Centro do País, destacou em particular — na conferência de



Existem amplas possibilidades de cooperação entre os povos português e soviético

imprensa realizada antes da sua partida — quer os contactos ao longo da visita referida, quer ainda os encontros com o Presidente da República e na Assembleia da República.

Neste mesmo encontro com a imprensa, em que foi assinado um comunicado conjunto em nome dos dois parlamentos, destacou-se particularmente a importância da paz, a necessidade

do diálogo e muito em particular o objectivo de avançar com acordos práticos, em consonância com as amplas possibilidades de cooperação existentes entre os dois povos.

Internacional

EUA

# Demagogia e ingerência



Os acontecimentos de maior relevo registados nos últimos dias em dois continentes tão conturbados como são a África Austral e a América Latina, voltaram a colocar no centro das atenções a demagogia e a agressividade de que enferma a política externa norte-americana sempre que considera estarem em jogo os seus interesses vitais.

Falamos da mensagem de Reagan a uma reunião de mercenários no sul de Angola ocupado pela África do Sul e da pretenção perplexidade da Casa Branca perante o falhado atentado de Malongo; da decisão do Senado e da Câmara dos Representantes dos EUA em aprovar sanções económicas a Pretória, e da revogação da emenda Clark que traduz a intenção norte-americana de ajudar directamente a Unita; da exigência dos EUA em fazer depender a aplicação das resoluções da ONU para a Namíbia da retirada cubana de Angola e do silêncio meditativo com que a Casa Branca

acolheu a instalação pela África do Sul de um governo fantoche para a Namíbia; da política dita de empenhamento construtivo da Casa Branca em relação ao «apartheid» e do ataque sul-africano à capital do Botswana; da ajuda «humanitária» aos anti-sandinistas para derrubar o governo de Manágua; das declarações de paz e dos projectos de invasão da Nicarágua.

Entre outras coisas. Acontecimentos que de um modo geral a imprensa pluralista relegou para segundo plano, atarefada como está em seguir passo a passo o desenrolar do drama dos americanos presos no

avião da «TWA» desviado por um comando desconhecido e que permitiu já a Washington reforçar os seus dispositivos militares no Mediterrâneo e no Médio Oriente.

Sem pretender escamotear o problema real que representa o sequestro de cidadãos, sejam de que nacionalidade forem, neste tipo de actuação a mais das vezes terrorista, a verdade é que o desvio do avião norte-americano tem servido de cortina de fumo a uma série de gravíssimos factos a que os EUA não são de modo algum alheios.

### Os meios e os fins

As sanções contra Pretória e a revogação da emenda Clark servem de exemplo por demais elucidativo. As primeiras, a que Reagan se opõe, apenas deve-

ram entrar em vigor dentro de um ano; correspondem, sem qualquer dúvida, a uma tentativa de calar a opinião pública norte-americana e pôr fim às manifestações anti-apartheid que vêm reunindo nos EUA um número crescente de adesões.

E embora seja duvidoso que cheguem a ser levadas à prática, pelo menos por esta administração, a sua aprovação foi seguida com menos de uma semana de intervalo pela revogação da emenda Clark, dispositivo legal em vigor desde 1975 e que proíbe aos EUA o auxílio militar aos grupos que combatem o governo legítimo de Angola.

Conhecida e comprovada que está a total dependência da Unita em relação à África do Sul, não restam margem para segundas interpretações do que visa esta decisão norte-americana. Se estrategicamente tem de apa-

rentar distância do seu mais fiel aliado africano, os EUA salvaguardam a possibilidade de intervenção directa na desestabilização de Angola e da região. Elementar...

O mesmo se passa em relação à Nicarágua, de cuja invasão se fala abertamente na imprensa dos Estados Unidos desde que, violando todas as normas internacionais, Reagan conseguiu o apoio para os seus

«combatentes da liberdade» e a aprovação dos seus planos de ingerência.

Pese embora as contradições internas das forças políticas norte-americanas, que permitem por vezes a tomada de posições positivas, o saldo global nunca difere substancialmente. Porque o que está em jogo são os interesses do imperialismo, que não olha a meios para atingir os seus fins.

## NICARÁGUA

# Intervenção americana cada vez mais próxima

Uma clara maioria demonstrou que o nosso país está do lado daqueles que estão determinados a procurar uma solução política e um fim democrático para a crise na Nicarágua — palavras de Ronald Reagan saudando o que considerou a **decisão histórica** do Congresso em aprovar um auxílio de 27 milhões de dólares aos grupos contra-revolucionários nicaraguenses



Para o presidente dos EUA, que em Abril último viria recusado um pedido de auxílio com o mesmo fim da ordem dos 14 milhões de dólares, o voto favorável agora concedido é um **apoio à liberdade e à democracia na América Central** e mostra a **vontade dos EUA em salvaguardar os seus interesses nacionais e de fazer progredir os direitos dos povos na América Central**.

Compreende-se a euforia, ainda que o Congresso e o Senado tenham de acertar agulhas quanto ao montante da referida ajuda, dado o último ter aprovado 38 milhões e o primeiro «apenas» 27 milhões de dólares. É que esta decisão do Congresso, em total oposição às deliberações de Abril, prova que o «papão russo» continua a funcionar para a mentalidade norte-americana e que os interesses ditos nacionais não recuam perante questões como a independência, a soberania, o direito internacional.

Recorda-se que um dos argumentos invocados para o «volte face» dos Congressistas foi a viagem de Daniel Ortega à URSS onde, como de resto em inúmeros países da Europa tanto de leste como ocidental, pediu apoio para a Nicarágua poder enfrentar o boicote económico e comercial movido pelos Estados Unidos.

Encontrado o pretexto, os congressistas deram luz verde à administração, procurando salvar um resto de dignidade impondo como condição para a ajuda que ela não fosse canalizada nem através da CIA nem do Departamento de Estado.

O que na prática resulta como a confirmação de que aqueles dois sectores servem de facto para a canalização de meios, como muitas vezes os sandinistas têm denunciado. Descansadas as consciências (?), a ajuda para as organizações terroristas vai seguir, com o rótulo de «humanitária». Incluindo, entre outras coisas, helicópteros e radares.

Não é caso para admirar; lato é o sentido das palavras para o imperialismo. Tão lato que às vezes até perdem significado...

### A resposta sandinista

A resposta das autoridades sandinistas à decisão do Congresso dos EUA não se fez esperar. Num comunicado conjunto, o governo da Nicarágua e a direcção nacional da Frente Sandinista, sublinhando que a ajuda financeira a grupos de mercenários é **contrária ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas**, afirmaram a disposição de **reforçar a capacidade defensiva do país**.

Para tal, renunciaram de imediato às medidas unilaterais que a Nicarágua havia tomado no domínio dos armamentos, seguindo os princípios fundamentais da acta de paz adoptada pelo grupo de Contadora. Ao mesmo tempo, como declarou Daniel Ortega numa conferência de imprensa, **o governo nicaraguense reserva-se o direito de pedir ajuda militar a todos os países com os quais a Nicarágua mantém relações**.

Não se trata, como é óbvio, de

uma declaração de guerra da Nicarágua aos EUA, como alguns observadores não deixarão de tentar fazer crer. Mas trata-se, isso sim, de garantir que não serão descuradas medidas de defesa da soberania nacional, como Ortega afirmou, garantindo que uma eventual intervenção armada dos EUA no seu país **não será um passelo fácil**.

Empenhados em salvaguardar todas as vias de diálogo ainda existentes, os dirigentes sandinistas apelaram aos países membros do grupo Contadora, que antontem se reuniram na cidade do Panamá, para que **desenvolvam todos os esforços de modo e impedir a escalada de agressão americana que agrava a situação explosiva na América Central**.

A Nicarágua, refere o comunicado comum citado, **reafirma o seu apoio ao grupo de Contadora e está pronta a assinar imediatamente e sem qualquer alteração a acta de paz e de cooperação**.

E também a retomar o diálogo com os EUA, unilateralmente interrompido por estes em Janeiro último.

As diferenças de posição entre a Nicarágua e os EUA são as que medeiam entre as palavras e os actos, entre a demagogia e a firmeza de princípios, entre a guerra e a paz.

## ÁFRICA AUSTRAL

# A contra-revolução em marcha

A libertação da Namíbia foi o tema central da sessão extraordinária do Bureau de Coordenação do Movimento dos Países Não-Alinhados que, em Abril último, se reuniu em Nova Delhi. A questão, examinada à luz da crescente agressividade sul-africana, não só reuniu o consenso dos participantes em torno da aplicação da Resolução 435 da ONU, como deixou claro as responsabilidades dos EUA na política seguida pela África do Sul na região.

**A diabólica política norte-americana, afirmou na ocasião o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, não criou condições para uma mudança do estatuto racista da África do Sul, como se pretende alegar, mas antes pelo contrário, tornou esse regime ainda mais intransigente, brutal e arrogante.**

Dois meses depois, para quem tivesse dúvidas, aí está a prova.

O regime de Pretória anuncia a tomada de posse de um governo fantoche para a Namíbia, constituído por membros de organizações patrocinadas pela África do Sul de que a SWAPO — reconhecida pela ONU como única e legítima representante do povo namibiano — não faz obviamente parte.

Num comunicado divulgado em Luanda durante o fim-de-semana, a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) apontava a implantação do governo fantoche como a **mais flagrante violação das decisões internacionais, numa altura em que o Conselho de Segurança da ONU se encontra reunido para anullar o processo de descolonização da Namíbia**.

A SWAPO, que não considera esta «farsa política orquestrada pela África do Sul» como uma derrota, afirma no comunicado que **o seu braço armado irá intensificar ainda mais a luta armada por todo o território, ilegalmente ocupado, até à sua libertação total**.

Uma reacção para que o regime racista está preparado, e de que se serve até como pretexto para prosseguir os seus intentos

bélicos contra os países da região que condenam o *apartheid*.

O assalto a Gaborone, capital do Botswana, de que resultaram pelo menos treze mortos e seis feridos, não deixa margem para dúvidas. De acordo com as próprias autoridades sul-africanas, que consideram esta actuação defensável, o ataque visou uma base do Congresso Nacional Africano (ANC). A inexistência de quaisquer provas, reforçada pela afirmação do presidente do Botswana, Quett Masire, de que as vítimas eram civis refugiados da África do Sul, não embaraçou Pretória.

Tudo aponta para que, à semelhança deste acto terrorista e de outros perpetrados contra o Lesoto e Moçambique, Angola seja a breve prazo alvo de novos ataques.

### O terrorismo de Estado

O apoio das autoridades angolanas à aplicação das decisões da ONU sobre a Namíbia, a sua condenação firme do *apartheid* e do racismo, a opção progressista da revolução angolana, tornam-na num alvo privilegiado de quem tem o terrorismo elevado à categoria de política de Estado.

A denúncia de Luanda de que

a África do Sul está a concentrar tropas na fronteira da Namíbia com Angola, da violação do espaço aéreo angolano pela Força Aérea sul-africana e a manutenção, ao contrário do que chegou a ser anunciado, de tropas racistas no sul de Angola, nada presagiam de bom.

**De acordo com as experiências anteriores** — refere a propósito um comunicado do ministro angolano da Defesa — **o incremento da actividade da aviação e do exército sul-africano no início do tempo seco é sinal de que se prepara uma nova invasão do nosso território**.

### Sem comentários

O Ministério da Defesa da África do Sul, que considerou a denúncia de Angola «propaganda bombástica», não se manifesta disposto a comentar a presença de quatro brigadas motorizadas, 15 batalhões, num total de 20 mil soldados, apoiados por 80 a 90 aviões e helicópteros na fronteira com a Namíbia.

Nem tão pouco a levar a sério a «preocupação» de Washington que, como protesto contra os ataques ao Botswana e a Angola, chamou a Washington o seu embaixador na África do Sul.

Segundo um porta-voz da Secretaria de Estado norte-americana, a decisão resultou das «sérias dúvidas» de Washington quanto «à sinceridade da África do Sul em negociar a resolução pacífica dos problemas da África Austral».

Vindo de onde vêm, tais dúvidas não são para levar em consideração, e a África do Sul sabe-o muito bem. Ou não tivesse o regime de *apartheid* o seu mais sólido apoio no imperialismo norte-americano.

Não merece, na verdade, comentários.

Internacional

# Sequestro em Beirute

## — Uma acção terrorista

Para que serve o terrorismo? Esta a primeira questão que deveria ser posta quando, como vem sucedendo nos últimos dias, a opinião pública internacional é informada hora a hora sobre o desenrolar dos acontecimentos relacionados com o desvio de um avião e sequestro de 32 cidadãos norte-americanos.

Aconteceu na sexta-feira com o «Boeing-727» da TWA que, com 145 pessoas a bordo, descolou com destino a Roma. Desviado para Argel e depois para Beirute, capitais entre as quais efectuou várias viagens até ficar em Beirute, o avião e os seus passageiros parece ter-se tornado no centro do mundo.

Libertados que foram pouco a pouco diversos membros da tripulação e dos passageiros, registada que foi a morte lamentável de um jovem norte-americano, dizem as notícias que apenas 32 pessoas daquela nacionalidade continuavam retidas, servindo de moeda de troca às exigências dos sequestradores.

Exigências que passam pela libertação de 700 shiitas presos em Israel, pela retirada das tropas sionistas do Sul do Líbano e pela retirada do «Exército do Sul do Líbano» que os israelitas apoiam e subsidiam.

As dúvidas quanto à responsabilidade do acto de pirataria aérea, que no início deram azo às mais diversas especulações, dissiparam-se quase por completo com a entrada em cena de Nabih Berri, dirigente do movimento shiita Amal e ministro da Justiça do Líbano. Apresentado como intermediário escolhido pelos assaltantes para negociar a libertação dos reféns com os EUA e Israel, Nabih Berri surge no entanto com plena capacidade de manobra, ao ponto das suas milícias terem evacuado os sequestrados para locais desco-

nhecidos no sul de Beirute quando recebeu uma acção armada dos EUA ou de Israel contra o aeroporto da capital libanesa.

Acresce ainda que a evacuação do «Boeing» se efectuou sob o controlo das milícias shiitas, que elementos das mesmas milícias guardavam o aeroporto de Beirute e os assaltantes que ainda se encontravam no avião e que Nabih Berri lançou um apelo à mobilização das suas forças em todo o país na segunda-feira para fazer face a eventuais ataques externos.

### O imperialismo agradece

Ao contrário do que a imprensa dita pluralista procura fazer crer, é um erro meter todas as acções armadas no mesmo saco, como se nada as distinguísse. É evidentemente diferente a luta que os patriotas libaneses travam contra os que invadem o seu país, das acções terroristas que escolhem como alvo civis e que não só não visam directamente os agressores como lhes dão oportunidade de justificar novas agressões.

É o que se passa com este sequestro de cidadãos norte-americanos apanhados no meio de um conflito para que com todas as probabilidades não contribuíram nem de perto nem de longe.

Com a agravante que o desvio, sequestro e ameaça de morte de 32 pessoas tem a caução de um membro do governo liba-



As acções terroristas em nada contribuem para a resolução dos problemas do Líbano, devastado por sucessivas guerras

nês, dirigente de uma força que se tem destacado por actuações belicistas a nível interno que nada ajudam à resolução dos problemas do Líbano.

De concreto, que resultou do desvio do avião da TWA?

Segundo as informações de Washington, os EUA podiam optar por quatro soluções: pressionar Israel para a libertação dos 700 shiitas presos; utilizar as suas forças anti-terroristas numa acção armada; apostar no factor tempo para provocar o desgaste dos sequestradores e actuar de-

pois; exercer retaliações futuras.

Com exclusão da primeira opção, que colocaria Reagan na posição de cedência às exigências e a dialogar com os sequestradores (o que já afirmou não estar disposto a fazer), todas as outras passam pelo exercício da força e conseqüente agravamento das tensões no Médio Oriente, como de resto se pode concluir pela concentração de tropas norte-americanas no Mediterrâneo e ao largo de Beirute, tal como de tropas sionistas. Uma oportunidade que o imperialismo certa-

mente agradece.

Seja qual for o desfecho deste caso, ele serviu objectivamente para demonstrar a incapacidade do actual governo libanês na resolução dos problemas do país e para reforçar a intervenção estrangeira no Líbano. O que não serve em nada a luta dos povos árabes pelo seu direito à independência, à liberdade, à paz e ao progresso.

Separado o trigo do joio não é afinal difícil concluir a quem serve e para que serve o terrorismo...

## Um espaço pacífico a única opção possível

Em entrevista ao semanário francês «Le Nouvel Observateur», o secretário-geral da NATO, Lord Carrington, defendeu a continuação, por parte dos EUA, da investigação visando a militarização do Espaço, e referindo embora algumas preocupações que o projecto norte-americano teria levantado no seio da NATO, garante que tal não constitui factor de divisão.

No encontro recentemente registado entre o secretário-geral do PCUS e o presidente do SPD e da Internacional Socialista, Willy Brandt, o camarada Gorbatchiov afirmou: «O Espaço atrairá sempre os homens. Será bom que os Estados saibam, de uma fonte ou de outra, unir os seus esforços, cooperar, não para a transformação do Espaço em fonte de morte e de destruição, mas pela sua utilização pacífica.» Duas opções opostas que se não limitam a declarações oficiais, antes se concretizam na prática quotidiana, na própria linha de desenvolvimento científico.

Dia 17 foi lançada do centro espacial de Cabo Canaveral, nos EUA, com sete tripulantes a bordo, o vaivém espacial «Discovery». A missão, que durará sete dias, destina-se a experiências com raios laser, no quadro das investigações relacionadas com o projecto norte-americano de militarização do cosmos. Significativamente, participa um astronauta francês.

Outra é a dinâmica do desenvolvimento da ciência e da técnica soviética no domínio do Cosmos.

Neste mesmo mês de Junho, dois cosmonautas soviéticos, Vladimir Djanibekov e Viktor Savininkh, a bordo da estação orbital «Saliut-7», realizaram diversas operações de controlo do funcionamento, comunicações e aparelhagem, e procederam ao reabastecimento de ar das fontes químicas de energia da estação.

Simultaneamente, o módulo da sonda espacial soviética «Vega-2» aterrou com êxito na superfície de Vénus, enviando informações sobre as condições

atmosféricas do planeta e procedendo à recolha de amostras do solo. A actividade desta sonda integra ainda o programa de estudo do cometa Halley, que deverá aproximar-se da Terra em 1986.

Actividades que se inserem numa cooperação mais vasta com outros países, nomeadamente países socialistas, numa demonstração das imensas possibilidades que se abririam à humanidade com o trabalho comum de exploração exclusivamente pacífica do Cosmos.

Assim, por exemplo, no estudo do cometa Halley, participará também a Agência Espacial Europeia (ASE), que deverá enviar na sua direcção o aparelho espacial «Giottto».

Uma cooperação que se insere num acordo estabelecido entre a Academia de Ciências da URSS e a ASE. Na última reunião entre a «Intercosmos» e a ASE, realizada em Maio, em Leinegrado, trabalhadores científicos de países socialistas e de países capitalistas da Europa debateram projectos comuns e examinaram problemas de investigação, em que um Espaço pacífico é condição e objectivo.

## «Exigimos fim cruel repressão»

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, enviou ao Presidente Suharto, da República da Indonésia um telegrama de protesto, que transcrevemos: «Expressando firme condenação execução Mohamed Munir e outros patriotas indonésios exigimos fim cruel repressão anticomunista e antipopular, libertação todos presos políticos, restauração liberdades democráticas.»

## Delegação do PC da China em Lisboa

A convite do Comité Central do PCP, encontra-se em Lisboa uma delegação do Partido Comunista da China que permanecerá em Portugal durante alguns dias.

A delegação chinesa, chefiada por Qian Liren, director do Departamento das Relações Internacionais do Comité Central do PCCh, integra ainda Zhu Da-

cheng, chefe duma secção do Departamento das Relações Internacionais do CC do PCCh e Guo Qingshi, sub-chefe de uma secção do mesmo Departamento.

A delegação do PCCh é hoje recebida por uma delegação do PCP, com quem terá conversações.

«O aparecimento do jornal «Avante!» como órgão central do Partido Comunista Português está ligado à reorganização operada no Partido sob a direcção do saudoso dirigente do proletariado revolucionário português Bento Gonçalves.

«Após a suspensão da publicação legal do jornal do Partido «O Proletário», em 1931, a Direcção do Partido resolveu lançar um outro jornal e esse jornal, em homenagem ao jornal fundado por Lênine, chamou-se «Avante!».

«Foi nas colunas do «Avante!» que Bento Gonçalves doutrinou e forjou o Partido Comunista em moldes marxistas-leninistas e fez dele o Partido da classe operária e do povo português.

«O aparecimento do «Avante!» está estreitamente ligado às lutas massivas dos desempregados de Lisboa em Fevereiro de 1932 e às lutas e greves dos estudantes das escolas técnicas e da Universidade de Lisboa nesse mesmo ano.» (...)

«O reaparecimento do «Avante!», em 1941, está estreitamente ligado à condução pelo Partido Comunista de importantes lutas das classes trabalhadoras e às greves dos têxteis da Covilhã e dos operários de Lisboa em 1942, bem assim como a outras lutas.

«É sob a direcção de grandes obreiros do «Avante!» e discípulos fiéis de Bento Gonçalves, como Alvaro Cunhal, Militão Ribeiro e outros dirigentes do Partido que o «Avante!» conduziu dezenas e dezenas de milhares de operários e camponeses nas grandiosas greves de Julho/Agosto de 1943 (50 000 operários), de 8/9 de Maio de 1944 na região saloia (25 000 operários e camponeses), as greves dos têxteis da Covilhã em 1946, as greves das construções navais de Lisboa em 1947, e muitíssimas outras lutas das classes trabalhadoras. Todas estas lutas testemunham claramente os laços estreitos que ligam o «Avante!» e as massas.»

(«O «Avante!» Tribuna de Combate do Povo Português» — «Avante!», VI Série, n.º 200, Junho de 1955)

**AVANTE!**

«No Manifesto que chamava os trabalhadores portugueses à greve e marchas da fome de 8 e 9 de Maio, o Partido Comunista afirmava uma vez mais que muita da farinha e dos géneros que fazem falta ao nosso povo são enviados criminosamente para a Alemanha pelo governo fascista de Salazar.

«A afirmação desta verdade não convém, nem à Alemanha hitleriana, nem ao governo fascista de Salazar. Não convém à Alemanha hitleriana porque esta quer continuar a receber os géneros que seguem de Portugal, a coberto da «neutralidade» portuguesa, e a Alemanha teme que a acção do povo português e dos países aliados dificultem essas exportações. Não convém ao governo fascista de Salazar, porque, ante a inevitabilidade da derrota alemã, ainda que ajudando conforme pode a Alemanha, Salazar procura rapidamente conquistar as boas graças da Inglaterra.» (...)

«Apesar de todas as mentiras e demagogias do governo fascista de Salazar, os géneros continuam a seguir para a Alemanha!»

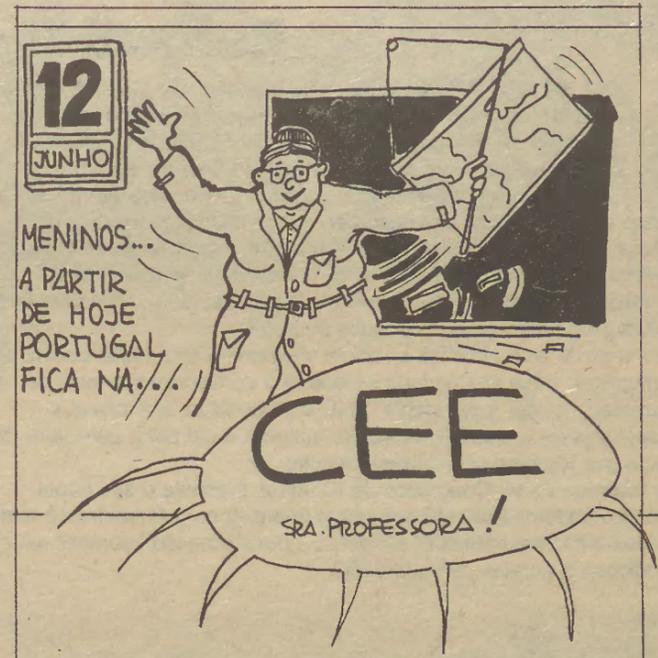
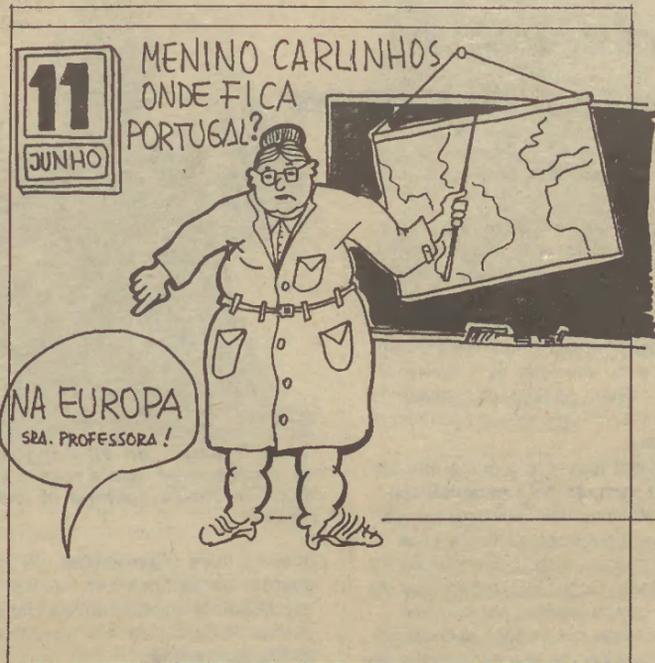
«É trigo, é milho, é azeite, é arroz, é açúcar, são carnes, são outros artigos de primeira necessidade. Todos os dias e por todas as linhas de caminho-de-ferro. Mas, para que não se diga que o «Avante!» não apresenta factos concretos, queremos aqui indicar alguns.

«De Alcácer do Sal, sai todos os dias arroz com destino a Espanha, o que corresponde a dizer que segue para a Alemanha. Só nos dias 2 e 3 de Maio seguiram de Alcácer do Sal 23 vagões carregados de arroz. No dia 23 de Maio, saiu do Barreiro, com destino a Espanha, um comboio de 12 vagões carregados de arroz. Só nestes três comboios foram enviados para fora, cerca de 500 mil quilos de arroz.

«No dia 24 de Maio, saiu do Barreiro, com destino a Espanha, um comboio de 12 vagões carregados de trigo, o que corresponde a cerca de 150 mil quilos, ou seja, para, dentro do actual racionamento imposto pelo governo de Salazar, abastecer um dia toda a cidade do Porto.

«No dia 9 de Abril, segundo os próprios jornais fascistas inadvertidamente noticiaram, descarrou junto da fronteira, entre Fuentes de Oñoro e Espanha, ao quilómetro 18, um comboio de mercadorias carregado de sardinha, açúcar e outros géneros roubados ao estômago do povo português.»

(«Enquanto o Nazi Salazar se Encosta à Inglaterra, os Géneros Vão para a Alemanha!» — «Avante!», VI Série, n.º 56, 2.ª Quinzena de Junho de 1944)



## CEE - uma pequena Europa

### sem perspectivas

**M**inistros demissionários mantiveram-se uns dias mais em funções plenas para garantir a assinatura do documento que facultava a entrada na CEE. Na televisão houve arraiá. Charlatães da política divulgaram o slogan de que entrámos na Europa (ignorando não só a Europa socialista mas também substancial parte da Europa capitalista...). E afirmou-se (insistentemente, para que a dúvida se não infiltrasse) que tudo ia mudar. Que Portugal iria assim entrar no «clube dos ricos».

Os factos são, entretanto, bem diversos, como aliás de há muito tem vindo a ser denunciado — de forma particularmente documentada — pelos comunistas portugueses.

Retomamos esta questão — candente pela sua actualidade e pelos custos que pesarão sobre todos nós — através de elementos divulgados num encontro de partidos comunistas de países capitalistas da Europa, realizado este mês em Paris, e que contou também com a participação de um representante do PCP.

#### mais atrasado

«A evolução da economia portuguesa desde 1976 até aos nossos dias, comparada com a de outros países da Europa, mostra que o PIB (produto interno bruto) global e *per capita* se afasta dos níveis de Espanha, da Grécia, Itália, da França, etc. O mesmo no que respeita às taxas de inflação, a queda de salários reais, a desvalorização do escudo, o crescimento da dívida externa, e diversos indicadores sociais de que a **evolução negativa não tem paralelo com a observada nesses países.**»

Passando a dados concretos: «O PIB baixou de 2% em 1984 depois de ter já sofrido uma quebra de 0,5% em 1983. Com a taxa de

crescimento do PIB verificada entre 1976 e 1984 (3%), **Portugal teria necessidade de 30 anos para atingir o produto *per capita* de Espanha no momento actual (que é de cerca de duas vezes o de Portugal) e de mais de 60 anos para atingir o actual produto *per capita* da França.**

Esta é a base de partida. Um governo que já perdeu mesmo qualquer razão de ser, afirma-nos que estamos em hora de mudança. Para melhor? Que nos diz a experiência de outros povos?

#### Desenvolvimento ou degradação?

A crise económica do imperialismo atingiu com mais gravidade as duas partes da Irlanda que qualquer outro país capitalista da Europa, com a possível excepção de Portugal, afirmou em Paris o secretário-geral do Partido Comunista da Irlanda.

Por isso o seu exemplo pode ser para nós particularmente esclarecedor.

Que ganhou o povo da Irlanda com a CEE?

«A maioria da produção é exportada, as multinacionais consideram a Irlanda uma base atractiva e barata para a penetração nos mercados da CEE»; «os novos postos de trabalho criados pelas multinacionais não foram suficientes para compensar os empregos perdidos na indústria nacional»; «só os bancos, as multinacionais e os latifundiários ganharam com as políticas económicas» ligadas à CEE.

E a Grécia? — para referirmos um outro exemplo — que nos é particularmente próximo.

Os números, citados no encontro, são claros.

Nos últimos 3 anos o número de desempregados duplicou, atingindo cerca de 10% da população economicamente activa; a dívida externa duplicou; o investimento desceu até ao nível de 1973; a inflação mantém-se 3 a 4 vezes superior à dos outros países da CEE; os ramos básicos da indústria dão sinais de colapso.

A causa fundamental da situação, conforme é denunciado pelos comunistas gregos, é «a multiforme dependência do imperialismo. Nos últimos anos o facto de o nos-

so país estar na CEE contribuiu também, das mais diversas formas, para esta situação».

#### Uma outra lógica

Não está na lógica das multinacionais — a lógica do lucro — contribuir para o desenvolvimento económico dos países onde se instalam (o que fica ainda mais facilitado com a integração na CEE). Outros são os caminhos que apontam nesse sentido. E nesse plano merece uma referência o caso da Finlândia. Um país capitalista, atingido, como os outros, pela crise geral do sistema. Mas com um outro tipo de relações económicas externas. E os frutos correspondentes.

Citemos o Partido Comunista da Finlândia.

«No quadro do desenvolvimento geral do capitalismo, a Finlândia tem características particulares, que refreiam os fenómenos mais agudos da crise. Entre essas características particulares a mais essencial é a política externa de paz da Finlândia com a sua pedra angular — o Acordo de amizade, cooperação e entre-ajuda entre a

Finlândia e a União Soviética. O desemprego mais baixo que a média e um crescimento económico relativamente mais rápido em relação aos outros países capitalistas da Europa são antes do mais consequência do comércio e da cooperação económica entre a Finlândia e a União Soviética».

É evidente que as relações económicas externas não resolvem os problemas de um país, nem alteram o conteúdo de um sistema socioeconómico caduco. Mas o exemplo da Finlândia vale como testemunho de uma outra forma diferente de relacionamento possível entre países e povos.

Nesse quadro, a perspectiva para Portugal, onde as multinacionais já se impõem e reforçam posições nos sectores básicos — mineiro, químico, banca — seria a **transformação da nossa economia, num «apêndice, dependente e subordinado à divisão internacional do trabalho ditada pelos monopólios do Mercado Comum».**

■ Domingos Lopes

# A LUTA PELA PAZ HOJE EM PORTUGAL

## Reflexões a propósito do 50.º aniversário

### do Relatório de Jorge Dimitrov ao VII Congresso da I.C.

**H**á 50 anos o VII Congresso da Internacional alertava o mundo para os perigos de guerra iminentes. O relatório de Jorge Dimitrov teve um eco extraordinário em todo o movimento comunista e operário. Em nome do Secretariado da Internacional Comunista, Dimitrov propunha a Frente única da classe operária contra os perigos da guerra e do fascismo e para a defesa da paz. A uma situação internacional particularmente perigosa, marcada pelo ascenso do fascismo na Alemanha e Itália e pelo militarismo no Japão, respondia o VII Congresso da IC com uma nova estratégia para conjurar os perigos de guerra. Tratou-se de uma histórica e radical viragem na orientação da luta dos comunistas. Face aos perigos da guerra e do fascismo tornava-se necessário mudar a estratégia da IC e procurar as alianças que assegurassem a unidade da classe operária e daí partir para uma ampla frente que isolasse os sectores fascistas. Ao falarmos do VII Congresso da IC temos presente o seu papel histórico, mas não só. Até que ponto orientações dele saídas se mantêm válidas tendo naturalmente em conta a nova situação internacional e as condições concretas de cada país?

Entre a situação internacional dos anos 30 e a que vivemos existem certas semelhanças mas também grandes diferenças.

As **semelhanças** detectámo-las nos perigos de guerra. Com efeito na sua vã tentativa de inverter a marcha ascensional do Homem rumo ao socialismo, o imperialismo ameaça perigosamente a paz mundial.

As **grandes diferenças** residem no facto de hoje as forças da paz serem muitíssimo mais poderosas que há 50 anos.

Criou-se a comunidade dos Esta-

dos socialistas em numerosos países. Desmoronou-se o sistema colonial. Certo número de países do chamado «Terceiro Mundo» tendem a afastar-se do sistema capitalista mundial.

Nalguns países capitalistas desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento existem partidos comunistas de massas com reconhecida influência nacional.

**A URSS não é já a única ilha socialista cercada pelo imperialismo.**

Há 50 anos, não obstante os alertas e as grandiosas acções e lutas da classe operária sob a direcção da Internacional Comunista em defesa da paz, a guerra acabou por explodir.

É possível nos nossos dias enfrentar e conjurar os actuais perigos de guerra? Os paralelos na História podem fazer-se para nos ajudar no presente a caminhar melhor para o futuro.

**Hoje as forças da paz e do progresso se unidas** estão em condições de poderem assegurar a defesa da paz.

Considerámos no nosso último Congresso, realizado no Porto, em Dezembro de 1983, a defesa da paz como tarefa central dos povos.

Sem paz, nenhum dos grandes problemas humanos pode ser resolvido. Cresce, nas mais amplas camadas populares, a consciência de que o imperialismo está pronto a sacrificar no altar dos seus «interesses vitais» povos e civilizações inteiras.

Os avanços das forças do progresso ao longo da década de 70, o agravamento da crise geral do capitalismo, as realizações dos países socialistas agudizam as contradições entre o socialismo e o capitalismo. É necessário, entretanto, tudo fazer para que estas contradições possam ser resolvidas dentro dos marcos da coexistência pacífica a fim de se evitar uma nova guerra que ameaçaria a vida humana no nosso Planeta.

**Para este efeito, tal como há 50 anos, continua inteiramente válida a ideia de que a participação da classe operária é indispensável.**

Os trabalhadores têm sido ao longo das mais diferentes guerras os mais atingidos pelas suas terríveis consequências. A classe operária enquanto classe nada tem a ganhar com a guerra ao contrário dos monopólios e do complexo militar industrial. Os seus interesses convergem objectivamente com os dos trabalhadores do mundo inteiro, **viver em paz e sem exploração.**

A política militarista do imperialismo, com a Administração Reagan à cabeça, visando liquidar o socialismo através da guerra nuclear «limitada ou prolongada» ameaça a Humanidade. O facto de várias forças políticas, sociais-democratas, liberais, certos democratas-cristãos, novos movimentos como o ecologista, e até sectores conservadores se pronunciarem, cada qual à sua maneira, pela defesa da paz não obsta a que a classe operária tenha o seu próprio papel, o de vanguarda, na luta pela defesa da paz e



Jorge Dimitrov, no VII Congresso da Internacional, apela para a unidade da classe operária na defesa da Paz

que, as suas organizações de vanguarda, os partidos comunistas, se encontrem de acordo com as circunstâncias de cada país nas primeiras filas da luta pela paz.

Em Portugal o Governo PS/PSD leva a cabo uma política de rastejante submissão ao imperialismo norte-americano, atrelando o país ao carro de guerra dos EUA e ameaçando, por este modo, a vida dos portugueses e a segurança de Portugal.

As novas e escandalosas facilidades concedidas aos EUA na Base das Lajes (Açores), o trânsito de submarinos atómicos no rio Tejo, a instalação da estação de rastreio de satélites em Almodôvar, as negociações em curso com vista à passagem da Base de Beja da RFA para os EUA a fim de servir de apoio à Força Rápida de Intervenção, a utilização pela NATO do aeroporto da ilha de Porto Santo (Madeira), são exemplos comprovativos dessa política, cuja essência está descarnada de quaisquer elementos patrióticos.

Esta política choca-se com as aspirações e os interesses dos portugueses dos mais diversos quadrantes políticos. É, no entanto, o movimento operário quem mais a tem combatido. É dentro da sociedade portuguesa a classe com maior consciência acerca dos perigos que ameaçam Portugal e que resultam da política de entrega do território nacional ao imperialismo.

Dimitrov no relatório ao VII Congresso da IC insistia na questão de se conseguir unir a classe operária na base da aliança entre os comunistas e os sociais-democratas.

Esta orientação, válida sobretudo para os países capitalistas avançados da Europa onde os partidos sociais-democratas têm grandes tradições de influência no movimento operário, merece um outro exame no nosso país.

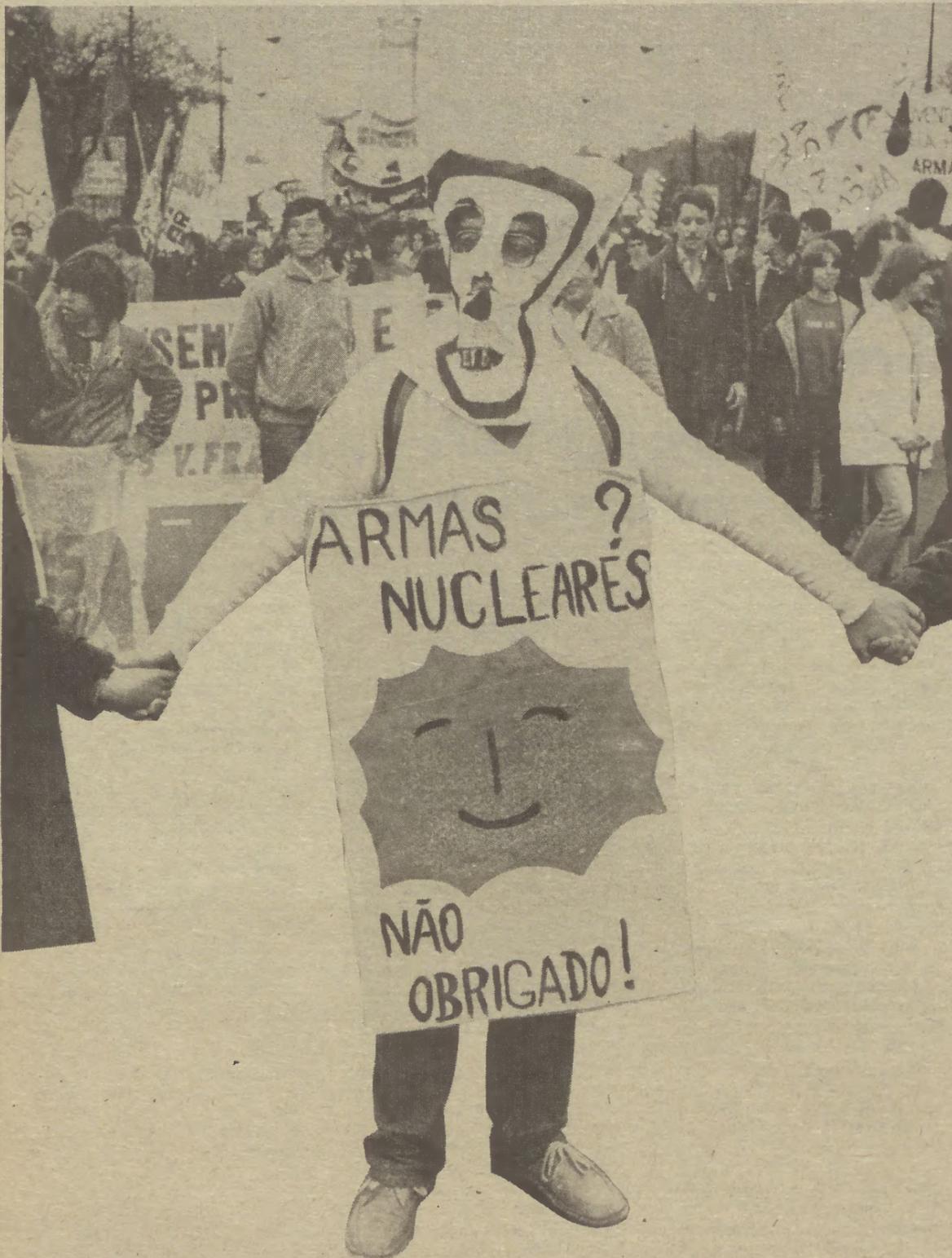
A primeira reflexão: existe em Portugal um partido com uma *praxis* social-democrata?

O PS desapareceu ao longo dos anos 30 e voltou a reaparecer na RFA em 1973 com origem na linha das tradições liberais de certas camadas da pequena e média burguesia.

Desde o seu reaparecimento até aos nossos dias nunca teve em termos de organização uma implantação sólida na classe operária.

A sua política tem-se orientado para a liquidação das conquistas de Abril.

Para esse efeito não realizado no plano externo uma política de submis-



são ao imperialismo, uma política que ameaça a vida dos portugueses e a segurança de Portugal.

Dáí que, tal como em relação aos objectivos mais gerais da luta pela defesa do regime democrático, se coloque uma **segunda reflexão**: como manter e reforçar a unidade da classe operária?

Existe uma longa e rica tradição de organizações unitárias que encerram todo um valioso património de lutas unitárias que naturalmente se desenvolveu impetuosamente após a Revolução de 25 de Abril de 1974 dando origem a um poderoso movimento popular de massas de características unitárias. Neste movimento participam a todos os níveis das suas estruturas organizativas comunistas, socialistas que se desligam da orientação oficial do PS, católicos e gente de outros sectores mais ou menos de esquerda.

Esta conquista dos trabalhadores portugueses que é vital preservar, consolidar e ampliar resulta de toda uma orientação cuja essência converge com as orientações emanadas do VII Congresso da IC. Os trabalhadores independentemente da sua filiação partidária são irmãos de classe, pois que nos seus locais de trabalho a exploração se abate sobre toda a classe. E para fazer frente com êxito a essa exploração torna-se necessária a unidade da classe. Esta tem sido a orientação do PCP ao longo de dezenas de anos. Não admira pois que o movimento sindical português tenha uma forte vocação unitária e nele comunistas, socialistas e outros lutem ombro a ombro pela defesa dos inte-



resses dos trabalhadores e a defesa do regime democrático.

E chegamos a uma **terceira reflexão**: como reforçar então a luta pela paz, a participação de classe nessa mesma luta?

É um facto que em Portugal têm tido lugar importantes manifestações de luta pela paz, essencialmente impulsionadas pelo CPPC, mas há condições objectivas e subjectivas para desenvolver e reforçar esta frente de luta. As condições **objectivas** resultam das gravosas cedências do Governo PS/PSD aos EUA e NATO no quadro de toda uma nota política imperialista de agravamento da tensão internacional; a aceitação passiva das imposições do FMI e do Banco Mundial; as **subjectivas** da crescente consciência por parte de largos sectores da sociedade portuguesa que tais concessões representam lesões significativas na independência nacional.

É certo que a política prosseguida pelo Governo PS/PSD ameaça a vida dos portugueses e a segurança de Portugal.

Mas também não é menos certo que o movimento operário e sindical deveria participar com mais dinamis-

mo nas diferentes estruturas do movimento pela paz.

Recentemente, nas manifestações do 1.º de Maio, palavras de ordem de luta pela defesa da paz e contra a submissão ao imperialismo ganharam um maior peso.

Na 9.ª Conferência da Reforma Agrária, os delegados das UCP's/Cooperativas, representando o proletariado rural do Alentejo e Ribatejo, aprovaram duas moções de saudação aos povos em luta e condenando a política agressiva e belicista do imperialismo.

Torna-se, pois, necessário que as moções aprovadas e as palavras de ordem em defesa da paz dos trabalhadores da cidade e do campo sejam

seguidas por esforços de organizações visando reforçar com medidas práticas e participação do movimento operário e sindical no movimento pela paz.

A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista é um todo inseparável.

Os movimentos da paz existentes ganharão outra dinâmica e outro corpo com uma maior participação da classe operária.

O «Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal» corresponde às mais profundas aspirações do povo português de ver o território do seu país sem armas nucleares. Com mais audácia, com mais determinação é

possível fazer deste movimento-sede dos portugueses que amam Portugal e consideram que o que conta verdadeiramente para os portugueses é a fidelidade aos seus interesses próprios e a Portugal e não a fidelidade a outras potências ou organizações político-militares.

A realização em Lisboa em 10-11/11/84 da 1.ª Conferência Luso-Espanhola «Por uma Península Ibérica Livre de Armas Nucleares» constitui a primeira iniciativa gerada a partir da opinião pública aglutinando várias correntes do pensamento e da acção das sociedades espanhola e portuguesa para que toda uma área geográfica fique livre de estacionamento ou trânsito de armas nucleares. O Tratado de Tlatelolco que preconiza que a América Latina se mantenha toda uma vasta área sem armas nucleares e as propostas dos países nórdicos e dos Balcãs para que essas regiões sejam igualmente consideradas zonas igualmente livres de armas nucleares, partiram directamente dos governos dos países da região. Na Península Ibérica os governos «socialistas» de Madrid e Lisboa viraram costas à iniciativa, embora, contrastando com Soares, Gonzalez tenha em diversas ocasiões afirmado ser favorável à Península Ibérica livre de armas nucleares.

O movimento pela paz é hoje muito mais rico e participado que há 50 anos. A fim de reforçar a participação da classe operária é necessário mostrar melhor as ligações entre a luta pela paz e a luta pelos objectivos reivindicativos. Na Resolução Política aprovada por unanimidade no X Congresso do PCP afirma-se que «As grandes lutas contra os governos «AD» que se preparavam para fazer grandes cedências militares aos Estados Unidos, lutas que levaram à sua demissão, podem justamente considerar-se como valiosa contribuição à luta pela paz, nas condições específicas que Portugal atravessa».

As acções levadas a cabo pelo grandioso movimento popular de massas pela demissão do Governo PS/PSD, são igualmente grandes acções por um Portugal pacífico e activo em prol da paz.

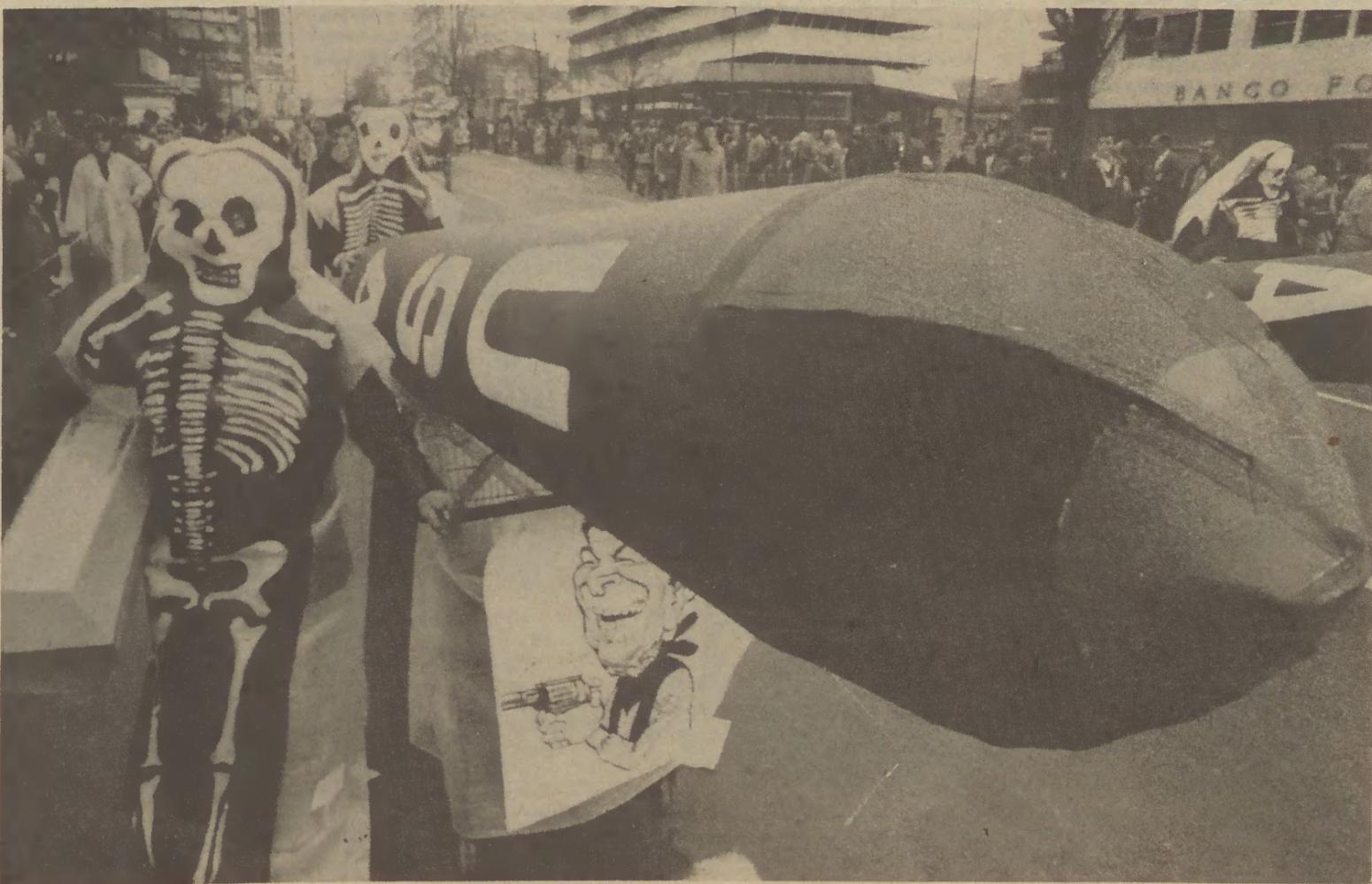
As acções próprias do movimento da paz engrossam igualmente o caudal do movimento popular de massas.

Tal como há 50 anos a luta pela paz é hoje tarefa central de todos os povos.

Tal como há 50 anos a participação da classe operária na luta pela paz é indispensável.

Tal como há 50 anos é necessária a unidade de todas as forças contra os instigadores da guerra.

Tal como há 50 anos é necessário lutar com confiança e audácia, sentimentos próprios de quem luta por causas justas ■



■ Henrique Custódio

# Sete ais por Sintra

## • Um Concelho que se afunda

## com as negociatas da Câmara

que a incúria e o desgaste de séculos não conseguiram, ameaça agora fazê-lo uma maioria PSD/PS/CDS da Câmara, no Concelho de Sintra. Não por que esta gente, junta, seja alguma força da natureza, mas pela natureza desta gente quando se junta à volta da «coisa pública» (como eles gostam de dizer) para a «gerir». E Sintra é bem mais um exemplo de como tais gestores orientam a «coisa pública» com «coisas» bem privadas...

Dizer que é urgente salvar Sintra, quase se tornou uma banalidade desde que a APU alertou o Concelho e o País para o facto, num grande encontro realizado em 24 de Março passado, onde a própria denominação «Salvar Sintra» traduzia já um importante e claro objectivo político: salvar Sintra e o seu Concelho da degradação a que vêm sendo sujeitos por uma série de gestões municipais, primeiro de maioria PS, depois de maioria AD e agora de maioria PS/PSD/CDS, especialmente interessadas em favorecer a especulação e desprezando os mais elementares direitos das populações.

E salvar como? Naturalmente com uma gestão que, ao contrário da actual, não seja sectária, incompetente, corrupta, nepotista e demagógica — uma carrada de adjetivos que fica ainda aquém, na caracterização da realidade que se vive no município de Sintra. Com uma gestão, enfim, que tenha provas dadas no Concelho acerca da sua competência, honestidade e dedicação na defesa dos interesses das populações e do município. Uma gestão APU, evidentemente.

Sintra, com os seus 322 km<sup>2</sup> de área e um património histórico, cultural, paisagístico e natural de importância não apenas nacional mas internacional, alberga qualquer coisa como 250 000 habitantes, distribuídos por 13 Freguesias, o que faz deste município o quarto mais importante do País em densidade populacional (à sua frente estão Lisboa, Porto e Loures, seguindo-se-lhe Vila Nova de Gaia).

No entanto apenas 48,4% (dados de 1981) dos seus habitantes trabalham na zona do Concelho: os restantes (mais de metade) fazem-no em Lisboa, na Amadora e outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Daqui se conclui que Sintra se transformou num gigantesco dormitório, onde outros índices (oficiais) tornam mais negra a situação social: 52 zonas de habitação clandestina onde vivem 20 000 pessoas, 30% da população sem redes de esgoto e mais de 15 000 pessoas sem abastecimento de água, uma taxa de mortalidade infantil de 4,5, só igualada pela de Vila Real, o distrito do País em pior situação (a melhor situação distrital é a de Coimbra, com 1,7, sendo a de Lisboa de 2,0), um único posto de Serviço de Atendimento Permanente (SAP) para 250 000 habitantes (o que faz que os doentes tenham de suportar um eterno calvário que começa no Hospital de Sintra, passa pelo de Cascais e desemboca em S. José, em Lisboa), mais de mil alunos do Secundário forçados a frequentar escolas dos concelhos vizinhos. A par disto fervejam negociatas imobiliárias às centenas de milhares de contos, monstruosidades urbanísticas e atentados paisagísticos e culturais de arrepiar, degradação dos equipamentos sociais existentes e crescente aumento das zonas deles carenciadas, em parte ou no todo — tudo sob o beneplácito de um executivo sem escrúpulos nem competência, cerzido numa santa aliança política PSD/PS/CDS que, além do mais, subverteu por completo o sentido de voto das populações de Sintra.

### Discriminar... para reinar

E dizemos subverteu, partindo logo de um facto tão escandaloso como este: sendo a APU a segunda força política do Concelho, ficando a escassos mil e tal votos da AD vencedora das últimas eleições autárquicas (possuindo, por isso, igual número de vereadores que esta — quatro), não tem qualquer pelouro distribuído no executivo municipal, porque a ex-AD e PS partiram o «bolo» como lhes pareceu mais vantajoso.

Tal discriminação, é claro, não se ficou por aí, e um outro exemplo basta para se ajuizar do quilate democrático e sentido de responsabilidade au-

tárquica que esta gente tem: a APU, sendo maioritária nas cinco das 13 Freguesias do Concelho onde reside 61% da população (Aguilva-Cacém, Belas, Queluz, Rio de Mouro e S. Pedro), recebe nesse conjunto de cinco Freguesias o mesmo que uma só Freguesia AD, onde reside apenas 4% da população do Município!

Entretanto da incompetência de tal executivo falam os grandes e graves problemas do município que continuam por resolver, como enunciaram à nossa reportagem diversos eleitos da APU com quem falámos: a Câmara não funciona aos níveis de produção (serviços de obras municipais, oficinas, etc.); reina a total anarquia na gestão de pessoal e meios técnicos, enquanto muitos desses meios são utilizados em benefício de privados; mesmo para trabalhos de reduzidíssima importância, a única solução tem sido o recurso a empreiteiros, desprezando as possibilidades e a vontade dos trabalhadores, havendo obras onde se esbanjam verbas sem qualquer controlo, como é o caso do novo cemitério de Sintra, que já «sorveu» mais de 40 000 contos só com baldações de terras; quanto a nepotismo, estamos conversados: abundam por lá casos flagrantes de familiares, correligionários e amigos da maioria PSD/PS/CDS que se vêm servindo da Câmara, dos transportes e dos trabalhadores do município.

Mas é na corrupção e nos negócios urbanísticos com características altamente especulativas, que o executivo PSD/PS e o seu amigo CDS têm «bri-

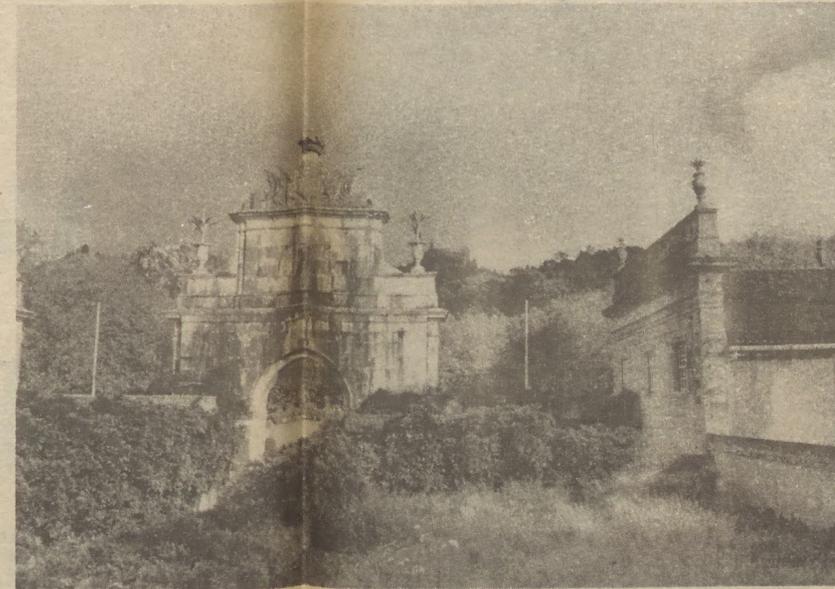
lhado», ameaçando o Concelho com autênticos atentados à comunidade e ao património.

### O negócio é o segredo destas «almas»

Conversámos com os camaradas Lino Paulo, vereador da Câmara Municipal de Sintra (um dos quatro APU sem qualquer pelouro distribuído...) e dois presidentes de Juntas de Freguesia de maioria Aliança Povo Unido: Duarte Caldeira, de Aguilva-Cacém, e Matos Dias, de Queluz. Estes últimos far-nos-iam uma breve resenha do que se passa nas suas autarquias (de que damos conta aqui ao lado), enquanto Lino Paulo nos documentou, numa visita rápida, acerca das grandes negociatas perpetradas pelo executivo, no Concelho.

Isto que aqui vê — informou-nos Lino Paulo, apontando para um monte — está destinado à chamada urbanização do Senhor da Serra. Foi aprovado ontem em sessão da Câmara com os votos contra da APU. Como podes imaginar só com uma vista de olhos, havia de ser linda, uma urbanização nesta encosta! Caso se cumprisse como a aprovaram, 33% dos pisos ficariam enterrados e haveria avenidas com uma inclinação de 15%!

De facto não lembrava ao diabo urbanizar uma encosta daquelas, quase



a pique e debruçada para uma aprazível extensão de terrenos com um solar em ruínas lá pelo meio. Só que a história não acabava ali e tinha a ver com as lais ruínas:

Este é o palácio dos Marquesses de Belas, cujas primeiras fundações remontam ao século XII. Está completamente abandonado, há uma deliberação da Câmara, de 1980, para expropriação, há inclusivamente verbas disponíveis para o fazer, mas como neste momento um vereador do PS pretende negociar tudo isto para encher com prédios (o senhor Correia de Andrade, do pelouro do Desporto), aproveitando uma divisão de interesses especulativos na Câmara, corre-se o risco de se perder este único espaço livre no triângulo urbano Queluz-Belas-Idanha, e naturalmente vocacionado para zona verde e de lazer — coisa que, pura e simplesmente, não existe em tão vasto contínuo urbano.

E querem encher tudo de prédios... a começar com uns, onde 33% dos pisos ficariam debaixo do chão!

Mas havia mais para saber. — O caso do Casal das Quinteiras, em Queluz, é outro escândalo. Começou em Março de 1983, quando foi rejeitada uma urbanização de 464 fogos para essa zona, por se considerar haver uma densidade

muito elevada; todavia em Junho desse mesmo ano seria aprovada uma, não de 464 fogos mas de 438. Entretanto o presidente da Câmara autorizou (com posterior sanclonamento da maioria PSD/PS/CDS) que o número de fogos aumentasse para 767, ou seja, mais 329 que o permitido (+ 75%). Nós calculamos que esta densificação permitiu um lucro especulativo na ordem dos 250 000 contos. Mas a coisa não acaba aqui! Posteriormente foi feita nova alteração que elevou o número de fogos para 862, o que, de acordo com a lei, exigiria, para a construção de tal densificação, que o urbanizador cedesse à Câmara 53 000 m<sup>2</sup> de terreno. Pois cedeu apenas 3000...

Portanto, temos aqui, de uma assentada, 250 000 contos de lucro especulativo, mais 50 000 m<sup>2</sup> de terreno do município cedido gratuitamente ao urbanizador. O escândalo é tão evidente — acrescentaria Lino Paulo — que a urbanização está a ser feita em construção acelerada e a própria DGPU (geralmente apontada como responsável por duvidosíssimas urbanizações) já aparece agora a terreiro a dizer que este loteamento «pode vir a ser considerado nulo e de nenhum efeito» — agora, quando as obras já são irreversíveis...

Livra! Seteais em Sintra? Sete ais por Sintra!!!

### A gestão dos factos consumados

O estendal de negociatas e especulações urbanísticas à sombra da Câmara parece não ter fim e ameaçar engolir o Concelho de Sintra. Lino Paulo aprofundou apenas mais dois casos, «se não nunca mais salamos daqui e nem uma edição do «Avante!» chegava».

O primeiro anda à volta de mais uma pretensa urbanização na Quinta de Fiteiras, vasto parque natural com uma extraordinária mata de carvalhos que fica enquadrado entre dois contínuos urbanos — Rio de Mouro e Aguilva-Cacém. Pois querem ali pôr habitação para 10 000 pessoas! De notar que, neste caso, a juventude tem estado particularmente activa na defesa do que consideram, por uso pleno, o espaço verde e de lazer da zona (e não são apenas eles, mas toda a população que utiliza o belo parque), tendo formado comissões de defesa tanto em Rio de Mouro como em Aguilva-Cacém.

— Isto é a gestão dos factos consumados — comentaria Lino Paulo. Outro exemplo elucidativo

▲ «As costas» do palácio de Seteais, que o executivo da Câmara de Sintra pretende que fique definitivamente «de costas» para as populações. Vai sendo, de facto, tempo de o concelho de Sintra apanhar «pelos costas» tais executivos...

disso está na degradação acelerada, consentida e caucionada pelo executivo, da riqueza patrimonial do Concelho. Veja-se o que se está a passar com o Plano da Vila de Sintra ou o caso da Serra.

O caso da serra de Sintra. Afinal como é?

— A legislação actual para a serra de Sintra é muito contestada, quer em Sintra quer em Cascais. Foi elaborada no tempo de Margarida Borges Carvalho (Governo AD), segundo o «Expresso», sem conhecimento do Serviço de Reservas e Parques Naturais, «elaborando-se» na sequência de «reuniões de amigos» na Quinta da Penha Longa (cujos donos detêm a maior zona privada da Serra).

Ora o que acontece com a Penha Longa? O dono (que é «visitado» pelo actual presidente da Câmara PSD) tem um projecto de urbanização da Quinta dito de «interesse turístico», onde os núcleos de habitação, construídos em altura, teriam uma densidade de 700 habitantes por ha, e, ligando a isso, uma «zona verde» esquisitíssima de... campos de golfe! Estás a ver o «interesse turístico» da coisa... É óbvio que se pretende ali criar uma zona de habitação de luxo. O dono tentou desarquilar o processo na Câmara anterior, nós é que o impedimos. Neste momento está agendada para a próxima reunião. É claro que a APU se vai bater contra.

Contra uma Câmara que até o palácio de Seteais quer vedar ao público (aos fins-de-semana já se atrevem mesmo a pôr cordões à entrada, com a aquiescência de quem está empoleirado no executivo da Câmara, teoricamente «em nome do povo»). Mas a favor dos interesses das populações e do Município que, diga-se em verdade, estão mesmo precisados de uma Câmara APU ■

## Dois da APU

Para resumir, há dois aspectos profundamente negativos do relacionamento da Câmara com a Freguesia — começou por dizer a camarada Duarte Caldeira, presidente da Junta de Aguilva-Cacém.

Um traduz-se pela não descentralização de verbas, no que constitui um acto puramente discriminatório em relação a uma Freguesia tão populosa (mais de 20 000 habitantes). Obras, a Câmara não faz nenhuma — ao contrário do que pratica com as Freguesias AD e PS, onde vão fazendo algumas coisas previstas no Plano.

Matos Dias, presidente da Junta de Freguesia de Queluz, interrompeu para dizer:

Em relação a Queluz, o problema das verbas é o mesmo, só que nós temos para cima de 50 000 habitantes. Mais: embora não estejamos aqui os outros três camaradas que presidem às restantes Freguesias APU do Concelho (Belas, Rio de Mouro e S. Pedro) podemos dizer que o problema de não descentralização de verbas e discriminação é igual para todas as Freguesias de maioria APU.

Duarte Caldeira retomou a conversa, apontando como segundo aspecto negativo, vindo da Câmara, a mais completa falta de estruturas dos serviços camarários. «Só há uma máquina ao serviço, as restantes andam sempre avariadas. Pois se queremos o seu serviço, temos de andar a «negociar» com o manobrador, para que ele dê um jacto aos fins-de-semana! Em contraste com essa desorganização e boicote, cá vamos avançando com as coisas, mobilizando as boas-vontades das populações e os nossos parcos recursos. Sem procurar ser exaustivo, para não ocupar muito espaço, refiro duas obras de vulto em que estamos envolvidos: a construção de um complexo socio-desportivo (que já vem do mandato anterior) que já tem um ringue construído e em funcionamento, e um edifício onde irá funcionar um centro de dia e uma sala polivalente para actividades culturais. A segunda obra é o Jardim dos Bons Amigos, que vai constituir o único parque central da Freguesia, ajardinado e com um pequeno ringue. No primeiro caso já investimos 7500 contos, sendo 70% do trabalho executado com mão-de-obra voluntária, e no segundo já fizemos um investimento que ultrapassa os 3500 contos.

Matos Dias pegou na palavra:

Falando ainda dos aspectos negativos da acção da Câmara na Freguesia de Queluz, temos o problema das monstruosidades e negociatas urbanísticas: demolição de vivendas, construção de blocos selvagens, centros comerciais sem condições e o escândalo do Casal das Quinteiras. Se entretanto tivéssemos de viver com as verbas descentralizadas pela Câmara, nem para pagar os ordenados aos funcionários tínhamos! O que nos vale são as construções por administração directa que fazemos no cemitério. Quanto a obras e procurando também não me alongar, fizemos sete parques infantis (seis com zona desportiva anexa), estamos a construir segundo parque com polidesportivo na urbanização do Casal de Olivar, a alargar o ringue na rua Dr. Manuel de Arriaga, a reparar todos os passeios da Freguesia, desenvolvemos dezenas de iniciativas culturais, etc. etc.

Era tudo. O tempo impunha que fôssemos ver algumas coisas — mas o excelente trabalho da APU no Concelho de Sintra merece que lá se volte, com mais tempo ■



▲ Eis um exemplo do que pode a iniciativa autárquica em estreita colaboração com as populações: um complexo desportivo, cultural e cívico erguido em Aguilva-Cacém pela Junta APU, apesar dos boicotes e indiferença da maioria PSD/PS/CDS na Câmara Municipal de Sintra para com esta (e as outras) freguesia da Aliança Povo Unido



▲ Pela encosta que se vê ao fundo, pretende a Câmara de Sintra dar lugar a uma urbanização que teria 33% dos andares debaixo do chão e inclinações de rua na ordem dos 15%; o terreno que se vê ao lado (e que constitui o único espaço verde no contínuo urbano de Belas) está igualmente ameaçado pelo «cimentado» das (grandes) negociatas do executivo PSD/PS/CDS



▲ Da esquerda para a direita, o vereador da APU na CM de Sintra, Lino Paulo, o presidente da Junta de Freguesia da Aguilva-Cacém, Duarte Caldeira, e o presidente da Junta de Freguesia de Queluz, Matos Dias

▲ Este é o futuro parque dos «Bons Amigos», na Aguilva-Cacém, que a Junta APU e a população estão a erguer quase a pulso para dotar a superpovoada freguesia com um espaço de lazer e de convívio

## El Salvador

**N**um momento em que a tensão que se vive na América Central volta a aumentar com a iminência de uma intervenção directa dos EUA na Nicarágua, a imprensa norte-americana decidiu levantar o véu de silêncio que desde há algum tempo cobre tudo o que se refere a El Salvador para apresentar a política seguida naquele país como um exemplo a reproduzir.

A fazer fé em tais notícias, o ano em curso seria o da pacificação, graças à política conjugada do cacete e da censura com que os conselheiros norte-americanos zurzem o povo salvadorenho. Que é como quem diz incentivar por um lado a capacidade militar do exército e, por outro lado, realizar periodicamente umas eleições em que as forças de direita disputam entre si o poder.

A farsa eleitoral de Março último não foi diferente das anteriores, embora os seus resultados tenham introduzido algumas alterações na correlação de forças de direita. Na verdade, realizadas em plena guerra civil, sem qualquer participação de candidatos democratas, as eleições gerais serviram sobretudo a Napoleón Duarte, presidente do país e líder da democracia-cristã, para consolidar posições no Parlamento ganhando lugares à extrema-direita e assegurando a maioria que lhe faltava.

Mas as prometidas mudanças não se concretizaram.

Os inquéritos aos crimes dos esquadrões da morte continuam esquecidos no fundo de alguma gaveta; a crise económica agrava-se atingindo praticamente todos os sectores da vida nacional sem que sejam tomadas medidas; as Forças Armadas, afirmando embora agora fidelidade a Napoleón Duarte, fazem publicar comunicados onde se ameaça com medidas repressivas todos os trabalhadores que participem em actividades sindicais; a guerra continua a absorver a maior parte dos meios disponíveis; a economia vive dos dólares norte-americanos; o diálogo com as forças patrióticas foi interrompido e não parece ter possibilidades de recomeçar.

### que mudou

Seria no entanto errado acreditar que nada mudou em El Salvador, passados que são mais de quatro anos de guerra civil.

Os EUA, que lideram todo o processo para a manutenção do governo fantoche, apostaram decisivamente num amplo programa de fortalecimento das Forças Armadas Salvadorenhas, coluna vertebral da sua estratégia para o país, que passa, entre outras medidas, pela introdução de métodos antiguerrilha e modernização dos meios aéreos.

O próprio chefe de Estado-Maior das Forças Armadas salvadorenhas anunciou a chegada ao país de aviões C-47 equipados com sensores para a exploração nocturna e metralhadoras com capacidade de 1500 tiros por minuto; 10 helicópteros Hughes 500 equipados com lança-chamas e metralhadoras com uma capacidade de 6000 tiros por minuto.

O Congresso norte-americano havia entretanto desbloqueado para o ano fiscal em curso uma ajuda militar de 128 milhões de dólares, acrescida de mais 170 milhões como ajuda suplementar para treinos e recrutamentos.

Trata-se, para além da prova de que os EUA falam de solução política do conflito salvadorenho mas desenvolvem na prática todo o aparato da guerra, do reconhecimento da incapacidade em vencer as forças patrióticas. da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e da Frente Democrática Revolucionária (FDR).

As baixas sofridas pelas forças governamentais são de resto elucidativas: 3178 em 1981; 3754 em 1982; 7169 em 1983 e 5286 no ano passado, o que equivale na prática ao aniquilamento e desarticulação de 24 batalhões.

### A paz podre

A única pacificação de que se pode falar em El Salvador é a provocada pela morte, a paz podre dos cemitérios. Só em 1984 a Força Aérea Salvadorenha realizou 338 bombardeamentos, em 11 dos 14 departamentos do país de que resultaram



A presença norte-americana em Salvador

# a paz à americana

imensas vítimas entre a população civil e destruições completas de povoados. Nos primeiros dois meses deste ano, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos salvadorenha, morreram pelo menos 113 pessoas, foram presas 84 e outras 7 dadas como desaparecidas.

Mas nem esta «pacificação» conseguiu impedir o avanço da guerra revolucionária nem sequer a reactivação das lutas de massas.

A incapacidade do regime em responder às necessidades crescentes do povo salvadorenho está na verdade a provocar um ascenso das lutas reivindicativas, traduzidas tanto em manifestações de rua como em gre-

ves sectoriais. O ano de 1985 começou sob o signo da luta contra a desvalorização do *colon* (moeda nacional), a inflação dos produtos de primeira necessidade, o desemprego.

Até 15 de Fevereiro último, segundo os dados disponíveis, registaram-se em El Salvador onze greves que afectaram mais de 7500 trabalhadores, número significativo para o país cuja população activa pouco excede o milhão de pessoas.

Mas o mais importante é o facto de todas as lutas serem regra geral acompanhadas da exigência do reinício de conversações entre o governo e as forças patrióticas, bem como de liberdade para os presos políticos, in-

formações sobre os desaparecidos e restauração das liberdades democráticas.

Entre Janeiro e Fevereiro, 21 organizações sindicais, camponesas e humanitárias pronunciaram-se publicamente a favor do diálogo e da negociação como única saída real para o conflito salvadorenho.

A ausência de resposta a esta questão, a não ser pelo aumento da repressão, dá a medida do que se pode esperar do «novo» governo de Napoleón Duarte, a mando da administração Reagan. O que significa que o único caminho para Salvador continua a ser o da luta popular, com todos os seus custos ■



Soldados salvadorenhos junto das suas vítimas que mutilaram barbaramente antes de matar

# a TV

## Um toque de romantismo

A maior operação de propaganda desde que há memória na Televisão, desencadeou-se durante dezasseis horas consecutivas, no passado dia 12. Pretexto da operação: a assinatura do contrato de adesão à CEE.

Sucederam-se as entrevistas, as reportagens, os debates, os fados, as canções, os discursos, as bandeirinhas, os depoimentos nacionais e estrangeiros...

O primeiro-ministro do Japão estava muito satisfeito com a entrada de Portugal para a CEE.

A Irlanda também afirmava que tudo iria caminhar bem, se Deus quisesse.

A senhora Thatcher lembrava os laços históricos que ligam Inglaterra e Portugal. Além de que Portugal possuía para ela um encanto muito especial, pois fora aqui que ela passara a sua «lua de mel». Pois. Um toque de romantismo fica sempre bem, nos cenários brutais da realidade...

Assim foram as dezasseis horas de emissão, iniciadas e terminadas com duas figuras de pequenos vampiros, emblemas de uma certa perversão profissional e política de uma televisão e de um tempo.

Um tempo de alma apodrecida.

## A UGT e os amigos da onça

É evidente que essas dezasseis horas de emissão teriam sido de grande utilidade se, em lugar de desabarem sobre nós como um ciclone, tivessem sido distribuídas ao longo dos meses com o fim de esclarecer o Povo português das vantagens e desvantagens da adesão.

Só por ironia é que o dr. Ernâni Lopes pode desmentir os empresários que se consideram fora do conhecimento da situação. É falso, dizia ele, porque no avião que o trazia de Bruxelas, após as sessões, e que escalava primeiro o Porto, ele aproveitava para pôr os empresários ao corrente do que se passava...

Igualmente no que respeita aos trabalhadores, o dr. Ernâni afirmava ter recebido não apenas apoio, mas úteis esclarecimentos. Os conselhos tinham-lhe vindo, conforme declarou, da UGT...

O dr. Ernâni é um linguareiro. O que é que ele tem que andar para aí a contar certas coisas. A UGT, coitadinha, a querer mostrar que é virtuosa e vêm logo o dr. Almeida Santos, primeiro, o dr. Lopes, depois, a descobrir-lhe a careca. São uns amigos da onça, incapazes de guardar um segredo...

## Se o mar fosse mais pequeno...

Que a população portuguesa não está minimamente dentro da verdade da CEE, ficou amplamente demonstrado no decorrer da terrível maratona televisual.

Que os próprios responsáveis pela assinatura da adesão não sabem explicar as vantagens possíveis, também se demonstrou. Tudo na sua boca, acontece em termos de aventura, de desafio, tudo vem recheado de «ses», teremos vantagens se, tudo poderá melhorar se, «as consequências serão menos gravosas» se. Como o nosso povo costuma dizer: se o mar fosse mais pequeno, cabia dentro da panela...

Ficou igualmente demonstrado pelo depoimento dos industriais; de empresários agrícolas; de representantes qualificados dos trabalhadores que a adesão à CEE significa a ruína, a falência e até (como insuspeitadamente foi dito) põe em perigo a independência nacional.

Mas, como diz Antónia Marta, agora não importa discutir se foi bem ou mal negociado (!), está assinado e pronto. Talvez se engane.

## O exemplo vem dos trabalhadores

Alguns debates tiveram a utilidade, aqui e ali, de desmascarar a propaganda do governo.

Diz-se com frequência que a CEE vai ajudar com milhões de contos a modernização da agricultura, bastando para isso que os empresários apresentem propostas bem assentes de desenvolvimento, porque sem propostas nada feito, e patatá e patatá.

A intervenção do representante do Secretariado das UCPs veio mostrar a má-fé do governo. As UCPs têm repetidamente apresentado propostas elaboradas com o máximo rigor tendentes ao aumento da produtividade, ao desenvolvimento da pecuária, à introdução de novas culturas, ao alargamento da área do regadio, etc., etc.. Qual tem sido a resposta? O silêncio, o roubo de terras e bens, a repressão...

O representante dos trabalhadores tinha mais, muito mais, para contar. Mas o moderador estava com pressa, passaram logo a outro assunto...

E um poder político que promete a salvação vinda do exterior, desprezando a salvação que pode vir de nós próprios — esse poder político, em termos de perspectiva histórica, tem os dias contados.

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## PRD: um sinal de mudança?

Convenção em Tomar, aos 16 de Junho de 1985: nascimento do PRD, o Partido Renovador Democrático. Comentários e notícias sobre o novo partido dominaram nesta semana. Com referências e interrogações permanentes ao Presidente da República. Deste encontra-se além disso dependente o evoluir imediato da situação política. E a complexidade da conjuntura não permite soluções ambíguas.

## Eis o Partido Renovador Democrático

● «O Partido Renovador Democrático (PRD) elegeu novos órgãos directivos e aprovou um plano de estratégia global, que define linhas de actuação até ao primeiro trimestre de 1986, altura em que «poderá entrar com um novo e decisivo elemento na sua estratégia — Ramalho Eanes». Até lá Hermínio Martinho continua a presidir à Comissão Directiva, Henrique de Barros à Mesa da Convenção e Vasco da Gama Fernandes ao Conselho Nacional de Jurisdição, enquanto Adelino da Palma Carlos faz parte do Conselho Consultivo Nacional.

Para a Comissão Directiva Nacional foram também eleitos Ana Gonçalves, António Marques Júnior, António Feu, António Bandeira Bento, Carlos Lilaia, José Carlos Vasconcelos, José Medeiros Ferreira, José Santos, Paulo Guedes de Campos e Vasco Marques.

Da Mesa da Convenção fazem parte, além de Henrique de Barros, Roberto Amaral, António Rodrigues Costa, Olímpio de Matos e Maria João Cavilhas.

O Conselho Nacional é composto por 39 elementos eleitos, além de outros que dele farão parte por inerência de cargo. O Conselho Nacional de Jurisdição é presidido por Vasco da Gama Fernandes, como já dissemos, e tem mais seis elementos. A Comissão de Fiscalização é presidida por João Figueiredo, e composta por Daniel Amaral Braga Barroso, Couto Moreira, Vítor Ávila, Lopes Vieira e Fausto Lima.

Adelino Palma Carlos não aceitou o convite para presidir à Comissão Directiva do PRD, escusou-se por razões de saúde, mas faz parte do Conselho Consultivo Nacional, juntamente com João Botequilha, Manuel Caetano, José Rabaça e Luís Marques do Carmo.

Nos termos do artigo 28.º dos Estatutos do PRD este Conselho é um órgão de consulta. Compete-lhe pronunciar-se sobre as orientações do partido, de acordo com solicitações da Comissão Directiva Nacional e é formado por um mínimo de cinco e um máximo de 15 elementos, «figuras de relevo na vida nacional que poderão ser ou não membros do partido».

Das 14 moções apresentadas, as que se referiam a estratégia global ou eleições foram substituídas por uma outra da Comissão Directiva Nacional provisória aprovada pelos delegados.

É um longo texto de 19 páginas com o título «Moção de estratégia Global». Dividida por pontos, define «o horizonte tem-

poral de estratégia do PRD», a actual situação político-partidária e as principais questões políticas.

No capítulo sobre condições e princípios orientadores de actuação fala-se de «um novo relacionamento com os militantes numa nova forma de ser partido»; da implantação e orientação do PRD, elaboração participada do programa, nova forma de presença e acção. Define-se, igualmente, a estratégia para os próximos actos eleitorais (legislativas, autárquicas, presidenciais) e há um ponto com o título «A Fase Final do Mandato do Presidente».

«O PRD propõe-se apoiar nas modalidades ditadas pelas circunstâncias, e que os órgãos directivos apreciarão a acção do Presidente da República no último semestre do seu actual mandato», refere o documento.

(...)

Assim, a Comissão Directiva agora eleita tem por tarefas «legalizar imediatamente o PRD», por forma a que este partido possa «intervir nos próximos actos eleitorais». Deve também promover um trabalho de base — «recrutar militantes, estabelecer diálogo com outras entidades que se revelem próximas dos seus objectivos» —, mas as eleições legislativas assumem um papel destacado no campo de acção do PRD. São indiscutivelmente as mais importantes diz o texto aprovado, assim como as eleições autárquicas.

Contudo, definiu ainda a moção, o PRD «não deverá propor nenhum candidato às eleições presidenciais». Os seus militantes são livres de subscrever qualquer candidatura, «como cidadãos que são». No conjunto, o PRD poderá apoiar «um candidato situado na sua área política ou fora dela, que não defenda valores, princípios e objectivos incompatíveis com os seus».

(«Diário de Notícias», 17 Junho)

## Problemas próprios e conjuntura difícil

● «Poucos partidos terão gerado tanta expectativa, na sua fase de gestação, como o recém-formado PRD, e poucos, como ele, terão passado por uma fase tão discreta, senão difícil, de afirmação uma vez entrados oficialmente no terreno da competição partidária. Uns dizem que surgiu tarde de mais, outros que deveria ainda aguardar alguns meses, o certo é que nada no breve percurso que já fez corresponde àquela aura de solução alternativa para as incapacidades dos agentes políticos até aqui conhecidos com que muita gente o rodeava. É possível que se esti-

vesse a subestimar, em toda essa esperança depositada num movimento patrocinado pelo Presidente da República, o desgaste que sempre acarreta a simples entrada na liça política e a conseqüente passagem das hipóteses à realidade. Ninguém, no entanto, ignora que a concretização de qualquer ideia política, por muito auspiciosa e convincente que seja, deriva, sobretudo, da gestão que se fizer do seu tempo útil e das pessoas a que pode recorrer. Bem vistas as coisas, são estes os dois problemas com que se debate o PRD e que estiveram, mais uma vez, presentes na Convenção realizada este fim-de-semana.

O problema das pessoas poderia sintetizar-se na circunstância de o PRD possuir como líder natural e única referência aglutinadora alguém que, nesta fase decisiva de arranque, está inibido de lhe emprestar mais do que simples apoio moral e fiscalização discreta. Sempre presente e ao mesmo tempo ausente, Eanes condena o PRD à situação de veículo à espera do motor para que foi concebido. A cada reunião, manda emissários e representantes cuja personalidade evita que se possa especular com qualquer desvinculação do Presidente relativamente ao partido que, por seu turno, se empenha em afirmar publicamente que é o lugar normal onde Eanes irá cumprir a sua promessa de continuar na política uma vez terminado o seu mandato em Belém. Apesar disso, quando fala é obrigado a colocar-se acima de todos os partidos, inclusivamente o PRD. E se houver eleições legislativas antecipadas, como tudo indica virá a acontecer, Eanes não estará na primeira linha dos candidatos do PRD.»

(Editorial do «Diário de Notícias», 17 Junho)

● «Num momento em que o Presidente da República parece claramente inclinado para a dissolução da Assembleia, são ainda fortes as pressões de grande parte da sua «entourage» no sentido de se manter o calendário eleitoral, com a formação de um Governo da iniciativa de Ramalho Eanes até às presidenciais de Dezembro.

As maiores reticências de Eanes a esta última solução não se devem sequer ao acordo que fez com o PS em 1980 — já que o Governo podia ser negociado com os socialistas — mas ao receio dos custos que ela venha a comportar para a sua imagem, num momento em que a crise torna a situação particularmente delicada. Sintoma, portanto, de que continua empenhado no seu futuro político. E o facto de ter convidado pessoalmente Adelino da Palma Carlos a assumir a presidência interina do PRD mostra que quer prosseguir esse futuro através do novo partido.»

(Pedro d'Anunção, «Expresso», 15 Junho)

## Eanes: em política existe o dom da obliquidade

● «Ramalho Eanes não veio à Convenção, mas o Palácio de Belém esteve bem representado: Joaquim Letria, porta-voz da Presidência, chegou cerca das 12 horas; António Ramos, Lencastre Bernardo, Carlos Borges, Faria de Almeida e Jorge Andrews assistiram aos trabalhos, além do representante permanente, tenente-coronel Fonseca de Almeida, presente em todas as sessões.

Manuela Eanes chegou cerca das 17 horas, mas frisou: «Venho em meu nome pessoal.»

(«Diário de Notícias», 17 Junho)

# OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico

Uma iniciativa de edições **Avante!** e Editorial Progresso



Tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx/Engels

**A «evolução»**

Quando se produz alguma coisa de grave e, simultaneamente, de ridículo, quando ao facto político se soma o risco e a saloíce mais atroz, então, peguemos no semanário «Tempo». Vem lá tudo. Mesmo quando o facto é nenhum, o riso está lá, orquestrado pela batuta de Nuno Rocha. A semana passada, com a adesão à CEE, era facto motivo para a anedota, que não deixa de ter no fundo, o amargo travo do acto irresponsável, como é entregar Portugal, mais ainda do que o tem sido, à voragem do capitalismo monopolista europeu. Assim, logo na primeira página, a foto arreganhada dos dois líderes «socialistas» de Portugal e de Espanha, beira de um helicóptero. Com o título: «Vamos derrubar os Pirinéus?» Já estão derrubados, parece. Pelo menos, o «Tempo» já se ressentiu, embora, para aquele semanário, como para as consciências mais moles desta terra, tenha havido sempre uma nesga aberta a soprar os miasmas da CEE. A prova da entrada no Mercado Comum, dá-a o «Tempo» com um artigo de «política», no qual um quadro sobre a «evolução da composição da AR entre 1975-1983» é elaborado com «elementos fornecidos pelo Serviço de Imprensa da Embaixada de França em Lisboa»!!!

**O luxo**

A inefável Helena Torres Marques — activíssima propagandista do PS, secretária de Estado da Administração

**Pontos Cardeais**

Autárquica, que nunca perde tempo nem oportunidade para promover a venda do candidato Soares e corre a amadrinhar certames de todo o género — lá apareceu também no chamado congresso de turismo em Albufeira. Agora, acesa a luta entre os antigos parceiros da coligação desfeita, vem queixar-se da «situação difícil» criada no sector com a construção de caríssimos hotéis. Disse ela que Portugal deveria ter «hotéis baratos utilizados por turistas de maior capacidade financeira». Que se gastou muito dinheiro, disse ainda. Em hotéis de luxo para serem utilizados pelo proletariado europeu... De facto é uma pena. Isto de hotel caro quando não se destina ao turista tipo Onassis, é um desperdício. E isso de proletariado, seja europeu ou luso, é gente que estraga os tapetes. O mais curioso, porém, não é ouvir a inefável Helena a esquecer-se do turista português — proletário ou não —, o curioso é ouvi-la queixar-se de uma política que afinal vem sendo prosseguida por toda a direita — PS, PPD, CDS.

**Estilo alemão?**

Um dia, Mário Soares afirmou que era um «socialista do século

vinte e um». Já se havia provado que ele não era sequer socialista e, a respeito de números, também se sabia que, como Primeiro-Ministro, se desenhava a arranjar ao País um trinta e um dos grandes.

Agora, vem o novo líder do PSD — Cavaco de nome — a dizer das suas sobre si próprio. Também tem muita queda para a palavra dita, é vê-lo, a seguir aos piqueniques partidários, subir ao estrado e botar fala no microfone. O estilo é o mesmo que o de Soares, grande é também a tentação deste para o auto-elogio.

E logo, atenta, veneradora e obrigada, a Avilez do «Expresso», lhe serve o gravador — com direito a foto a cores na capa da «revista» — e lhe chama «o homem que sabia de mais». Sereníssimo, na meia-luz, Cavaco tem uma confissão a fazer: «Sou um social-democrata de estilo alemão».

Social-democrata? Bem, em Portugal, a maior parte deles vieram direitinhos do fascismo, é verdade. Quanto ao estilo...

Cavaco, que não é vaidoso, diz também, como Soares, o melhor de si próprio: «fui aluno brilhante», ou «o meu curso ficou famoso em Económicas», «fui o melhor aluno de Finanças».

Estes desabafos devem-se, certamente... ao estilo alemão.

**Isto promete!**

Sabem de quem é a culpa dos salários em atraso? É dos gestores. Sabem porque é que existem dívidas à Previdência? Porque alguns responsáveis «utilizam em proveito próprio» o dinheiro que devia ser entregue ao Estado. E sabem porque é que, afinal, tudo isto tem acontecido? Porque «foi um erro» entregar a Segurança Social ao Ministério do Trabalho, isto é, ao Amândio de Azévedo do PSD.

Quem disse isto, quem foi? Nada menos que Maldonado Gonelha, «socialista» dos quatro-costados, falando no Encontro Nacional de Quadros da Segurança Social do PS. O Encontro — para que seria se não para isso? — aprovou por unanimidade e aclamação uma moção de «total solidariedade» a Mário Soares...

Por seu lado, Cavaco diz que não fala, mas vai dizendo. E, em Peniche, enquanto as sardinhas não assavam, fez o desafio: afirmou que era necessário «dar novamente a voz ao povo para que ele diga o que pensa do que foi feito». E o feito, no dizer de Cavaco, deve imputar-se ao PS. Ele é que foi «poder». O PSD, esse, não teve nada com isso. Estão a ver que vai ser uma campanha e peras. Já começou há que tempos. Para a outra campanha, o Freitas do Amaral já se «desarriscou» do CDS e foi, aliviado e apatidário, passear à Feira de Santarém. Como a TV lá estava para «filmarmos o Presidente», «por acaso» também o Freitas foi filmado. Não foi propaganda. É só campanha.

**Gazetilha**  
por **Ignotus Sum****I**

O que é a CEE?  
Ninguém diz ao povo o que é.  
Se fazem tanto banzé  
sem dizer o que ela é,  
então é só por má fé...

Mas nós sabemos o que é.

E o grupo da alta finança  
que enche a pança, que enche a pança...

São os monopólios todos  
dinheiro girando a rodos...

É a guerra, a fome, o grito,  
choque de interesses, conflito...

É uma Europa, afinal,  
a Europa do Capital...

Esta Europa é um ardil  
de quem quer matar Abril!

Eis a verdade do que é  
do que é a CEE.  
Calá-la, só por má-fé  
— e o Soares no fincapé  
anjinho é que ele não é...

**II**

Um Almeida que sabe muito  
de gramática e latim,  
foi à TV com o intuito  
de comer amendoim.

Segue lá o meu conselho,  
mandado de mandarim:  
que tristeza, sendo velho,  
pretender ser o delfim...

**III**

Na carteira, lado a lado,  
um destino malfadado  
que o povo jamais esquece,  
liga num só os destinos  
daqueles tais dois meninos  
o PSD e o PS...

Sora professora — diz  
com o ranho no nariz  
menino gordo e macaco —  
a culpa da corrupção  
e da má governação  
é do menino Cavaco...

Sora professora — é o grito  
do Cavaco muito aflito  
a querer fugir dos azares  
de um governo tão macabro —  
a culpa do descalabro  
é do menino Soares...

Vai então a professora  
não hesita não demora  
olha para os dois — depois  
cheirando-lhe aquilo a esturro  
toma as orelhas de burro  
põe-lhas na cabeça — aos dois...



# Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII  
N.º 599

20 de Junho de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta 20

- **ALHOS VEDROS**  
Plenário dos camaradas trabalhadores da Segurança Social. Às 20 h, no CT.
- **BAIXA DA BANHEIRA**  
Plenário dos professores comunistas. Às 19 h, no CT. Plenário de militantes da Freguesia. Às 21.30, também no CT.
- **MOITA**  
Plenário de militantes da Petrogal. À saída da empresa, 17 h.

## Sexta 21

- **MOITA**  
Plenário dos camaradas que trabalham na Câmara Municipal. À 18 h, no Centro de Trabalho.
- **LISBOA**  
Reunião dos camaradas naturais de Ferreira do Zêzere residentes em Lisboa e na Margem Sul. No CT Vitória, às 21.30 h.
- **SEIXAL**  
Da série «Diálogos de Abril», iniciativa do organismo local dos Bancários, colóquio com Daniel

de militantes, no CT, às 21.30, com o camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC.

### • VILA REAL DE ST.º ANTONIO

As conclusões da reunião do CC, em reunião geral de militantes em que participará o camarada José de Freitas, do CC. No CT, às 21.30.

### • FOROS LAGOIÇOS

Sessão de esclarecimento, às 21 h, na colectividade. Participação do camarada Francisco Lancinha do CC.

são das conclusões da reunião do CC e da situação política. Com Carlos Pinhão do CC. Às 21.30 h, no Centro de Trabalho.

### • COVILHÃ

Sessão de esclarecimento, às 21 h, com o camarada José Soeiro, da Comissão Política do CC.

### • MURTAL

Sessão comemorativa do 40.º aniversário da derrota do nazifascismo. Exposição, um filme e debate, numa iniciativa conjunta da Colectividade e da Comissão de Moradores do Murtal (Paredes).

Às 21.30, nas instalações da colectividade.

ta e com idêntico objectivo se realiza no CT de Fânzeres, a partir das 21.30, uma reunião de quadros da Organização Concelhia de Gondomar.

### • VILA FRANCA DE XIRA

A partir das 14 h, no Centro de Trabalho, um Encontro de militantes pela melhoria da actividade geral do Partido na freguesia e pelo reforço da vitória da APU na cidade.

### • CASTELO BRANCO

Sessão de esclarecimento sobre a situação política. Com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC. Às 16 h, na Biblioteca da Escola Secundária Nun'Alvares (antigo liceu).

### • FUNDÃO

Também com Carlos Brito, uma sessão de esclarecimento às 21.30 h.

### • BRAGA

Manifestação dos trabalhadores da Grundig contra o projecto de despedimento de mil trabalhadores. Concentração às 16 h no Largo Barão S. Martinho.

## Domingo 23

### • VALE DE AMOREIRA

Plenário de militantes da freguesia na Colectividade da Baixa da Serra. Às 15.30 h.

### • FARO

Plenário da DORAL, no CT, a partir

das 10 h, para análise da situação política e balanço do trabalho preparatório das eleições autárquicas do distrito.

### • TORRES VEDRAS

Encontro de activistas da APU do concelho, para discutir a gestão autárquica e as próximas eleições para os órgãos de Poder Local. No encerramento, previsto para as 18 h, Intervenção de José Casanova, da Comissão Política. Na Casa do Povo de Runa, com início às 15 h.

### • S. MIGUEL D'ACHE

Almoço-convívio, às 13 h, com a participação de Carlos Brito.

## Sábado 22

# 1.º Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora

Academia de St.º Amaro - Lisboa

### • AZAMBUJA

Encontro da APU, a partir das 15 h, no Pavilhão Municipal: balanço de dois anos e meio de mandato e trabalho preparatório das eleições autárquicas que se avizinham. Sessão pública de encerramento, com intervenção do ca-

marada Eúclides Pereira, do CC.

### • FESTA DO «AVANTE!»

Jornada de trabalho voluntário no Alto da Ajuda. Entre outras, a Organização de Carnaxide promove a sua participação colectiva - e promete organizar, ao almoço, uma saradinhada...

## Segunda 24

• **ALHOS VEDROS**  
Plenário dos camaradas que trabalham na indústria de confecções. Às 18 h, no Centro de Trabalho.

## Quarta 26

• **MOITA**  
Sessão de esclarecimento com o camarada José Teodósio. No Centro de Reformados, às 21.30 h.

### • QUARTEIRA

Reunião geral de militantes para divulgação das conclusões da reunião do CC. À 21.30, com Carlos Luís Figueira.

## LISBOA

# Comício no Parque Eduardo VII

Sábado, 17.30

## Intervenção de Álvaro Cunhal

### • PONTINHA

Sessão de esclarecimento com a camarada Zita Seabra, membro suplente da Comissão Política. Às 21.30 h, no Infanário Popular da Pontinha.

### • TORTOSENDO

Às 21 h, sessão de esclarecimento sobre a situação política e conclusões da reunião do CC.

Cabrita sobre o movimento sindical unitário. Às 20.30, no Centro de Trabalho.

### • FARO

Para divulgação das conclusões da reunião do CC, reunião geral de militantes. No CT, às 21.30, com a participação do camarada Carlos Luís Figueira, do CC.

### • VILA DO BISPO

Reunião com o mesmo objectivo e a realizar também às 21.30, no CT de Vila do Bispo, com a participação do camarada José Lucas.

### • SANTA JUSTA

Sessão de esclarecimento com o camarada Armando Rodrigues, da DORSA. Às 21.00 h, no Centro Social.

### • SILVES

Para divulgação das conclusões da reunião do CC, reunião geral de militantes com a participação do camarada José Vitoriano, da Comissão Política. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

### • COUÇO

Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 h., com o camarada Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC.

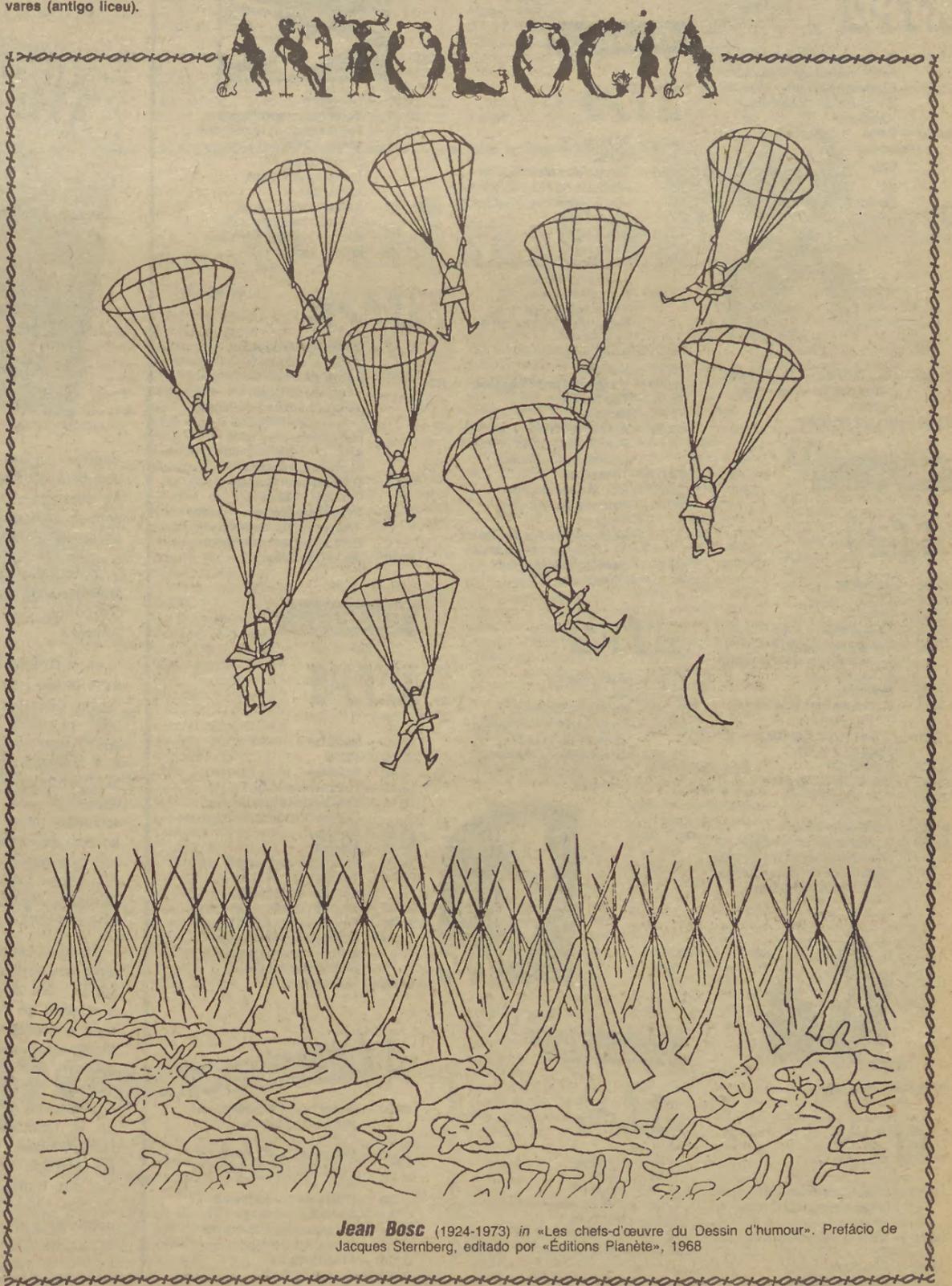
### • PORTO

1.ª Assembleia da Organização dos Professores Comunistas do Ensino Primário, Pré-primário e Especial. Das 10 às 12 e das 15 às 18 h, na Escola do Magistério Primário no Porto.

Reunião do Comité Local do Porto, alargada a outros quadros, para discussão das próximas eleições autárquicas. Na reunião, com início às 10 h, participa o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC.

### • GONDOMAR

Também com a participação do camarada Carlos Cos-



## PORTO

# Comício no Teatro Rivoli

Sexta-feira, 21.30

## Intervenção de Ângelo Veloso

Com o camarada José Soeiro, membro da Comissão Política.

### • LISBOA

Plenário de militantes das células de empresa dos Olivais, para discussão das acções decorrentes da situação política e social. Às 18.30, no CT de Moscavide.

### • PORTIMÃO

Com o mesmo objectivo e à mesma hora, reunião no CT com a participação da camarada Margarida Tengarrinha, do CC.

### • LOULÉ

Igualmente para divulgação das conclusões da reunião do CC, reunião geral

### • PORTO

Comício promovido pela DORP no Teatro Rivoli. A partir das 21.30 h, com a participação do camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC.

### • MARINHA GRANDE

Plenário de militantes para discus-

# TV O Programa

Quinta 20

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Vila Faia», 33.º Ep.
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «As Aventuras de Marco Polo»
- 18.35 — Notícias



- 19.00 — Desporto
- 19.20 — Dar e Conhecer — 4.º Programa (da Dir. Geral de Contribuições de Impostos)
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «A Sucessora», 115.º Ep.
- 21.15 — Triangular — Programa da Dir. de Informação
- 22.20 — Série — «Sede de Vingança», 5.º Ep.
- 23.20 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «As Aventuras do Super Homem»
- 20.05 — Conheça Melhor — Música: O Festival de Outono em Varsóvia
- 20.30 — Série — «A Vida de Berlioz», 1.º Ep.
- 21.30 — Da... Música — As grandes intérpretes da «Tosca» de Puccini
- 23.00 — Jornal da Noite



Berlioz.

Sexta 21

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «Animação» — Homenagem a Disney
- 18.35 — Notícias
- 18.55 — Sobre os Rios que Vão — 2.º Programa
- 19.20 — O Museu do Ermitage — 2.ª parte
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «A Sucessora»
- 21.15 — Pátio Alfacinha
- 22.20 — Sombras na Escuridão — A primeira de uma série de sete histórias de terror, produzidas por J. Wyndham-Davies



23.20 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa»
- 20.00 — Série — «Recordações», 2.º Ep.
- 21.00 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite

Sábado 22

RTP1

- 11.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Notícias
- 13.05 — Tempo dos Mais Novos — «Jornalinho»
- 14.10 — Série — «O Pai Murphy»
- 15.00 — Revista de Tolros
- 16.10 — Notícias
- 16.15 — Super-Taça do Mundo de Danças de Salão
- 17.20 — Série — «História das Invenções», 5.º Ep.: o armamento
- 18.10 — A Semana que Vem — Programa de Mário Zambujal
- 19.15 — Série — «Cheers», 5.º Ep.
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Concurso 1, 2, 3 — Programa de Carlos Cruz
- 23.10 — Último Jornal
- 23.25 — Última Sessão — «O Expresso Avalanche», mais uma anti-soviética «a preceito», esta realizada por Mark Robson (EUA/1979)

RTP2

- 15.00 — Troféu — Motociclismo
- 20.00 — RTP/Brasil
- 20.25 — Série — «Os Biscateiros», 2.º Ep.
- 21.30 — Ascensão e Queda do Reino Venturoso

Domingo 23

RTP1

- 10.00 — 70 Vezes 7
- 11.00 — Missa
- 11.55 — Tempo dos Mais Novos — «Fábulas da Floresta Verde», «O Joca cresce», «Sebastião Come Tudo»
- 13.00 — Notícias
- 13.05 — TV Rural
- 13.30 — Tempo dos Mais Novos — Jovens na Música
- 14.30 — Motociclismo — Transmissão directa do Estoril do Campeonato da Europa
- 15.00 — Fórmula J
- 16.25 — Notícias
- 16.30 — No Mundo dos Fraggles
- 16.55 — Top Disco
- 17.55 — Notícias
- 18.00 — Automobiliismo — Grande Prémio de Detroit/Fórmula 1 (transmissão directa)
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Falando de Schubert — 7.º Programa
- 21.00 — Série — «Ventos de Guerra», 11.º Esp., real. Dan Curtis
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.10 — Último Jornal

RTP2

- 19.00 — Nós... Por Cá
- 19.45 — Adágio
- 20.10 — Novos Horizontes
- 20.35 — Canal Livre — «Florestas — Incêndios à Vista?»
- 21.25 — Cine-Clube — «Morangos Silvestres», real. Ingmar Bergman



Segunda 24

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela: «Vila Faia»
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Desportivamente
- 19.20 — Portugal, Passado e Futuro: VII — «Da Ria Formosa e Alcoutim, não esquecendo

- Vila Real e Castro Marim». Prog. de Lagoa Henriques
- 19.55 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela: «A Sucessora»
- 21.15 — Arroz Doce: Programa de Júlio Isidro, realização de Luís Filipe Costa
- 23.15 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados: «Serafim, Agente Secreto»
- 20.00 — Feiras de Portugal: «X Feira Nacional do Cavalo — Golegã»
- 21.00 — Teatro: «Country — País e Poder», real. de Richard Eyre
- 22.00 — Música para Gandhi
- 22.30 — Jornal da Noite

Terça 25

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela: «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.55 — Século XX: «O Mundo em Guerra», 8.º episódio



- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela: «A Sucessora»
- 21.15 — Série: «O Corpo Humano», 8.º episódio — «A Transformação dos Alimentos»
- 21.45 — Actual: Programa da Direcção de Informação
- 22.55 — Série: «Tudo em Família»
- 23.20 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados: «As Novas Aventuras de Zorro»
- 20.00 — Eurotreff Musik 84: 2.ª parte — Festival de Folclore, realizado em Baden-Baden, Outubro de 1984, com a participação de grupos da Itália, Dinamarca, Jugoslávia, Alemanha e Espanha
- 20.30 — O Mundo em Guerra: Portugal 1939/45
- 21.00 — Sessão das Nove: «Trás-os-Montes», real. de António Reis e Margarida Cordeiro
- 22.30 — Jornal da Noite

Quarta 26

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela: «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos: Contos Folclóricos Húngaros
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Tránsito
- 19.20 — Expresso da Europa
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.45 — Telenovela: «A Sucessora»
- 21.20 — Noite de Cinema: «Paris já está a Arder?», Real. de Renais Clément
- 00.30 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados: «As Misteriosas Cidades do Ouro»
- 20.05 — Memória de um Povo: 6.º Programa «Quem boa pipa fizer...»
- 20.35 — O Mundo em Extinção: 11.º episódio — «Os Índios Maku e Barasana» que vivem na floresta do «Amazonas»
- 21.30 — Filmoteca TV
- 22.30 — Jornal da Noite.

# Livros

**Questionar a História** (Ensaio sobre História de Portugal) — António Borges Coelho, Editorial Caminho, Colecção Universitária, Setembro de 1983. Preço 600\$00.

**Questionar a História** (Ensaio sobre História de Portugal) reúne 13 estudos de António Borges Coelho, historiador, professor universitário em funções na Academia de Lisboa, figura bem conhecida nos meios culturais, autor de um trabalho valioso no capítulo da investigação e divulgação históricas, designadamente nos temas relacionados com a presença árabe na Península Ibérica e com a Expansão Portuguesa.

Com data de impressão de 1983, «Questionar a História» constitui um símbolo de cerca de 25 anos de trabalho, onde se reúnem apontamentos anteriormente publicados em revistas, em obras diversas, na imprensa, etc.

Como se refere no prólogo (Outubro de 1982), «um traço comum congrega e une os diferentes estudos, agora em volume único, publicados: o de pretenderem, cada um à sua maneira, Questionar a História».

E que aspectos são questionados neste livro, que sinceramente se recomenda tanto a estudantes — e estamos a pensar em primeiro lugar nos alunos do 12.º ano e nos universitários — como a gente anónima interessada pelo estudo da História?

O volume abre com um apontamento teórico (se é permitida a expressão...) intitulado «Em busca do conceito de História», texto publicado em 1979 na revista «História e So-

**Os árabes não deixaram rasto?**

A arte também dá vida a este trabalho de Borges Coelho. «Sintra: os Paços da Vila» intitulada o fragmento seguinte do livro. Em Portugal, os árabes não deixaram rasto? Porque é que os arqueólogos, numa forma geral, nacionais ou estrangeiros, ignoram «como possibilidade explicativa a existência multissecular, entre nós, da civilização islâmica»? A leitura corre, com interesse. E não resistimos a esta passagem: «Quinhentos e sessenta anos ter-se-iam apagado para sempre sem uma pegada(?), sem um grito de pedra. Isto para não falar das centúrias em que os mouros se entrecruzaram connosco como vencidos ou como competidores nas plagas norte-africanas e orientais».

E mais adiante: Eles «não negam a evidência de Córdova, de Sevilha, de Granada» (e já agora se o autor não se importa nós acrescentaríamos: eles não negam o conjunto das influências na área sul do território espanhol). De novo a palavra para Borges Coelho: «Mas em território português, é que nada vezes nada, nada. Por certo, o mirabe da igreja-mesquita de Mértola, alguns troços da muralha de Silves, a cerca moura de Lisboa. Mas o que é isso senão um leve beliscão na epiderme?».

Caminhos para o estudo da arte medieval portuguesa e os Paços de Sintra são



cidade». O que é de facto a História? Como interpretá-la? Como encará-la? Como vivê-la? As questões surgem e os comentários sucedem-se de forma clara, rematando com uma análise ao conteúdo do vocabulário história.

O «arranque» para a leitura fica dado. Aos aspectos mais teóricos, sucedem-se ao longo dos outros 12 capítulos questões mais «específicas».

«A civilização árabe não poderá representar mais tempo a farsa de parente pobre ou de «vilão» ciosamente relegado para as «vergonhas da cultura portuguesa» — escreve Borges Coelho no 2.º capítulo deste livro. O tema é a civilização islâmica e a reconquista. São seis folhas e meia de leitura apetitosa, que confirmam: «Os mouros não morreram todos rachados pelas espadas dos neogodos. Que se bem explorássemos, ainda hoje, o quadrilátero que nos coube em sorte, muita surpresa nos estava reservada. Giacometti identificou há pouco nos campos da Malveira uma canção de trabalho que ouvira em Marrocos (...).».

Algumas ideias sobre a sociedade em Portugal nos séculos XII-XIII é o capítulo que se segue, com este «itinerário»: **Como calcular o número de homens? Que homens habitavam o território? «As marcas do povoamento árabe-berbere»** (Além-Douro, Lamego e Viseu, Terra de Santa Maria, território de Coimbra, região da Guarda e Serra da Estrela, Estremadura e linha do Tejo, Alentejo e Algarve, S. Mamede — um santo moçárabe de compromisso?) E ainda: **A caça ao homem, As relações entre os homens para o domínio dos homens e das coisas** (organização jurídico-política, organização económica) e finalmente **a situação social e o alto clero no tempo de Afonso III**.

dois subcapítulos com destaque nestas passagens de Questionar a História.

Uma pausa. Ganha-se novo fôlego. E o leitor deixa-se transportar até ao Atlântico, numa viagem através do tempo histórico, «recuando» até ao século XV. Em foco está a colonização da Madeira, numa altura em que a Expansão não dava ainda os frutos mais desejados (ouro, escravos, especiarias, etc, estavam «guardados» para mais tarde, com a exploração da costa africana e seguindo depois por «ai» abaixo, contornando o terrível Cabo das Tormentas, subindo pela costa oriental de África, rumando depois vitoriosamente para a Índia dos nossos apetites...).

De referir que o apontamento sobre a colonização da Madeira (1.ª versão) foi concluído no Forte de Peniche, em 16 de Maio de 1960, tendo sido publicada uma pequena parte na Seara Nova de Abril de 1963.

A Crónica de D. Duarte e o problema da autoria das crónicas quatrocentistas é um dos capítulos mais aliciantes deste livro. O espírito de síntese junta-se à clareza das ideias, com notas vivas de esclarecimento e de comentário. Com mais calma se deve saborear o último subcapítulo: «**Quem são o autor ou autores da Crónica de D. Duarte?**».

Sempre a Questionar a História...

Camões e os Lusíadas, o Saber em Garcia da Orta, Espinosa — o homem e o pensamento, a questão da Independência Nacional e a História, um breve esboço biográfico de Alexandre Herculano e algumas ideias sobre o seu pensamento filosófico, Marx e a História (oito notas avulso) e por fim um texto a propósito de Ensaio II de Vitorino Magalhães Godinho dão ainda corpo a este volume editado pela Caminho. «Que viva a paixão! Não a que cega mas a que incita a razão e a sustenta na sua chama».



# Utilidades & variedades

## 22 conselhos práticos para a aparelhagem de som

### 1. Vuímetros e leds

Os gravadores-reprodutores de cassettes possuem normalmente dois tipos de indicadores: dois mostradores com ponteiros (os «vuímetros», normalmente assinalados VU) e umas pequenas luzes que acendem e apagam em função da intensidade do som (os LEDs, diodos «que emitem luz»).

Os LEDs podem aparecer em fila com duas cores (normalmente, verde e vermelho) ou apenas como indicadores (neste caso quase sempre vermelhos) integrados no próprio painel dos vuímetros.

Alguns aparelhos mais recentes e mais simples aparecem equipados apenas com as filas de LEDs.

A função destes dois indicadores é a de indicarem a intensidade de som que está a ser gravado ou reproduzido o som na *cassette* e que pode ser regulado pelos botões de *input* e *output* (por vezes, o botão de *input* aparece assinalado «record level», nível de gravação; ver caixa junta sobre comandos dos gravadores-reprodutores).

Uma boa gravação deve assegurar um nível satisfatório que movimente as partículas da fita de forma a que na leitura esta possa ser feita sem necessidade de a amplificar muito e, por isso, captar os ruídos parasitas que inevitavelmente qualquer gravação comporta pelas próprias características do material base (acerca do princípio da gravação magnética falar-se-á mais tarde no capítulo dedicado às cassettes).

Os ponteiros dos vuímetros percorrem sempre uma escala (cuja marcação é feita em dB) que tem um traçado a preto e uma parte final a vermelho; os LEDs, como dissemos, quando em linha, começam em tons verdes e, no final, surgem a vermelho.

O princípio básico é que uma boa gravação deve fazer os ponteiros dos vuímetros ou os LEDs

andarem sempre o mais próximo possível do ponto limite sem nunca entrarem no vermelho.

Fazendo uma gravação, verificar-se-á que é difícil conseguir bons níveis sem que em partes de sons mais fortes o ponteiro do vuímetro não entre pelo vermelho ou não acendam alguns LEDs vermelhos. A questão requer alguns cuidados e é por isso que fazer gravações mesmo domésticas não é operação tão simples quanto se pensa...

É evidente que mantendo níveis de entrada baixos (mediante o controlo *input* ou *record level*) é possível impedir que os ponteiros ou LEDs entrem pelo vermelho significando que a capacidade de gravação está a ser excedida e portanto o som sairá *distorcido* por todo «amachucado», sem distinção. Só que mantendo o sinal muito fraco (em que o ponteiro pouco mexe ou os LEDs verdes quase não acendem), depois na leitura esta será igualmente muito fraca, será preciso «puxar» pelo amplificador e aí teremos todos os ruídos parasitas a serem amplificados também.

Não há inconveniente em que, numa parte de som mais intenso e quase instantaneamente o primeiro LED vermelho acenda: o que já é de evitar (e é possível) é que, no caso de haver vuímetro, o ponteiro ultrapasse o ponto central e entre no vermelho.

Note-se que os níveis de maior intensidade da gravação não são obtidos exclusivamente pelo volume sonoro: a questão de frequências aqui também conta e poderá verificar-se que um som aparentemente mais baixo e surdo (o bombo da bateria, por exemplo) pode na gravação original ter mais «ganho» e fazer os LEDs ou ponteiros saltarem de forma mais intensa do que um fortíssimo com a orquestra toda!

Idealmente, para fazer uma gravação, o melhor é fazer duas... Uma primeira para regular o volume de entrada, corrigindo-o em função das intensidades do trecho — e a outra definitiva!

Distribuídos de formas diferentes de marca para marca, um gravador-reprodutor de cassettes possui normalmente os seguintes comandos:

**play** (tocar): é o botão que faz a *cassette* andar para ser reproduzida, isto é, para «tocar»;

**rec** (de «record», gravar): é o botão que faz a *cassette* andar para gravar. Em alguns aparelhos, para gravar é necessário accionar simultaneamente os botões **rec** e **play**; nos mais modernos, basta accionar o **rec** (muitas vezes assinalado com a frase «one touch record», gravação só com um movimento);

**rew** (de «rewind», rebobinar): é o botão que faz a *cassette* rebobinar; ou seja, andar para trás, rapidamente e sem reproduzir nem gravar;

**ffw** (de «fast forward», rapidamente para a frente) é o botão que faz a *cassette* bobinar, ou seja, andar para a frente, rapidamente e sem reproduzir nem gravar;

**stop** é o botão que faz parar qualquer dos outros; **pause** (pausa) é o botão que faz parar a gravação ou a reprodução sem que as cabeças desencostem da fita, bastando normalmente carregar novamente no **play** para que prossiga a operação que estava a ser efectuada;

**input** (entrada): para além de assinalar as fichas a que deve ser ligado o cabo que vem do amplificador, assinala também um controlo de volume de gravação (ver «vuímetros e leds»). Ao nível de fichas de entrada, quase todos os gravadores possuem duas: um «input mic» para ligar microfones e um «input line» para ligar o cabo que vem do amplificador. Alguns gravadores possuem um único comando de volume de entrada, outros possuem dois, um para a entrada de microfones e outro para a entrada de linha. Todos os comandos de **input** são duplos, isto é têm a possibilidade de regular separadamente o canal direito e o esquerdo do estéreo;

**output** (saída): assinala igualmente as fichas a que deve ser ligado o cabo que vai para o amplificador. Os gravadores mais sofisticados possuem igualmente um comando da potência de saída igualmente assinalado **output** (ver «vuímetros e leds»);

**Bolby, bias e EQ**: ver textos juntos; **Music scan** («pesquisador de música»): alguns aparelhos mais recentes aparecem dotados deste dispositivo que funciona através da intensidade do sinal gravado e permite fazer a procura de uma faixa do meio da fita actuando do seguinte modo: carrega-se no botão **music scan** e depois no **play**, começando a *cassette* a tocar; carregando a seguir (sem desligar o **play** nem carregar no **stop**) no botão **ffw**, a *cassette* anda rapidamente para a frente sem desencostar a cabeça de leitura (ouvir-se-á aliás nos altifalantes ou auscultadores a leitura rápida da gravação) até encontrar uma parte não gravada em que parará e recomençará a leitura, ou seja, recomençará a tocar. Se, por exemplo, se tiver gravado um LP com 5 canções (cinco faixas portanto) numa *cassette* e se quiser ouvir a terceira, mete-se a *cassette*, carrega-se nos botões conforme indicado: o gravador começará a ler a primeira faixa, posto o que andará para a frente rapidamente quando se carregar no **ffw**, parando no «branco» entre a primeira e a segunda e recomençando a ler: acciona-se novamente o **ffw** e ele andará de novo depressa, parando no branco entre a 2.ª e a 3.ª, repetindo-se a operação.

De forma mais prática, podem fazer-se uns ensaios em trechos de maior intensidade... e andar para a frente! De forma mais prática ainda, colocando-se o volume de entrada de gravação a meio da sua escala (normalmente, o ponto 5 de uma escala de 0 a 10), obtém-se em geral uma gravação satisfatória.

Os vuímetros e LEDs funcionam igualmente durante a reprodução. Se o aparelho não possui regulador de *output*, os níveis da reprodução serão simplesmente os da gravação e se esta tiver excedido os indicadores o mesmo sucederá na reprodução. Se houver regulador, há a possibilidade de regular a saída de acordo com as mesmas normas apontadas para a gravação. Tenha-se contudo em conta que uma diminuição na reprodução não altera as distorções eventualmente introduzidas na gravação, podendo apenas atenuá-las. Por outro lado, o «puxar» na reprodução uma gravação feita com níveis baixos aumentará inevitavelmente os ruídos parasitas. Este é aliás o motivo porque a maioria dos *decks* de cassettes apenas prevêem os controlos de gravação (*input*); correctos estes, a saída está praticamente assegurada.

### 2. Bias e EQ

O termo **bias** (em inglês, inclinação) surgiu na alta-fidelidade para designar a tendência imposta pela força centrífuga à acção da agulha de uma cabeça de gira-discos e a que fizemos referência no apontamento sobre o dispositivo de *anti-skating*. Por extensão (e hoje muito mais ge-

#### I — Gira-discos

1. Localização e nivelamento
2. A cabeça e a agulha
3. Equilíbrio do braço
4. Manuseamento

#### II — Amplificador

1. Potência; curva de resposta
2. Controlos graves-agudos
3. Balanço
4. Filtros e loudness

#### III — Altifalantes

1. Potência e impedância
2. Localização
3. Ligação

#### IV — Gravador/leitor de cassettes

1. Vuímetros e leds
2. Bias e EQ
3. Dolby
4. Limpeza

#### V — Discos

1. Arrumação
2. Limpeza
3. Manuseamento

#### VI — Cassettes

1. Tipos
2. Conservação

#### VII — Cabos e fichas

1. Tipos de cabos e funções
2. Tipos de fichas e funções

neralizado) aplica-se aos gravadores-reprodutores de cassettes referindo a compatibilidade entre o campo magnético criado pela cabeça de gravação e as características do revestimento metálico da fita.

**EQ** é abreviatura do termo **equalisation**, em português igualização (por vezes traduzido, inconvenientemente, por equilíbrio).

A igualização define todas as operações a que, em qualquer altura do processo de gravação ou reprodução, se procede no sentido de assegurar que o resultado obtido se aproxima o mais possível do som original ou do efeito que se pretende. No essencial trata-se assim de accionar dispositivos os mais variados no sentido de **igualizar** o produto final com o produto original. É evidente que todo este trabalho (em certa medida, o essencial de qualquer actividade de gravação ou amplificação) tem de contar com todas as etapas anteriores e posteriores: a igualização feita durante uma gravação tem de ter em conta não apenas o original, como também as condições em que depois a gravação vai ser reproduzida e vice-versa.

No caso dos gravadores de fita ou de cassettes, o **EQ** cifra-se na intensificação de frequências altas, mede-se em microsegundos e está normalizada para duas situações: 70 e 120 microsegundos.

O accionamento dos comutadores de **bias** e **EQ** existentes na maioria dos gravadores-reprodutores de cassettes, relacionado com o tipo de *cassette* utilizado. Como veremos no capítulo dedicado às cassettes, a maioria destas assinalam na sua embalagem o tipo de **bias** e **EQ** que requerem para um melhor rendimento, mas nessa altura se darão algumas indicações gerais.

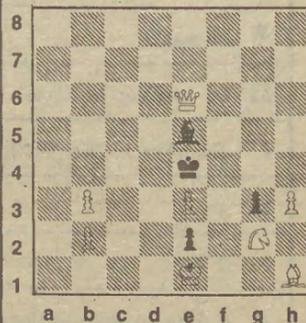
Alguns aparelhos apresentam os comandos de **bias** e **EQ** agrupados num único onde se encontra assinalado em cada posição o tipo de *cassette* para que é adequada (normal, de crómio, metal, etc.).

## Xadrez

V — 20 de Junho de 1985  
Proposição n.º 5

Por Albert Servais  
2.º Menção Honrosa, Concurso da FBE/1940  
8+4

Br. Ps. b2, b3, e3, h3-Cg2-Bh1-De6-Re1  
Pr. Ps. e2, G3-Be5-Re4



Mate em 2 lances

A. Servais: Compositor belga 12-4-1893-13-2-1970. Dirigiu diversas secções de xadrez e compôs cerca de 700 problemas, dos quais uns 30 premiados. Foi especialista de TASKSI!

Jogo n.º 5

New York, Maio de 1985  
Br. L. Ljubojevic  
Pr. L. Alburt

1. e4, Cf6; 2. e5, Cd5; 3. d4, d6; 4. Cf3, g6; 5. Bc4, Cb6; 6. Bb3, Bg7; 7. Cg5, e6; 8. Df3, De7; 9. Ce4, Dxe5; 10. Bg5, Dd4+; 11. c3, Da5; 12. Bf6, Bxf6; 13. Dxf6, 0-0; 14. Dxe5, Cc6; 15. Dxc7, Cxd4; 16. 0-0, Cxb3; 17. axb3, Dxa1; 18. Cf6+, Rg7; 19. De5!, Td8; 20. Cd2, Dxb2; 21. Cd-e4!, De2; 22. Cd7+, Rh6; 23. Dg5+, Rg7; 24. Df6+, Rh6; 25. Ce5! De3+; 26. f3! (ameaça mate em 2 lances: 27. Cg4+), De3+; 27. Rh1, Cd7; 28. Cg4+, Rh5; 29. Cg3 ++

Soluções

N.º 2 (30/5/1985)

1. Bf3! bloqueio!  
1. ..., f6; 2. Dd5 mate  
1. ..., f5; 2. Bd5 mate  
1. ..., Rf5; 2. Bg4 mate

N.º 5 (20/6/1985)

1. De7! bloqueio!  
1. ..., Rd5; 2. Cf4 ≠  
1. ..., Rd5; 2. Ch4 ≠  
1. ..., Rd3; 2. Dh7 ≠  
1. ..., Rf3; 2. Db7 ≠

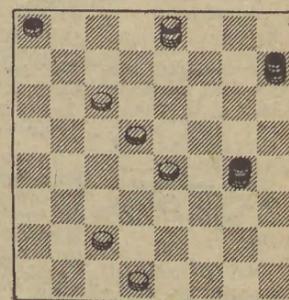
## Damas

V — 20. Junho, 1985

«Luz e Sombra» — Portugal

«Vestir» N.º 55 Fev./Março, 1949

Pr. (13)-(25)-32



Br. 3-7-14-19-23-(30)

Jogam as brancas e ganham

**Lel da Quantidade** — Quando, em dado momento, se apresente uma situação em que haja a «comer», capturar, diversos peões (ou damas) há sempre que optar pelo maior número, pela maior quantidade (1 peça vale menos que 2, 2 menos que 3...). A natureza da peça capturante não confere nenhuma prioridade, nenhum privilégio... É a chamada **Lel da Quantidade!**

Jogo n.º 5

Br. Medalha da Silva  
Pr. A. Rosa

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 9-13, 21-17; 6. 5-9, 26-21; 7. 12-16, 21-18; 8. 8-12, 29-26; 9. 11-14, 18, 11; 10. 7-14, 26-21; 11. 6-11, 24-20; 12. 3-6 (única), 31-28; 13. 13-18, 22-13; 14. 9-18, 17-13; 15. 10-26, 19-3; 16. 26-29, 28-24; 17. 12-15, 3-17; 18. 2-5, 17-6 (Medalha: ERRO!, pois as Pr. caíram num pequeno golpe, aliás a posição das pretas é muito má), 27-22 talvez empatasse!); 19. 11-14, 20-11; 20. 5-10, 6-22; 21. 29-6, 23-20; 22. 16-23, 27-20; 23. 6-13 G. Br.

Golpe n.º 5

De Andrew Anderson

1. 9-13, 24-20; 2. 13-17, 20-16; 3. 11-15, 18-13; 5. 20-24, 13-9; 6. 10-13, 23-19; 7. 5-10, 28-23; 8. 6-11, 27-22; 9. 11-15, 21-18; 10. 1-5, 18-14; 11. 15-20, 30-27!

As brancas jogam e ganham de golpe

■ Artur de Matos Marques

### Gravadores de cassetes

